## UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA

TALITA ALVES SHIMODAIRA

Entre cores e tramas: a política social para mulheres no Vale do Ribeira/SP. Um estudo retrospectivo.

SÃO PAULO 2021 TALITA ALVES SHIMODAIRA

Entre cores e tramas: a política social para mulheres no Vale do Ribeira. Um

estudo retrospectivo.

Versão original

Dissertação apresentada à Faculdade de

Saúde Pública da Universidade de São

Paulo para obtenção do título de Mestre

em Ciências.

Área de Concentraação: Saúde Pública

Orientador: Prof. Dr. Carlos Baxo Botazzo

São Paulo

2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

# Catalogação da Publicação Ficha elaborada pelo Sistema de Geração Automática a partir de dados fornecidos pelo(a) autor(a) Bibliotecária da FSP/USP: Maria do Carmo Alvarez - CRB-8/4359

Shimodaira, Talita Alves
Entre cores e tramas: a política social para mulheres no
Vale do Ribeira.: Um estudo retrospectivo. / Talita Alves
Shimodaira; orientador Carlos Baxo Botazzo. -- São Paulo,
2021.
193 p.

Dissertação (Mestrado) -- Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 2021.

1. Vale do Ribeira. 2. Saúde Pública. 3. Políticas Públicas. 4. Políticas Sociais. 5. Mulheres. I. Botazzo, Carlos Baxo, orient. II. Título.

#### **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente ao Prof<sup>o</sup> Dr. Carlos Baxo Botazzo, que aceitou orientar a minha dissertação de mestrado, por sua disponibilidade, compreensão, incentivo e permanente valorização do trabalho realizado.

Agradeço à Prof<sup>a</sup> Dra. Ana Rojas Acosta e ao Prof<sup>o</sup> Dr. José Miguel Nieto Olivar, pela participação e contribuições proferidas no exame de qualificação desta dissertação de mestrado.

Agradeço à Prof<sup>a</sup> Dra. Sueli Gandolfi Dallari e Prof<sup>o</sup> Dr. Fernando Mussa Abujamra Aith, pela acolhida durante minha participação no Programa de Aprimoramento Profissional em Direito Sanitário e Advocacia em Saúde, realizado no Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Sanitário (CEPEDISA-USP), cujos ensinamentos adquiridos possibilitaram que eu ingressasse no Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, a nível de mestrado acadêmico.

Agradeço à Silmara Aparecida Duarte, secretária do Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Sanitário (CEPEDISA-USP), por ser uma pessoa ímpar, digna de admiração pelo trabalho extremamente competente que realiza, pela amizade que construímos e por todo o aprendizado que me ofertou durante a jornada profissional.

Agradeço aos pesquisadores Dra. Marina de Neiva Borba, Dra. Rachelle Amália Agostini Balbinot, Ana Luísa Romão e Matheus Falcão, que através do Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Sanitário (CEPEDISA-USP) incentivaram minha participação no processo seletivo do Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, através de reuniões para discussão, correções e sugestões do projeto de pesquisa inicial.

Agradeço aos colaboradores da Faculdade de Saúde Pública, Cristiano Santana Oliveira, Lívia Mara Silva Rosa, Maria Antonia Claudino, Marisa Maiello e Sônia Francisca Martins, pela amizade, disponibilidade profissional e votos de incentivo que me ofertaram durante o percurso acadêmico.

Agradeço aos meus pais Edison Massayuki Shimodaira (in memoriam) e Thamar Alves Shimodaira; ao meu irmão Edison Hiroto Alves Shimodaira; ao meu companheiro, Felipe Batista Gonçalves e família; e às amigas Suziany Magalhães e Violeta Magalhães dos Santos, por compartilharem comigo a trajetória e realização deste sonho.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Npivel Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

## **LISTA DE FIGURAS**

Tabela 1 - Etapas da análise documental por meio da análise de conteúdo	60
Tabela 2 - Evolução do número de escravos em municípios paulistas no século	
XIX:	72
Tabela 3 Objetivo estratégico 2: saúde pública integrada, com modernas	
tecnologias e amplo acesso:1	35
Tabela 4 População e densidade demográfica dos municípios do Vale do	
Ribeira/SP1	48
Tabela 5 - Ocupação e rendimento mensal dos trabalhadores formais em 2010 e	
20191	49
Tabela 6 - Ìndices econômicos dos municípios do Vale do Ribeira/SP1	50
Tabela 7 - Território, esgotamento sanitário, arborização e urbanização de vias	
públicas1	51
Tabela 8 - Estabelecimentos de saúde SUS, internações por diarreia e	
mortalidade infantil1	52

## LISTA DE TABELAS

l abela 1 – Etapas básicas da análise documental por meio da análise de	
conteúdo:	60
Tabela 2 - Evolução do número de escravos em alguns municípios paulistas no	
século XIX:	72
Tabela 3 - Objetivo Estratégico 2: Saúde pública integrada, com modernas	
tecnologias e amplo acesso:	.135
Tabela 4 – População e densidade demográfica dos municípios do Vale do	
Ribeira/SP	.148
Tabela 5 – Ocupação e rendimento mensal dos trabalhadores formais em 2010	
e 2019	.149
Tabela 6 – Índices econômicos dos municípios do Vale do Ribeira	.150
Tabela 7 – Território, esgotamento sanitário, arborização e urbanização de vias	
públicas	.151
Tabela 8 – Estabelecimentos de Saúde SUS, internações por diarreia e	
mortalidade infantil	.152

#### LISTA DE ABREVIATURAS

ACESEVAL Associação Cultural, Ecológica, Sócio Econômica do Vale do

Ribeira

ADEFIPA Associação das Pessoas com Deficiência de Pariquera-Açú

ALESP Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

ANASPS Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social

APAE Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

BR-116 Rodovia Régis Bittencourt

CADÚNICO Cadastro Único

CBH-RH-LS Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral

Sul

CEPAL Comisión Económica para América Latina y el Caribe

CEDES Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social

CONDEPHAAT Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico,

Artístico e Turístico

CONSAÚDE Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Ribeira

CODIVAR Coordenadoria de Saúde da Comunidade

CPRN Coordenadoria de Proteção de Recursos Naturais

DRADS Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social

DST Doenças Sexualmente Transmissíveis

FMUSP Facauldade de Medicina da Universidade de São Paulo

FUNAI Fundação Nacional do Índio

FUNASA Fundação Nacional de Saúde

**FUNDESVAR** 

Ribeira

Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do

HIV Acquired Immunodeficiency Syndrome

HRVR Hospital Regional do Vale do Ribeira

IBGE Instituto Brasileiro de Geofísica e Estatística

IDH Índice de Desenvolvimento Humano

INAMPS Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência

Social

IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ISTs Infecções sexualmente transmissíveis

ITESP Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo

KKKK Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha

MEC Ministério da Educação

NOAS Normas Operacionais de Assistência à Saúde

NOB Normas Operacionais Básicas

ODS Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OMV Observatório da Mulher Contra a Violência

OMS Organização Mundial de Saúde

ONG Organização não governamental

ONU Organização das Nações Unidas

OPAS Organização Pan-Americana da Saúde

PANCs Plantas Alimentícias Não Convencionais

PAR Postos de Atendimento em Áreas Rurais

PAISM Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher

PEAS Plano Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

PIB Produto Interno Bruto

PIASS Programa de Interiorização de Ações da Saúde Saneamento

PNAD Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

POA Plano Operativo Anual

PPA Plano Plurianual

PSA Programa de Serviço Ambiental

SEBRAE Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SES Secretaria de Estado da Saúde

SESC Serviço Social do Comércio

SEADE Sistema Estadual de Análise de Dados

SEDS Secretaria de Desenvolvimento Social

SENAC Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SIM Sistema de Informações de Mortalidade

SINAN Sistema de Informação de Agravos de Notificação

SUAS Sistema Único de Assistência Social

SUDELPA Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista

SUS Sistema Único de Saúde

TNC The Nature Conservancy

UCs Unidades de Conservação

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência

e a Cultura

UNESP Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita"

USP Universidade de São Paulo

UVEVAR União de Vereadores do Vale do Ribeira

VR-LS Vale do Ribeira e Litoral Sul

WCPA World Comission on Protected Areas

ZEE Zoneamento Ecológico Econômico

#### **RESUMO**

SHIMODAIRA, T. A. **Entre cores e tramas:** a política social para mulheres no Vale do Ribeira. Um estudo retrospectivo. [Dissertação]. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública, 2021. 193 p.

Introdução - O Vale do Ribeira, localizado ao Sul do Estado de São Paulo é estigmatizado por concentrar municípios que possuem altíssimos índices de pobreza e vulnerabilidade social, suscitando a necessidade de prospectar investimento público para reduzir as mazelas e desigualdades sociais ali representadas. O "apagão" regional é associado à regulamentação das áreas de preservação ambiental, que limitam a exploração do território aos moldes industrial, agroexportador e especulativo imobiliário, afetando de maneiras diferentes a formação técnica e acadêmica explorada na região e a atividade comercial desempenhada por homens e mulheres residentes. Objetivos - Analisar os modos de vida constituídos historicamente no Vale do Ribeira e a infuência das políticas públicas como fator determinante ao desenvolvimento regional. Metodologia - Trata-se de estudo qualitativo composto por pesquisa documental e revisão integrativa, a saber: (1) documentar a historiografia do Vale do Ribeira contemplando o período escravagista e o processo de reestruturação produtiva local, (2) examinar os indicadores sociais dos municípios do Vale do Ribeira, (3) analisar as leis e decretos estaduais promulgados entre 2000 e 2020 que regulamentam ações de saúde no Vale do Ribeira e (4) identificar a existência de produção científica sobre o Vale do Ribeira, saúde pública e as políticas sociais para mulheres. Resultados e discussão - Foram encontrados: a) 3 planejamentos estratégicos regionais, dos quais 2 contemplam a participação de atores sociais em seu processo de elaboração e 1 foi produzido pelo Governo do Estado de São Paulo; b) 5 planos plurianuais contendo atividades previstas pelo Governo do Estado de São Paulo no período de 2004 a 2023; c) 2 planos estaduais de assistência e desenvolvimento social; d) 13 Leis Estaduais; e) 69 Decretos Estaduais, dos quais 15 promovem ações de saúde no Vale do Ribeira; f) 12 indicadores sociais e g) 10 artigos científicos. Conclusão - Os resultados obtidos demonstram que as mazelas sociais presentes no Vale do Ribeira tem origem multifatorial e são perpetuadas devido ao discurso desenvolvimentista encontrado nos planejamentos estratégicos analisados (perspectiva dissonante das características ambientais da região) e devido à ausência da participação social no processo de elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas, elemento fundamental à superação das questões sociais reproduzidas.

**Descritores:** Vale do Ribeira; Saúde Pública; Políticas Públicas; Políticas Sociais; Mulheres

#### **ABSTRACT**

SHIMODAIRA, T. A. **Between colors and plots:** social policy for women in Ribeira Valley. A retrospective study. [Dissertation]. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública, 2021. 193 p.

Introduction – Ribeira Valley, located in the south of the State of São Paulo, is stigmatized for concentrating municipalities that have very high levels of poverty and social vulnerability, raising the need to prospect public investment to reduce the problems and social inequalities identified there. The regional "blackout" is associated with the regulation of environmental preservation areas, which limit the exploitation of the territory to industrial, agro-export and speculative real estate patterns, affecting in different ways technical training and the type of commercial activity carried out by resident men and women. **Objectives -** To analyze the historically constituted ways of life in Ribeira Valley and the influence of public policies as a determining factor for regional development. Methodology - This is a qualitative study consisting of documentary research and integrative review, namely: (1) documenting the historiography of Ribeira Valley contemplating the slavery period and the process of local productive restructuring, (2) examining the social indicators of the municipalities of Ribeira Valley, (3) analyze the laws and state decrees enacted between 2000 and 2020 that regulate health actions in the Ribeira Valley and (4) identify the existence of scientific production on the Ribeira Valley, public health and social policies for women. Results and discussion - The following were found: a) 3 regional strategic plans, 2 of which contemplate the participation of social actors in their elaboration process and 1 was produced by the Government of the State of São Paulo; b) 5 multi-year plans containing activities planned by the Government of the State of São Paulo from 2004 to 2023; c) 2 state assistance and social development plans; d) 13 State Laws; e) 69 State Decrees, of which 15 promote health actions in Vale do Ribeira; f) 12 social indicators and g) 10 scientific articles. Conclusion - The results obtained demonstrate that the social ills present in the Ribeira Valley have a multifactorial origin and are perpetuated due to the developmental discourse found in the analyzed strategic plans (dissonant perspective of the environmental characteristics of the region) and due to the absence of social participation in the elaboration process, implementation, monitoring and evaluation of public policies, a fundamental element in overcoming the social issues reproduced.

**Descriptors:** Ribeira Valley; Public health; Public policy; Social politics; Women.

# SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO15
1.1	O Sistema de Seguridade Social no Brasil (SUAS)15
1.2	O Vale do Ribeira24
1.3	Conceito de Desenvolvimento: uma breve contextualização34
1.4	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 203040
2	OBJETIVOS54
2.1	Objetivo Geral54
2.2	Objetivos Específicos54
3	METODOLOGIA55
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO64
4.1	O VALE DO RIBEIRA/SP64
4.1.1	História, Colonização e Formação Social64
4.1.2	Características e Demografia Regional 80
4.1.3	Reestruturação Produtiva e Desenvolvimento Regional: Desafios e
Potenc	ialidades94
4.1.4	Políticas de Saúde no Vale do Ribeira-SP96
4.1.5	Planejamento Estratégico 1999112
4.1.6.	Planejamento Estratégico 2030115
4.1.7	"Vale do Futuro" – Programa de Desenvolvimento do Vale do Ribeira 123
4.2	Leis e Decretos Estaduais Promulgados entre 2000 e 2020124
4.2.1	Leis Estaduais124
4.2.2	Decretos Estaduais135
4.2.3	Análise das Leis Estaduais selecionadas141
4.2.4	Análise dos Decretos Estaduais selecionados145
4.3	INDICADORES SOCIAIS DO VALE DO RIBEIRA/SP147
CONSI	DERAÇÕES FINAIS153

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	158
APÊNDICE A	170
APÊNDICE B	176
APÊNDICE C	178
APÊNDICE D	188

### 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo faz uma análise histórica dos diferentes aspectos que compõem a história e o desenvolvimento regional do Vale do Ribeira, localizado ao sul do Estado de São Paulo. A região, estigmatizada desde o período colonial por seus altos índices de pobreza e vulnerabilidade social fica aquém dos principais processos de desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e social do Estado, suscitando maior investimento público para reduzir as mazelas sociais existentes.

Como pano de fundo três hipóteses permeiam esta discussão. A primeira, associa o "apagão" regional à sua histórica irrelevância no cenário econômico do Estado de São Paulo pós-colonialismo, devido principalmente à existência de áreas de preservação ambiental que minam a exploração plena do território aos moldes industrial, agroexportador e especulativo imobiliário.

Como segunda hipótese, pode-se afirmar que as características regionais são refletidas diretamente no tipo de mercado de trabalho existente na região e aos índices de empregabilidade e de vulnerabilidade social. E a terceira hipótese associa a implementação das políticas sociais como fator inerente à melhoria das condições de vida e saúde da população, especificamente mulheres, residentes na região.

Para discutir estes aspectos, este capítulo foi subdividido em quatro seções. A primeira, apresenta os principais aspectos da criação do Sistema de Seguridade Social (SUAS) no Basil. A segunda, apresenta alguns fatos sobre o Vale do Ribeira. A terceira, contextualiza as diferentes interfaces que envolvem o conceito de desenvolvimento. E a última, evidencia a relação entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2030 e as lutas que permeiam o recente processo histórico de conquista dos direitos sociais das mulheres no Brasil.

#### 1.1. A Seguridade Social no Brasil

No Brasil, a Seguridade Social é regulamentada através da Lei Orgânica da Seguridade Social (Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991), é compreendida como um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar o direito à saúde, à previdência e à assistência social.

O Sistema de Seguridade Social estrutura-se a partir da organização social do trabalho, imbricado ao grau de desenvolvimento do sistema capitalista e de questões conjunturais como a organização da classe trabalhadora. Para BOSCHETTI (2009), a instituição da seguridade social, como núcleo central do Estado social após a Segunda Guerra Mundial, foi determinante na regulação das relações econômicas e sociais, sob o padrão keynesiano-fordista; onde os direitos baseados no modelo alemão bismarckiano, como aqueles influenciados pelo modelo beveridgiano inglês, teriam como parâmetro os direitos do trabalho, garantindo, portanto, benefícios resultantes do exercício do trabalho para os trabalhadores que perderam, momentânea ou permanentemente, sua capacidade laborativa.

A autora explicita que o acesso aos benefícios previstos no sistema da Seguridade Social, historicamente foram atrelados aos trabalhadores empregados, e que muitos direitos sociais não são acessados por trabalhadores que estão aquém à lógica do contrato ou seguro social.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, houve a incorporação de princípios dos dois modelos citados anteriormente, restringindo a previdência aos trabalhadores contribuintes, com a universalização da saúde e limitação da assistência social a quem dela precisar. Em um contexto de agudas desigualdades sociais, pobreza estrutural e fortes relações informais de trabalho, esse modelo, que fica entre o seguro e a assistência, deixa sem acesso aos direitos da seguridade social uma parcela enorme da população. (Boschetti, 2009, p. 1). São princípios e diretrizes:

- a) universalidade da cobertura e do atendimento;
- b) uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- c) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
- d) irredutibilidade do valor dos benefícios;
- e) equidade na forma de participação no custeio;
- f) diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservando o caráter contributivo da previdência social;

g) caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, mediante gestão quadriártite, com participação dos trabalhadores, dos empregados, dos aposentados e do Governo os órgãos colegiados.

No âmbito da saúde, objetiva garantir mediante políticas sociais e econômicas a redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Sendo princípios e diretrizes:

- a) acesso universal e igualitário;
- b) provimento das ações e serviços através de rede regionalizada e hierarquizada, integrados em sistema único;
- c) descentralização, com direção única em cada esfera de governo;
- d) atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas;
- e) participação da comunidade na gestão, fiscalização e acompanhamento das ações e serviços de saúde;
- f) participação da iniciativa privada na assistência à saúde, obedecidos os preceitos constitucionais.

No âmbito da Previdência Social, objetiva assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, idade avançada, tempo de serviço, desemprego involuntário, encargos de família e reclusão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente. Obedece aos seguintes princípios e diretrizes:

- a) universalidade de participação nos planos previdenciários, mediante contribuição;
- b) valor da renda mensal dos benefícios, substitutos do salário-decontribuição ou do rendimento do trabalho do segurado, não inferior ao do salário mínimo:
- c) cálculo dos benefícios considerando-se os salários-de-contribuição, corrigidos monetariamente;
- d) preservação do valor real dos benefícios; e
- e) previdência complementar facultativa, custeada por contribuição adicional.

E no âmbito da Assistência Social, provê o atendimento das necessidades básicas, traduzidas em proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice e à pessoa portadora de deficiência, independentemente de contribuição à Seguridade Social. Obedece às seguintes diretrizes:

- a) descentralização político-administrativa; e
- b) participação da população na formulação e controle das ações em todos os níveis.

Diante disso, apenas os trabalhadores "segurados" e seus dependentes teriam direito a usufruir dos benefícios da seguridade social, pois este acesso era classificado em consequência do direito do trabalho. Portanto, destinavam-se a quem estava inserido em relações formais e estáveis de trabalho.

Boschetti (2009) define duas características centrais para a garantia dos benefícios pelos trabalhadores formais, a primeira é a condição de contribuição prévia mensal e a segunda correlaciona o valor dos benefícios à proporção da contribuição efetuada.

Para a autora, essa lógica por si só impõe um limite estrutural para garantir a universalização da seguridade social, pois a via do acesso aos benefícios mediante à inserção no trabalho formal só foi implementada em países que garantiram uma situação de quase pleno emprego entre as décadas de 1940 e 1970.

Sabe-se que nem os países nórdicos e nem os países da Europa Central garantiram o pleno emprego para todos os seus trabalhadores, de modo que esse padrão de seguridade social, fundado na lógica do seguro, só universaliza direitos se universalizar, igualmente, o direito ao trabalho, já que os benefícios são condicionados ao acesso a um trabalho estável que permita contribuir para a seguridade social. (Boschetti, 2009, p. 4).

Por outro lado, além da característica securitária, tida como fator estruturante no sistema de seguridade social, a autora explicita que outra lógica pode ser utilizada. Intitulada como lógica da universalização dos direitos sem estabelecimento de contrato de seguro contributivo, através da garantia de direitos baseados nas necessidades sociais, que não sejam condicionados a uma contribuição prévia, ou seja, que não sejam proporcionais a uma contribuição feita anteriormente.

A introdução e expansão dessa lógica na seguridade social nos países do capitalismo central vêm permitindo a ampliação de direitos e benefícios também para aqueles trabalhadores que não estão inseridos no mercado de trabalho estável, ou que não contribuem diretamente para a seguridade social, em decorrência de desemprego ou de impossibilidade de trabalhar. (Boschetti, 2009, p. 5).

A Seguridade Social pode garantir mais, ou menos, acesso a direitos, quanto mais se desvencilhar da lógica do seguro e quanto mais assumir a lógica social. De todo modo, ambas são profundamente dependentes da organização social do trabalho. (BOSCHETTI, 2009). Para a autora, a ausência de uma dessas lógicas, leva à necessidade de instituir outra, e exemplifica através dos trabalhadores que não possuem seguro ou previdência social e que acabam caindo numa situação de ausência de direitos, recorrendo ao benefício não contributivo.

Essa relação de atração e rejeição é intrínseca à concepção de seguridade social que se instituiu e se desenvolveu nos países capitalistas centrais e periféricos. Basta observar para constatar que essa mesma lógica está presente na seguridade social brasileira, nos países da América Latina e nos países europeus. Por outro lado, a primazia da lógica do seguro, sobretudo nos países que não instituíram uma situação de pleno emprego, ou de quase pelo emprego, limita a lógica social e restringe a universalização da seguridade social, instituindo, muitas vezes, uma incompatibilidade entre trabalho e direitos sociais, em especial o direito à assistência social. (BOSCHETTI, 2009).

Apesar de reconhecer as conquistas da Constituição Federal de 1988 no campo da Seguridade Social, é impossível deixar de sinalizar seus limites estruturais na ordem capitalista. Esses se agravam em países com condições socioeconômicas como as do Brasil, de frágil assalariamento, baixos salários e desigualdades sociais agudas. A situação do mercado de trabalho brasileiro, em que metade da população economicamente ativa possui relações informais de trabalho, faz com que a seguridade social, além de contribuir para a produção e reprodução da força de trabalho, deixe fora do acesso à previdência a população não contribuinte e, ainda, exclui do acesso aos direitos assistenciais aqueles que podem trabalhar. O programa de transferência de renda, que abrange trabalhadores adultos (bolsa-família), não possui caráter de direito e seus valores, condicionalidades e forma de gestão o colocam na órbita das políticas compensatórias. (BOSCHETTI, 2009).

MARTINELLI (2016), afirma que a seguridade social se materializou, legal e institucionalmente no século XXI, em conformidade com as políticas econômicas de

recorte teórico neoliberal propostas através das reformas estabelecidas no final do século XX. Mas, a legalidade estabelecida regula as relações entre sociedade e Estado, na perspectiva de atender à lógica de mercado. O autor considera que o sistema de proteção se configura na abertura dos cofres públicos, com a mínima participação da sociedade nas decisões e no direcionamento da aplicação das verbas para a gestão privada; ou seja, ocorre um retorno (através do recolhimento de impostos e incentivos fiscais) financeiro para que a iniciativa privada aplique o dinheiro público em projetos sociais, ambientais e culturais.

A composição do sistema de seguridade social no Brasil, construída pelos segmentos da sociedade que defendem a perspectiva dos direitos públicos e universais e que não chega a sua plenitude, acaba por ser apropriada pela iniciativa privada, que a busca através do discurso das práticas "solidárias" (de "ajuda"), por meio de desenvolvimento de programas de ajuste social, dando um diferente direcionamento social, sensibilizando e mobilizando de forma fragmentada e despolitizada, desestabilizando o que é público, ampliando as práticas de responsabilidade social empresarial. Passou a ser alvo de mercado, sob a retórica da precarização do Estado e as vantagens gerenciais da parceria empresarial. (MARTINELLI, 2016, p. 260).

Verificam-se alguns mecanismos que servem de desmonte da Seguridade Social no Brasil, dentre os quais se destacam: a despolitização, a tecnificação dos interesses públicos desqualificadores dos processos democráticos, no intuito da fragmentação do tripé das políticas, desconstituindo o princípio universalizante; o encurtamento da seguridade, ou seja, através dos discursos da globalização, reestruturação produtiva, desnacionalização do capital, visa-se a uma redução da força política da seguridade; e, por fim, o maniqueísmo de se ter um sistema de um tipo ou de se ter um sistema de outro tipo (VIANNA, 1999).

MARTINELLI (2016) exemplifica como caráter contraditório e de desmonte a implementação de seu financiamento, que não se efetiva como orçamento da seguridade apesar de previsto, pois ocorre uma desvinculação de recursos para outras finalidades.

Outro exemplo se refere à dificuldade de estabelecer relação direta na execução das políticas, promovendo, assim, a intersetorialidade. Pode-se apontar, ainda, diferenças entre as políticas, como no controle social, nas condições de acesso, na necessidade de condicionar os usuários, na vinculação ao mercado de trabalho, na

territorialização das políticas e na dicotomia estabelecida entre a universalidade e a focalização.

Para o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS/CRESS, 2000), o impasse para a efetivação da Seguridade Social ocorre justamente na limitação contributiva à previdência social, do acesso restrito da assistência social e da efetivação da universalidade integral da saúde. Sendo um campo de luta e e formação de consciências críticas em relação à desigualdade social no Brasil, de organização dos trabalhadores e "[...] exige uma rigorosa análise crítica da correlação de forças entre classes e segmentos de classe, que interferem nas decições em cada conjuntura" (CFESS/CRESS, 2000).

Boschetti (2009) afirma que a assistência social e a previdência, no âmbito da seguridade social, constituem um campo de proteção que não restringem e nem limitam a lógica de produção e reprodução do capitalismo. No Brasil, sua lógica securitária determinante a aprisiona no rol das políticas, que reafirmam as desigualdades sociais ao invés de reduzí-las. Para a autora o desmonte da seguridade social no Brasil fere os princípios constitucionais que garantem a universalidade dos direitos, a uniformidade e equivalência dos direitos, a diversidade de financiamento no sentido de transferir recursos do capital para o trabalho e a gestão democrática e descentralizada. E apresenta como três principais fatores que contribuem para o desmonte do sistema:

a) desconfiguração dos direitos previstos constitucionalmente: ocorrida através das contrarreformas, a exemplo da previdência de 1998, 2002 e 2003, nos governos Fernando Henrique Cardoso e Lula. Tais reformas, além de restringir direitos, reforçaram a lógica do seguro com a redução do valor de benefícios, abrindo caminho para a privatização e para a expansão dos planos privados, para os fundos de pensão, ampliando o tempo de trabalho e de contribuição para obtenção da aposentadoria. (...) O SUAS tem se caracterizado como gestão da escassez, decorrente de uma política econômica que prioriza o pagamento dos juros da dívida, em que recursos federais repassados aos municípios para realização dos serviços socioassistenciais (e que excpluem BPC – Benefício de Prestação Continuada; RMV – Renda Mensal Vitalícia; e Bolsa Família) são reduzidos

e apresentando tendência decrescente no Fundo Nacional de Assistência Social.

No âmbito da política de saúde, os princípios do SUS, como descentralização e participação democrática, universalização e integralidade das ações, estão sendo diluídos pela manutenção cotidiana, apenas de uma cesta básica, que não assegura nem os atendimentos de urgência. É notória a falta de medicamento, ausência de condições de trabalho, de orçamento e de capacidade de absorção das demandas, o que se evidencia nas longas filas de espera por uma consulta ou internação. (Boschetti, 2009)

- b) fragilização dos espaços de participação e controle democrático: previstos na Constituição através dos Conselhos e Conferências, enquanto instâncias deliberativas e participativas, descontinuados pela extinção do Conselho Nacional de Seguridade Social e dos Conselhos locais de Previdência Social. Denotando o caráter centralizador decisório no Conselho Nacional de Previdência Social, além do movimento de institucionalização dos conselhos, com vistas a tornaremse um setor do estado.
- c) orçamento: considerada a forma mais destrutiva de desmonte pela autora, através da não diversificação das fontes de recursos, contrariando o dispositivo constitucional, permanecendo a arrecadação predominantemente sobre folha de salários.

Ocorre uma usurpação de 20% dos recursos da seguridade social para o pagamento da dívida pública por meio da Desvinculação das Receitas da União. Em relação ao financiamento, quem paga a conta da seguridade social, é majoritariamente, a contribuição dos empregadores e dos trabalhadores sobre folha de salário, o que torna o financiamento regressivo, já que sustentado nos rendimentos do trabalho. Assim quem paga a maior parte da conta da seguridade social são os trabalhadores, com o desconto em folha, sendo que as contribuições sociais baseadas no lucro e faturamento das empresas acabam sendo transferidas para as mercadorias onerando os consumidores. (Boschetti, 2009).

Não se pode compreender a seguridade social em sua totalidade sem entender sua relação com a política econômica. A redução dos direitos, a restrição dos espaços democráticos de controle democrático e as contenções dos recursos têm íntima relação com a

política econômica, que engole parte significativa do orçamento da seguridade social. Os recursos que compõem as fontes de financiamento da Seguridade Social desempenham um papel relevante na sustentação da política econômica e social, e, desde 1994, vem ocorrendo apropriação indevida desses recursos do Orçamento da Seguridade Social por meio da Desvinculação das Receitas da União, que são retiros pelo Orçamento Fiscal da União e canalizados para a esfera financeira e geração do *superavit* primário. Esse movimento constitui uma "perversa alquimia" (BOSCHETTI e SALVADOR, 2006) que transforma recursos destinados aos direitos sociais em fonte de sustentação política monetarista de juros altos, estímulo à ciranda financeira. (BOSCHETTI, 2009).

Boschetti (2009) afirma ainda, que a seguridade social deixa de arrecadar anualmente em torno de R\$ 13 bilhões de reais devido às renúncias previdenciárias às "entidades filantrópicas" (assistência, saúde e educação), micro e pequenas empresas e clubes de futebol. E conclui observando que essas isenções poderiam ser limitadas para garantir maior arrecadação para a seguridade social.

Outro aspecto importante para o desmonte da seguridade social é a sonegação fiscal. Onde a autora apresenta que, os dados da ANASPS (Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social) revelam que entre 2003 e 2005, o governo acumulou R\$ 100 bilhões de *déficit* de caixa no INSS por motivo de uso indevido do orçamento da seguridade social, sendo R\$ 90 bilhões em função de sonegação, evasão e elisão contributiva e R\$ 35 bilhões em função de renúncias contributivas.

O favorecimento de planos privados de aposentadoria, que proliferam após a contrarreforma da previdência social, é outro caminho de desmonte, pois provoca uma privatização passiva, ao estimular a demanda do setor privado, em detrimento do setor público. Em 2004, mais de seis milhões de brasileiros(as) já haviam associado a planos privados, o que reduz e fragiliza a seguridade social pública.

Por fim, BOSCHETTI (2009) reafirma que a seguridade social brasileira, além de ser fruto das lutas e conquistas da classe trabalhadora, é espaço de fortes disputas de recurso e de poder, constituindo-se em uma arena de conflitos. E explicita que a defesa, ampliação dessas conquistas e o posicionamento contrário às reformas neoliberais regressivas são desafios permanentes, além de serem condição para efetivar a consolidação da seguridade social pública e universal.

Acerca do estudo das políticas sociais no Brasil, BEHRING e BOSCHETTI (2011), consideram que devem ser consideradas suas múltiplas causalidades, as conexões internas, as relações entre suas diversas manifestações e dimensões. E

que do ponto de vista histórico, o surgimento das políticas sociais deve ser relacionado às expressões da questão social, determinantes em sua origem (e que, dialeticamente, também sofrem efeitos da política social.

Do ponto de vista econômico, faz-se necessário estabelecer relações da política social com as questões estruturais da economia e seus efeitos para as condições de produção e reprodução da vida da classe trabalhadora. E do ponto de vista político, as autoras preocupam-se em reconhecer e identificar as posições tomadas pelas forças políticas em confronto, desde o papel do Estado até a atuação de grupos que constituem as classes sociais e cuja ação é determinada pelos interesses da classe em que se situam. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 43.)

Para as autoras, uma dimensão fundamental e orientadora da análise é a ideia de que a produção é o núcleo central da vida social e é inseparável do processo de reprodução, no qual se insere a política social - seja como estimuladora da realização da mais-valia socialmente produzida, seja como reprodução da força de trabalho (econômica e política). Portanto, para elas, a teoria do valor-trabalho, não é uma espécie de respiração natural do capitalismo, mas constitui uma ferramenta importante para pensar a política social, por ser uma mediação no circuito do valor.

A condição e possibilidade de implementar políticas sociais relacionase aos movimentos das taxas de lucros e de extração/realização/apropriação da mais-valia socialmente produzida, à relação capital/trabalho, em sentido político e econômico, e que estão na origem dos grandes ciclos econômicos de estagnação e expansão do capitalismo. Tanto que sua articulação foi comemorada no pós-guerra, nos chamados anos gloriosos, e também foi execrada na hegemonia neoliberal, apontada como perdulária, quando as classes dominantes não mais apontam para o pacto dos anos de crescimento e criticam os impostos excessivos para manter supostos privilégios. (BEHRING; BOSCHETTI; 2011).

#### 1.2. O Vale do Ribeira

O Vale do Ribeira, localizado no litoral sul do Estado de São Paulo, historicamente apresenta os piores índices de pobreza e vulnerabilidade social do Estado. Devido às diferentes caracterizações demográficas identificadas, neste trabalho será utilizada a definição proposta no "Planejamento Estratégico 2030 – Vale do Ribeira e Litoral Sul", publicado pelo Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira e Litoral Sul (CODIVAR) em 2018.

A região é composta por 25 municípios, subidivididos em quatro regiões:

- a) alto vale: Apiaí, Barra do Chapéu, Barra do Turvo, Eldorado, Iporanga, Itaoca, Itapirapuã Paulista, Ribeira, Ribeirão Grande e Sete Barras;
- b) eixo da BR-116: Cajati, Jacupiranga, Juquiá, Juquitiba, Miracatu,
   Registro e Tapiraí;
- c) lagamar: Cananéia, Iguape, Ilha Comprida e Pariquera-Açú;
- d) litoral Sul: Itanhaém; Itariri; Pedro de Toledo e Peruíbe.

Figura 1 – Dados demográficos do Vale do Ribeira:

Variável	Valor
Área (em Km²)	18.075,27
População Total (hab.)	443.231
População Urbana (hab.)	328.410
População Rural (hab.)	114.821
Nº de Famílias Assentadas - Reforma Agrária	150
Número de Projetos - Reforma Agrária	4
Área Reformada - Reforma Agrária (em hectares)	13.716
Nº de estabelecimentos da agricultura familiar	6.993
Pessoal ocupado na agricultura familiar	14.225
Número de Pescadores	0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2010); INCRA (2014); Atlas do Desenvolvimento Humano (2014); Índice de Desenvolvimento Humano/PNUD (2014).

O Estado de São Paulo atualmente é composto por 16 Regiões Administrativas e 41 Regiões de Governo. A regionalização do território para fins de ordenamento das ações de governo está fundamentada, de modo geral, no pressuposto de que há razoável grau de homogeneidade entre os municípios, sendo estes articulados e movidos por relações funcionais e em torno de uma cidade polo ou sede. (SÃO PAULO, 2016).

Apesar disso, consta no Plano Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social-PEAS 2016-2019, que as transformações socioeconômicas ocorridas nas últimas décadas devido aos processos de desenvolvimento e urbanização do Estado, fizeram com que a regionalização, com base no estabelecimento de limites definidos

apenas administrativamente, se mostrasse insuficiente para apoiar a formulação, implantação e gestão de políticas públicas.

O PEAS 2016-2019, atribui a influência das malhas viárias como fator determinante de desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo, por isso, áreas próximas à capital tendem a ser bem servidas por determinados eixos rodoviários, a exemplo das regiões de Campinas, Sorocaba, Vale do Paraíba, Ribeirão Preto e Região Central (São Carlos e Araraquara), que consequentemente atraem uma grande diversidade de investimentos públicos e privados. Em comparação, as regiões mais afastadas e de difícil acesso, como o Vale do Ribeira, Litoral Sul, Pontal do Paranapanema e Itapeva, permanecem tidas como áreas estagnadas economicamente ou com um crescimento inferior ao das áreas de maior dinamismo. (SÃO PAULO, 2016).

As Secretarias de Desenvolvimento Social (SEDS) do Estado, estão subdivididas em 6 macrorregiões, compostas por 26 Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social (DRADS), conforme a figura a seguir:

Figura 2 – Mapa das Macrorregiões e Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social (DRADS):



Fonte: Plano Estadual de Assistência Social do Estado de São Paulo, 2016-2019.

São três os processos históricos destacados no PEAS-2016-2019 que contribuíram para a organização econômica e política regionais do Estado de São Paulo. Inicialmente, destaca-se o reposicionamento das grandes plantas industriais com a desconcentração produtiva ocorrida no fim do século XX, onde a migração para regiões e cidades do interior tornou-se opção em razão dos custos crescentes do solo urbano, acirramento das restrições ambientais e de zoneamento, e, não menos importante, como reflexo da guerra fiscal praticada por municípios e Estados. Este fator impulsionou a redistribuição regional de atividades praticadas no estado, no entanto, não tem correlação com a melhora dos índices de desigualdades regionais apresentados.

Com a realocação dos recursos produtivos, as regiões de Campinas, Santos, São José dos Campos, Sorocaba e Ribeirão Preto destacaram-se ao serem beneficiadas diretamente com a construção de malhas viárias e de outras melhorias em infraestrutura.

O segundo processo citado pelo PEAS 2016-2019, refere-se à descentralização político-administrativa preconizada pela Constituição Federal de

1988, que municipalizou a execução de diferentes políticas setoriais e o modo como os serviços públicos passaram a ser disponibilizados, a exemplo do Sistema de Seguridade Social-SUAS.

Como terceiro processo, aponta-se os efeitos gerados pela globalização econômica, ainda refletida pelo fim do século XX. Neste processo, a articulação entre territórios locais e a economia mundial estabeleceram um novo padrão de concentração produtiva localizada em determinadas regiões e cidades, onde predominam médias e pequenas empresas especializadas que atuam em redes regionais e nacionais.

Por exemplo, ao se mapear áreas – cidades ou regiões – dotadas de infraestrutura para ciência e tecnologia, como instituições de ensino superior, institutos de pesquisa, incubadoras, parques tecnológicos, criam-se condições para uma dinâmica econômica e social distinta do modelo produtivo tradicional (industrial ou agroindustrial) e que ocorre em diferentes municípios e regiões do Estado. (SÃO PAULO, 2016).

Vale ressaltar que a dinâmica apresentada no Plano não é uniforme e para Barbosa (2015), os municípios brasileiros, dentro da perspectiva de um capitalismo competitivo global, possuem dificuldades de crescimento econômico e garantia de boa qualidade de vida para a sua população. Quanto ao Estado de São Paulo, cidades de menor porte e expressão econômica, quando situadas em regiões que comportam municípios com índices econômicos e de desenvolvimento relevantes, não são beneficiadas por esta proximidade, pois não há transferência das condições positivas de um município para o outro. (São Paulo, 2016).

Municípios relevantes econômica e socialmente acabam por concentrar fatias maiores de recursos destinadas à prestação de políticas públicas; ainda, aponta-se que muitas vezes tal proximidade pode acabar por inibir o desenvolvimento econômico e social de cidades pequenas, em razão da transferência de parte de sua riqueza para o comércio das cidades maiores, muito mais diversificado do que o comércio local. (São Paulo, 2016).

As características apresentadas moldam as demandas e políticas sociais a partir dos diferentes impactos sofridos diante das condições econômicas, ambientais e sociais explicitadas nas regiões do Estado de São Paulo (São Paulo, 2016).

Embora a pobreza seja reconhecida como fenômeno multidimensional, a abrangência da extrema pobreza limitou-se a um critério estritamente monetário, em conformidade com os parâmetros estabelecidos pelo Banco Mundial e aplicados à realidade brasileira

pelo Ministério do Desenvolvimento Social. Assim, foram consideradas extremamente pobres as famílias com renda mensal de até R\$ 77,00 per capita. Nesse contexto, a renda é considerada como proxy de situação de privações severas do ponto de vista multidimensional. (São Paulo. 2016).

O PEAS 2016-2019 expressa que o Estado de São Paulo, acompanhando a tendência do país, conseguiu reduzir consideravelmente o percentual absoluto e relativo de famílias vivendo em situação de extrema pobreza. E conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), entre 2001 e 2012 o número de famílias vivendo abaixo da linha de extrema pobreza no Estado caiu de 913.178 para 365.600, totalizando uma queda de 60%.

Apesar disso, entre os anos de 2012 e 2013 houve um aumento no número de famílias em extrema pobreza, onde aproximadamente 75 mil famílias voltaram a ficar abaixo da linha de extrema pobreza no Estado.

O Vale do Ribeira, apresenta grande variação de densidade demográfica. Caracterizado entre os municípios compreendidos com menos de 50 habitantes por quilômetro quadrado. Concentra a maior presença relativa de pessoas em extrema pobreza, em consonância às regiões de Itapeva, Região Metropolitana de São Paulo, a Região Metropolitana da Baixada Santista, a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte e o extremo oesto do Estado (DRADS Alta Sorocabana). (São Paulo, 2016).

O PEAS 2016-2019 reitera a necessidade de considerar os aspectos históricos e geográficos presentes nestas regiões, como a topografia acidentada e o clima, os quais dificultaram a ocupação humana na região, que também possui áreas de preservação ambiental e é marcada pela carência de infraestrutura básica, dificultando até mesmo o processo de industrialização.

Os municípios do Vale do Ribeira e de Itapeva têm em comum a ausência de infraestrutura básica e o seu isolamento, causado pelas dificuldades de locomoção entre os municípios e demais regiões, em razão da precarização das estradas e do transporte coletivo intermunicipal limitado, que dificultam a circulação de pessoas. (São Paulo, 2016).

Outro fator apresentado foi a ausência de serviços nos municípios, agravando as condições de vida das populações residentes nestas regiões devido ao transporte público precarizado.

A ausência de postos de atendimento e de agências bancárias ampliam as dificuldades dos usuários da Assistência Social que recebem benefícios ou transferência de renda e precisam viajar para retirar o cartão eletrônico e sacar o benefício mensal, gastando (...) uma parte do benefício em transporte. (São Paulo, 2016).

Outros elementos apontados pela Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado, em 2016, foram os efeitos climáticos decorrentes das chuvas, com enchentes e inundações em partes da cidade e a presença de comunidades tradicionais e indígenas em sua população, considerados grupos vulneráveis com demandas específicas.

Consta, ainda, no diagnóstico da Diretoria Regional de Assistência de Desenvolvimento Social (DRADS) do Vale do Ribeira, as dificuldades para se realizar o trabalho com a população indígena, que pratica a mendicância em cidades turísticas; e de lidar com o trabalho infantil nas cidades do litoral. Além disso, foi identificada maior incidência de uso abusivo de substâncias psicoativas, principalmente o álcool. Sugerindo, portanto, a importância da oferta de Serviços de Proteção Social Especial na região.

Em continuidade, o Plano Estadual de Assistência Social – PEAS 2020-2023 reafirma seu compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), apresentado pela Organização das Nações Unidas (ONU). Devido à pandemia de COVID-19, reconhecida pelo Decreto nº 64.879, de 20 de março de 2020, apesar de não aprofundar a discussão sobre os dados contidos no diagnóstico socio territorial do Estado de São Paulo elaborado pela SEDS em 2019, a Secretaria de Desenvolvimento Social prevê a intensificação das fragilidades existentes e o surgimento de outras, gerando uma crise sanitária e agravando o cenário socioeconômico. (PEAS 2020-2023, p. 26, 2020).

De acordo com dados recentes divulgados pelo Banco Mundial, o Brasil é um dos países com a economia mais impactada pela Covid-19, onde 14,5 milhões de brasileiros podem entrar na faixa da pobreza. Atualmente, temos 10,8 milhões de pessoas no estado de São Paulo cadastradas no CadÚnico, o que representa 24% da

população total do estado. Destes, 5,5 milhões estão na faixa de pobreza e extrema pobreza. Estima-se que esse número aumente para 8,4 milhões de pessoas no território paulista. Os principais públicos a serem afetados são aqueles que vivem de trabalho informal, como bicos, autônomos e empregados domésticos – sem carteira assinada. Em junho de 2020, esse público totalizou no CadÚnico 1,5 milhões de pessoas. (SÃO PAULO, PEAS 2020-2023, p. 26, 2020).

Como objetivo geral, o PEAS 2020-2023, propõe promover a mobilidade social de todas as famílias e usuários da rede SUAS, com foco naqueles em situação de vulnerabilidade, pobreza e extrema pobreza, com vistas à conquista da autonomia, qualidade de vida e das liberdades substantivas a partir do conceito de desenvolvimento produzido por Amartya Sen:

Amartya Sen entende que o desenvolvimento humano é como a realização das vontades pessoais, como a liberdade dos indivíduos poderem ter e fazer aquilo que valorizam, envolvendo a condição de agente das pessoas. Portanto, políticas de desenvolvimento consistem em identificar e combater "fontes de privação das liberdades dos indivíduos", como a pobreza, a tirania política, a falta de oportunidades econômicas, a exclusão social, a intolerância, a negação de direitos civis e etc., atribuindo autonomia ao indivíduo, à família ou a grupos sociais. (MÁXIMO, 2013).

Como objetivos específicos, o PEAS 2020-2023, prevê:

- a) reduzir as taxas de famílias e pessoas nas faixas de pobreza e extrema pobreza, com atuação equânime nos diferentes públicos e territórios;
- b) promover o acesso à alimentação adequada e saudável, com prioridade para famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, bem como prevenis agravos decorrentes da má nutrição;
- c) promover ações de prevenção ao uso abusivo de substâncias psicoativas e reinserção social de indivíduos com uso problemático de álcool e outras drogas, ampliado o acesso à justiça, ao tratamento de saúde integral, fortalecendo seus vínculos familiares e comunitários de modo a resgatar sua autonomia;
- d) aprimorar o apoio técnico oferecido pela SEDS para as gestões municipais no que tange às políticas de assistência social, política sobre drogas e segurança alimentar e nutricional;

 e) promover condições de melhoria de gestão da SEDS através dos seguintes eixos: capacitação e formação continuada, racionalização de processos, desenvolvimento da tecnologia de informação e comunicação e aperfeiçoamento da gestão de recursos materiais e financeiros.

O Vale do Ribeira é citado no PEAS 2020-2023 em dois itens. O primeiro item demonstra que a região concentra o maior percentual populacional em situação de pobreza do Estado de São Paulo. O segundo item apresenta o programa Prospera Jovem, como programa estratégico para promoção da proteção e social e redução da pobreza e desigualdade social no Vale.

O programa compõe o eixo estratégico intitulado "Projeto de Vida", onde subdivide-se nas categorias: competência sócio emocional; tutoria; capacitação e incentivo financeiro. Objetiva beneficiar 4 mil jovens, abrangendo 22 cidades do Vale do Ribeira, além de promover a mobilidade social do jovem em situação de vulnerabilidade, por meio do reconhecimento de sua situação peculiar e do desenvolvimento de suas potencialidades enquanto sujeito e protagonista de sua história, de maneira a viabilizar a busca consciente e consistente de seus objetivos de vida.

Por fim, o PEAS 2020-2023 ressalta o impacto produzido pela pandemia da Covid-19 principalmente entre a população que vive em situação de vulnerabilidade social com questões específicas a serem tratadas a nível estadual. No país, a morte de idosos representa 72,3% dos óbitos pelo vírus. (...) Ainda nisso, de acordo com a projeção do IBGE divulgada em 2018, o Brasil tem mais de 28 milhões de pessoas idosas – 13% da população -, que, em crescimento, chegará a ¼ da população, em 2047, enquanto que a proporção de crianças e jovens de até 14 anos será de apenas 16,3%. (SÃO PAULO, PEAS 2020-2023, p. 30, 2020).

Em São Paulo, com um índice de envelhecimento de 81,11%, hoje, as pessoas idosas são 15,3%. Este crescimento da população idosa representa importantes desafios para as políticas sociais e seu planejamento. (SÃO PAULO, PEAS 2020-2023, 2020).

Entre as mulheres, o Plano cita um aumento nos índices de desemprego e de violência doméstica, sendo que a demissão da mão de obra feminina foi 25% maior

do que a masculina. A nota técnica intitulada "Violência doméstica durante a pandemia de Covid-19" elaborada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, demonstrou um aumento de 41,4% nos casos de feminicídio em São Paulo, quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Além disso, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos divulgou que durante o distanciamento social, o número de denúncias de violência doméstica aumentou em 40%. Percebemos ainda, o forte papel da mulher com relação às famílias cadastradas no CadÚnico: 38% das famílias são monoparentais chefiadas por mulheres. Ou seja, são famílias onde a mulher é a responsável familiar – que possui dependentes e não existe parceiro para compartilhar a responsabilidade pela renda. (SÃO PAULO, PEAS 2020-2023, 2020).

Os outros dois segmentos citados no documento contemplam as crianças (0 a 14 anos) e jovens (15 e 29 anos). De acordo com o IBGE, 42,3% das crianças estavam abaixo da linha da pobreza. E 22% dos jovens do Estado não estuda e não está ocupado (empregado), além da falta de motivação e dificuldade de acesso as aulas por meio remoto durante a pandemia, que pode gerar a desistência de 30% dos alunos da rede pública, segundo o Instituto Datafolha (2020). Como estratégias de superação destes dados, LOPES (2020) ao citar GARCÍA (2016) afirma que além das evidências a favor das intervenções durante o período gestacional, há extensa literatura apontando que investimentos durante o período da primeira infância (do nascimento aos cinco anos) podem gerar um retorno ao investimento superior a 13% por ano, com repercussões positivas não apenas no nível de bem-estar geral de saúde.

Com o crescimento dos agravos existentes, pela pandemia de Covid-19, faz-se necessário correlacionar a retomada das políticas sociais brasileiras e seus reflexos na conjuntura nacional, pois devido à distância entre a definição dos direitos em lei e sua implementação real, tem-se também uma forte instabilidade dos direitos sociais, denotando a sua fragilidade, que acompanha uma espécie de instabilidade institucional e política permanente, com dificuldades de configurar pactos mais duradouros e inscrever direitos inalienáveis. (BEHRING; BOSCHETTI; 2011, p. 79).

No Vale do Ribeira, essa questão é refletida através das inúmeras tentativas identificadas de criação de estratégias e programas que objetivam alavancar o desenvolvimento regional através da superação das problemáticas sociais, necessárias à significativa retomada econômica.

#### 1.3. Conceito de Desenvolvimento: uma breve contextualização

O conceito de desenvolvimento é polissêmico e gerador de grande debate político e intelectual. CEPÊDA (2012) define que o debate perpassa diferentes áreas, momentos histórico e aninha-se no coração das mais complexas correntes teóricas produzidas em mais de quatro séculos de pensamento ocidental, e que duas concepções igualmente difíceis atravessam o debate, as noções de evolução e progresso e a separação entre desenvolvimento e desenvolvimentismo.

Para CEPÊDA (2012), os conceitos de desenvolvimento, evolução e progresso remetem ao pensamento moderno, com fundamentação nas teses da economia e cita como pensadores que trataram a questão da diferença das relações humanas e sociais em patamares sucessivos de mudança temporal e qualitativa, Condorcet e Herder. E pensadores como Kant, Hegel, Marx e Comte, que buscaram identificar a razão que provocava essa evolução e seu destino, fortalecendo a perspectiva da transformação centrada no movimento das formas sociais.

A autora correlaciona as teorias evolucionistas à assimilação de uma escala valorativa para a diversidade cultural, política e econômica encontradas nas diversas sociedades integradas pelas expansões ultramarinas e pelo mercantilismo, na forma do darwinismo social. A partir disso, considera que a diferença das culturas foi padronizada num esquema mundial com determinado padrão europeu, desta maneira as sociedades foram escalonadas conforme seus estágios de desenvolvimento em termos de uma acepção unitária.

No pensamento econômico clássico, o tema do desenvolvimento foi trabalhado por Adam Smith na, talvez, mais duradoura versão da ideia de progresso: aquele que, brotando da energia do trabalho humano, socializado pela divisão da produção (na fábrica ou na relação fábrica-mercado-sociedade), forjava as portas do futuro pela via da elevação da produção industrial e, na sequência, do bem-estar humano. (CEPÊDA, p. 78, 2012).

A reprodução dos mecanismos de produção permanece como tela de fundo e condicionante do futuro social, apesar do questionamento sobre o lugar e as formas de trabalho da sociedade moderna ou hipermoderna. (CEPÊDA, 2012). As divergências ocorrem no processo de explicação da dinâmica econômica, na detecção das variáveis fundamentais desse movimento e na definição do objetivo pretendido pelo desenvolvimento. O conflito identificado neste contexto é representado pela

disputa entre o paradigma da economia do lado da oferta *versus* a economia do lado da demanda, e entre a autonomia do mercado (via mão invisível) *versus* o regulacionismo macroeconômico.

Sob a perspectiva da teoria econômica CÊPEDA (2012) afirma que a distinção entre os conceitos de crescimento e desenvolvimento retratam o conflito entre as visões naturalista do processo produtivo, que pressupõe o livre mercado e a lógica da maximização de ganhos) *versus* uma visão que imputa à baliza do cálculo racional privado um potencial de distúrbios graves.

Na primeira, a autora explicita que qualquer ação extraeconômica pode inibir o mecanismo fundamental da livre-iniciativa, e que na segunda, as crises inerentes ao "naturalismo econômico" exigem a adoção de um mecanismo que corrige, com algum grau de racionalização a regulação do conjunto econômico.

A economia aqui é vista em rede, podendo e devendo ser corrigida em suas disfunções como meio de destravamento dos pontos críticos. Automatismo *versus* regulação constitui-se em campo complexo e muito tenso porque implica a definição da *ratio* do movimento econômico, tornando-se arena central no confronto entre as concepções de crescimento e desenvolvimento. Podemos nos referir assim a políticas de desenvolvimento como aquelas que fomentam a economia fora do primado do *laissez-faire*. (CEPÊDA, 2012).

Outra derivação tratada pela autora foi a utilização do sufixo *ismo* ao termo desenvolvimento, indicando o processo de movimento com dimensão social, gerando paradigmas, correntes e, especialmente, configurações históricas. O desenvolvimentismo, teóricamente é associado a existência de uma periferia capitalista. E é definido como um projeto de transformação social profunda, operada politicamente de maneira racional e orientada pelo Estado, vinculando economia e avanço social. Se essa definição estiver correta, o desenvolvimentismo nasce de uma constatação de deficiência estrutural e crônica como base lógica de intervenção com objetivo de transformação. (CEPÊDA, 2012).

Este conceito, relaciona-se à derivação das teses de atraso em decorrência do capitalismo tardio. Autores como Roberto Simonsen e Celso Furtado são citados como formuladores próximos do caso brasileiro, tendo como elemento comum a existência de obstrução na maturação dos processo de produção e de modernização nos países retardatários.

Países estes que não concluíram a modernização através do processo industrial, devido principalmente à posição desigual das economias em âmbito internacional.

Assim, os óbices de progressão ao moderno pleno não seriam dados por uma situação pré-moderna, feudal ou não capitalista, mas por condicionantes engendrados pela própria modernidade capitalista. São o resultado de relações históricas que brotaram do desenho realizado pelo colonialismo, pela expansão mercantilista, pela arquitetura do comércio internacional ricardiano e por novas formas de dominação econômica, que *incluíram excluindo*, mediante a situação subalterna e complementar (geralmente na fórmula do modelo primário-exportador). O atraso aparece, então, como um capitalismo inconcluso, incompleto: como expressão de subdesenvolvimento. (CEPÊDA, 2012).

CEPÊDA (2012) aponta como uma das principais consequências dos efeitos da economia do subdesenvolvimento o questionamento da neutralidade e da universalidade da dinâmica capitalista na constelação geoeconômica mundial. E que as disfunções existentes na divisão do trabalho mundial, entre economias industriais e primário-exportadoras geram o surgimento de diversos problemas nacionais para o segundo grupo, especialmente na capacidade de crescimento de longo prazo, na diversificação produtiva, nos saltos inovativos e expansão do mercado interno.

Neste ponto, a autonomia nacional e a questão econômica são colocadas em xeque, emergindo pela teoria do subdesenvolvimento o "desenvolvimentismo", tido como uma proposta de superação do subdesenvolvimento e o "nacional-desenvolvimentismo", caracterizado pela autora como um pacto social que sustenta a proposta de intervenção e meio de construção da nação, clássico no Brasil e América Latina.

Diante disso, o desenvolvimentismo transforma-se numa outra face da tese do subdesenvolvimento. Sustenta-se no mesmo princípio explicativo de que, se a causa do subdesenvolvimento é econômica, a solução tomada também deve ser pautada em soluções econômicas.

E esse movimento combinado afasta-se dos paradigmas da teoria econômica clássica, em dois pontos essenciais: no reconhecimento de que a patologia do subdesenvolvimento resulta do efeito perverso da tese da mão invisível (que funciona às avessas nas economias primário-exportadoras) e na patologia dos gargalos

estruturais, do atraso tecnológico e dos limites de investimento endógeno, presentes mesmo em situação de arranque (Rostow, 1964; Nurske, 1957) ou brecha histórica (Furtado, 1995, 1967). (CEPÊDA, 2012).

Por fim, a autora argumenta que tanto na formação do subdesenvolvimento, pautado aos moldes mercantil-exportador, quanto na situação de brecha histórica, são recusados postulados centrais do liberalismo, como a premissa das vantagens competitivas, da inércia progressiva do arranque e da autonomia decisória dos agentes econômicos privados.

Considera que a superação do subdesenvolvimento exigirá o planejamento e a racionalização da economia para que se desate o círculo vicioso do subdesenvolvimento por meio da queima de etapas e da ação transformadora do Estado. Além de associar a possibilidade do desenvolvimento econômico e social à criação de um projeto artificial que pense e oriente o universo produtivo, longe dos modelos que se pautam em vícios privados, benefícios públicos, em que o progresso social é resultante da ação econômica. Sob esta lógica, a vontade social deve ser originária na dinâmica do progresso.

Sampaio Jr. (2012) considera que o desenvolvimentismo foi uma arma ideológica das forças econômicas e sociais que, no momento decisivo de cristalização das estruturas da economia e da sociedade burguesa, conflitaram pela utopia de um capitalismo domesticado, subordinado aos desígnios da sociedade nacional.

A subordinação da vida econômica nacional à lógica ultra especulativa do capital internacional e à reprodução de estruturas sociais típicas de regimes de segregação social distorcem irremediavelmente as propriedades construtivas da concorrência econômica e da luta de classes — molas propulsoras do desenvolvimento capitalista autodeterminado. A superexploração do trabalho, a irracionalidade do processo de incorporação de progresso técnico, a instabilidade econômica e financeira, o espectro da estagnação e as crises cíclicas de reversão estrutural tornam-se características inerentes ao capitalismo na periferia latino-americana da economia mundial. (SAMPAIO, JR. 2012)

Nessa perspectiva, o autor define que o desenvolvimentismo pautou suas formulações a partir da ideia de que as estruturas que bloqueavam o pleno desenvolvimento capitalista nacional foram resultado de contingências históricas que poderiam ser superadas através da "vontade política" nacional. E que *não haveria* 

nenhum obstáculo intransponível que impedisse (...) conciliar capitalismo, democracia e soberania nacional nas economias da periferia do sistema imperialista. (SAMPAIO JR., 2012).

Os golpes militares latino-americanos que instauraram as ditaduras do grande capital, foram processos determinantes para o desfecho do processo de revolução burguesa no continente, considerada por Sampaio Jr. como uma contrarrevolulção permanente que possibilitou a instauração de novos paradigmas no sistema capitalista. Neste momento, o capital internacional deixou de ser visto como empecilho ao desenvolvimento e passou a ser condição inerente do próprio desenvolvimento.

Houve ainda, a diluição da contradição entre pobreza e desenvolvimento capitalista. E para o autor, a integração social deixou de ser vista como obstáculo à incorporação do progresso técnico para se converter em resíduo colonial, sem maiores consequências para o dinamismo do sistema capitalista.

Diante desta dinâmica Sampaio Jr. (2021) define o neodesenvolvimentismo como simulacro do desenvolvimento ao caracterizá-lo como um fenômeno recenete e localizado, indissociável das particularidades da economia e da política brasileiras na segunda metade dos anos 2000.

Sob este paradigma reitera que sua repercussão não ultrapassa características provincianas, além de ter relação direta com duas correntes políticas que disputam o controle da política econômica brasileira: a monetarista — braço direito do neoliberalismo — e a autoproclamada "desenvolvimentista" — braço esquerdo da ordem (SAMPAIO JR., 2012). Além de seu ideário partir do pressuposto de que o crescimento constituiria a chave para o enfrentamento das desigualdades sociais.

O debate gira em torno dos instrumentos que devem ser mobilizados pela política econômica para superar os entraves ao crescimento e conciliar as exigências do equilíbrio macroeconômico com os objetivos da política industrial e as necessidades orçamentárias da política social. Não se coloca em questão a dupla articulação – dependência externa e segregação social – responsável pela continuidade do capitalismo selvagem. O impacto devastador da ordem global sobre o processo de formação da economia brasileira não é considerado. Tampouco são examinados a fundo os efeitos de longo prazo da crise econômica mundial sobre a posição do Brasil na divisão internacional do trabalho. A discussão não ultrapassa o horizonte da conjuntura imediata. (SAMPAIO JR., 2012)

Como consequência direta deste processo, o Brasil, aos olhos do neodesenvolvimentismo, permanece no limbo entre a distante competitividade necessária ao enfrentamento da concorrência dos países desenvolvidos e entre a falta de competitividade necessária para disputar com países de periferia industrializada que utilizam de relações exploratórias ainda mais primitivas, a exemplo da China. Por conta dessa contradição, o autor considera que a burguesia nacional ocupa uma posição mais subalterna na divisão internacional do trabalho, e finaliza sua crítica ao desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo associando os novos ataques aos direitos dos trabalhadores e às políticas públicas como única variável de ajuste que resta às burguesias locais para enfrentar o acirramento da concorrência nacional.

Os novos desenvolvimentistas são entusiastas do capital internacional, do agronegócio e dos negócios extrativistas. Defendem a estabilidade da ordem. Não alimentam nenhuma pretensão de que seja possível e mesmo desejável mudanças qualitativas no curso da história. São entusiastas do status quo e em sua visão de mundo, desenvolvimento e fim da história caminham de mãos dadas. (SAMPAIO JR., 2012).

Neste cenário, as políticas de inclusão social, redistribuição e equidade são colocadas em posição prioritária e apoiam-se no diangóstico da exclusão social como eixo central destas problemáticas. CEPÊDA (2012) constata que as políticas de distribuição, acompanhadas das políticas de estímulo produtivo tornam-se no novodesenvolvimentismo, um *plus* de estratégias setoriais desenvolvimentistas. Colaborando para a segmentação estratégica de setores como a economia da inovação, a economia da sustentabilidade, a economia exportadora, acompanhadas de estratégias cambiais e creditícias. Focalizando, portanto, a antecipação ou neutralização das amarras estruturais da produção e reafirmando o papel da orientação racional do desenvolvimento.

Em seu conjunto, as políticas diretas e indiretas de renda possuem funcionalidade múltipla: econômica – pois aquecem o mercado, servindo como meio de dinamismo e estímulo à produção industrial, comércio, serviços (a via do consumo de massa é, em boa medida, parente do modelo mercado interno do velho desenvolvimentismo); e política – pois ao incluir como consumidor ou proprietário, a lógica dessa inserção, inicialmente econômica, assenta-se no princípio do direito e da cidadania, como parcela do contrato social que possibilita requerer a promoção do bem-estar como uma das tarefas do Estado. (CEPÊDA, p. 86, 2012).

Já as políticas de expansão da educação, de ações afirmativas e reconhecimento do princípio da representação e organização das diferenças sociais representam, para a autora, uma segunda face dessa funcionalidade inclusiva. Ou seja, ao mesmo tempo empodera simbolicamente os diferentes grupos e minorias através de uma capacitação instrumentalizada e da canalização do fluxo de demandas e atores, possibilitando uma mudança da estrutura de poder político e de suas formas de operacionalização.

Apesar do caráter benemerente não podemos dissociar a correlação destas ações com as inovações do novo-desenvolvimentismo. CEPÊDA (2012) pontua como características: uma intervenção econômica mais pontual e menos direta, com menor nível de estatização, predominando políticas de regulação e menos de intervenção direta; e a diminuição da autonomia do Estado, que submete-se ao controle da sociedade nos níveis da gestão e controle social (participação deliberativa, accountability e administração gerencial) e a finalidade de sua ação (via inclusão e distribuição).

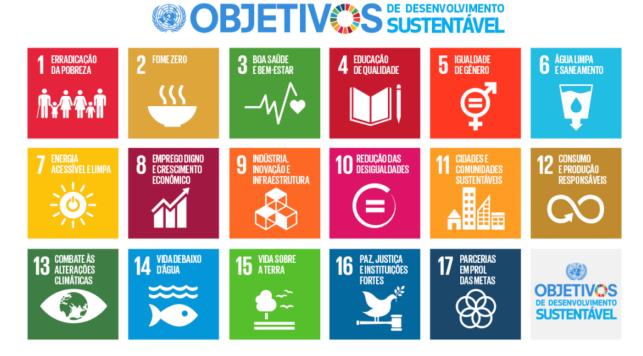
Portanto, por mais que esses elementos institucionais situem como centrais a noção de responsividade e de eficácia, simultaneamente valorizando o papel corretivo da ação estatal, ao mesmo tempo estabelece mecanismos duros de controle sobre ela (jurídico, político-institucional ou pela via eleitoral). Além disso, a autora complementa afirmando que embora de maneira mais flexível e pontual, a ação governamental brasileira utiliza-se de um pacote de mudanças e políticas que retomam a finalidade do velho desenvolvimentismo, mas não seu modo de operação. Mantendo o foco na lógica econômica, com a definição de demandas e políticas relativas à distribuição e submetidas à diversas formas de controle social.

# 1.4. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2030

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2030, representam um plano de ação global para eliminar a pobreza extrema e a fome, oferecer educação de qualidade ao longo da vida para todos, proteger o planeta e promover sociedades pacíficas e inclusivas até 2030. Compõem a estratégia, 193 Estados membros de Organização das Nações Unidas (ONU), incluindo o Brasil, que comprometeram-se a adotar a chamada Agenda Pós-2015, considerada uma das mais ambiciosas da

história da diplomacia internacional. A partir dela, as nações trabalharão para cumprir os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), apresentados na Figura a seguir:

Figura 3 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2030



Fonte: ODS Brasil, 2021.

A Agenda 2030 é uma proposta para pensar alternativas ao modelo excludente em vigor, promotora da justiça social, trazendo aspectos importantes quanto a seus objetivos, seus interesses e afinidades políticas, bem como das faces indissociáveis do desenvolvimento sustentável no aspecto econômico, social e ambiental, e seus critérios de transversalidade (integração, visão transversal de políticas públicas e a capacidade de planejamento intersetorial) e transdisciplinaridade (na garantia de uma igualdade substancial de oportunidades), que, de forma cooperativa e colaborativa, auxiliam na busca de um conjunto comum de desenvolvimento. (ZEIFERT; CENCI; MANCHINI, 2020).

Estas iniciativas refletem a necessidade de adequar políticas de governo que atualmente estão voltadas à lucratividade excessiva em detrimento aos atendimentos de demandas sociais básicas às comunidades, assim como o sistema globalizado neoliberal, que alterou e se fortaleceu ao longo dos últimos anos nas agendas de

políticas governamentais, garantem uma maior importância ao mercado capital do que aos direitos valorativos e inclusivos da sociedade, tornando-se um dos grandes empecilhos para a efetivação dos objetivos sustentáveis e para os avanços de pautas que versem sobre a valoração dos Direitos Humanos. (ZEIFERT; CENCI; MANCHINI, 2020).

La desigualdad es una característica histórica y estructural de las sociedades latinoamericanas y caribeñas, que se ha mantenido y reproducido incluso en períodos de crecimiento y prosperidad económica. En el período reciente, la desigualdad se ha reducido (CEPAL, 2016a; 2016c), en un contexto político en el cual los gobiernos de los países de la región dieron una alta prioridad a los objetivos de desarrollo social y promovieron políticas activas de carácter redistributivo e incluyente. A pesar de estos avances, persisten altos niveles de desigualdad, que conspiran contra el desarrollo y son una poderosa barrera para la erradicación de la pobreza, la ampliación de la ciudadanía y el ejercicio de los derechos, así como para la gobernabilidad democrática. Avanzar para reducirlos significativamente es un compromiso plasmado en la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible y asumido por todos los países de América Latina y el Caribe. (CEPAL, 2016)

Dentre as razões apresentadas pela Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), o crescimento econômico é um elemento chave para reduzir a pobreza, e a desigualdade pode limitar significativamente este processo, gerando barreiras que dificultam a ascensão social das populações que a compõem. E nesta região existe uma relação entre entre o nível socioeconômico das famílias com a perpetuação da situação das futuras gerações, através da transmissão intergeracional de oportunidades.

Para a CEPAL (2016), isso ocorre pois a estrutura social tende a reproduzir-se através de uma estrutura de oportunidades e uma diferença de resultados, limitando a mobilidade para os estratos sociais mais altos. E os altos níveis de desigualdade social, tendem a impactar os processos de integração social, por serem geradores de experiências de vida e expectativas sociais distintas. Como consequência disso, existe uma maior estratificação e segregação social, diretamente relacionadas à situações de violência política e social.

La desigualdad es percibida como particularmente injusta cuando las oportunidades que se presentan a las personas para mejorar su situación socioeconómica son acentuadamente dispares y cuando aquellos en la parte superior de ladistribución de ingresos han llegado

a esa posición a partir de posiciones heredadas y aveladas por una "cultura del privilegio". (Bárbacena y Prado, 2016).

Consta no documento que essas condições de desigualdade podem contribuir para a instabilidade social e para a perda de confiança ao debilitar a legitimidade dos mecanismos de apropriação dos recursos, dos sistemas que regulam e dos grupos sociais que o controlam. E que si esta situación se asienta de manera naturalizada, contribuye a la reproducción y pernamencia de la desigualdad y de la misma cultura del privilegio. (CEPAL, 2016).

A população brasileira estimada em 2021 pelo IBGE é de 213.317.639 milhões de pessoas. Dos quais 51,11% são mulheres, totalizando 109.045.796 milhões. E 48,89% são homens, totalizando 104.271.843 milhões. (IBGE, 2021).

O Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça – 1995 a 2015, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, verificou a existência de uma tendência entre o crescimento da proporção de domicílios "chefiados" por mulheres. Estima-se que em 1995, 23% dos domicílios tinham mulheres como pessoas de referência e em 2015, esse dado chegou a 40%. Em âmbito urbano, esse número atingiu 43% dos domicílios. E em âmbito rural, 25%.

A pesquisa demonstra que as famílias chefiadas por mulheres não so exclusivamente aquelas em que não há a presença maculina, pois em 34% delas, existe a presença de um cônjuge. Apesar disso, o número de mulheres que não tem cônjuge e tem filhos é grande, e muitas vezes estas famílias encontram-se em maior risco de vulnerabilidade social por conta da renda média das mulheres, especialmente a de mulheres negras que continua bastante inferior não só a dos homens, como à das mulheres brancas. (IPEA, 2017).

Em paralelo ao crescimento do número de domicílios chefiados por mulheres, houve uma mudança no perfil da configuração dos arranjos famíliares. Consta no relatório que se, em 1995, o tipo mais tradicional, formado por um casal com seus filhos, repondia por 58% das famílias, em 2015 esse percentual caiu para 42%. Aumentando, consequentemente o número de domicílios com apenas uma pessoa e o percentual de casais sem filhos.

No âmbito da educação, a taxa de analfabetismo apresentam uma diferença racial considerável pois, em 2015, entre as mulheres com 15 anos ou mais de idade brancas, somente 4,9% eram analfabetas; e entre mulheres negras, esse número era o dobro, totalizando 10,2%. Entre homens, a pesquisa demonstrou que a os dados são semelhantes.

No nível superior, entre 1995 e 2015, duplicou-se a população adulta branco com 12 anos ou mais de estudo, um crescimento de 12,5% para 25,9%. No mesmo período, a população negra com 12 anos ou mais de estudo passou de 3,3% para 12%, um aumento de aproximadamente 4 vezes mais.

Em nível de comparação, a pesquisa demonstra que apesar das mulheres estarem em melhor posição no campo educacional do que os homens, no mercado de trabalho isso não é refletido. E durante o período observado (1995-2015) os resultados apresentaram que as brasileiras atingiram um "teto" de participação difícil de ser superado, oscilando entre 54% e 55%.

Portanto, aproximadamente quase metade das brasileiras em idade ativa não faz parte do mercado de trabalho formal. Já o percentual masculino chegou a 85% e caiu, tendo alcançado menos de 78% em 2015.

Consta ainda que, em 2015, a taxa de desocupação feminina era de 11,6%. Enquanto a dos homens doi de 7,8%. No caso das mulheres negras, a proporção chegou a 13,3%, e a dos homens negros, 8,5%.

A pesquisa revela que os maiores patamares mantiveram-se entre as mulheres negras com ensino médio completo ou incompleto (9 a 11 anos de estudo). E neste grupo a taxa de desocupação, em 2015, foi de 17,4%.

Dentre os setores de empregabilidade feminina no Brasil, consta o emprego doméstico, o serviço público e do emprego com carteira de trabalho assinada, correspondendo a um crescimento de 24% em 1995, para 36% em 2015.

Quanto ao trabalho doméstico, 18% das mulheres ocupadas são negras e 10% são brancas. Três tendências foram identificadas neste ramo. A primeira, foi o envelhecimento da categoria; a segunda tendência foi o aumento das trabalhadoras com carteira assinada, chegando a 30,4% em 2015; e a terceira foi o aumento das

trabalhadoras domésticas "diaristas", que passaram de 18,3% em 1995, para 31,7% em 2015.

Vale ressaltar que entre as empregadas domésticas brancas, 34,1% trabalhavam em mais de um domicílio, caracterizando rendas mais altas e menor acesso a direitos e proteção social.

A renda média das trabalhadoras domésticas viu um importante crescimento nas últimas duas décadas, de cerca de 64%, que se vincula à valorização do salário mínimo e ao aumento da formalização do setor. No entanto, apesar deste crescimento, a renda média em 2015 não alcançava sequer o salário mínimo (R\$ 739 contra R\$ 788). (IPEA, 2017).

A pesquisa estima que as distâncias entre os quatro grupos populacionais não são modificadas de forma expressiva, mesmo com a valorização em 80% do rendimento entre mulheres negras, e com o crescimento de apenas 11% do rendimento entre homens brancos. É possível observar a manutenção da mesma ordem – homens brancos, mulheres brancas, homens negros, mulheres negras – do maior para o menor rendimento ao longo de toda a série histórica. (IPEA, Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça).

Quanto à população sem renda própria, a relação de gênero existente é reafirmada. Neste indicador, as mulheres correspondem à maior proporção de pessoas sem renda, o que influencia diretamente a participação feminina no mercado de trabalho. Apesar disso, houve uma redução importante nessa proporção: entre as mulheres negras, 46,7% não possuíam renda própria em 1995, e em 2015 esse percentual diminuiu para 27,3%, possivelmente devido à ampliação do acesso a benefícios assistenciais para mulheres.

Para qualificar o indicador de uso do tempo, a pesquisa correlacionou o trabalho executado no mercado de trabalho e o trabalho doméstico não remunerado. Consta que o trabalho não remunerado no Brasil mantém o padrão predominante, onde mais de 90% das mulheres declaram realizar atividades domésticas, cuja proporção não foi modificada durante o período pesquisado (mantendo-se entre 94% e 91%). Entre homens, de 1995 a 2015, esse dado passou de 46% para 53%.

A "dupla jornada" (considera-se o total de trabalho remunerado somado ao trabalho doméstico não remunerado) realizada por mulheres, representa menos

tempo dedicado a si, devido ao trabalho doméstico. E em 2015, a jornada total média semanal das mulheres superava em 7,5 horas a dos homens, correspondendo a 53,6 horas de trabalho semanais das mulheres; e 46,1 horas de trabalho semanais dos homens.

O relatório produzido pelo IPEA, considera que o principal fator relacionado ao engajamento no trabalho doméstico é a renda. Ou seja, quanto maior a renda, menor a proporção das mulheres que afirmaram realizar afazeres domésticos. Portanto, entre a população com renda de até 1 salário mínimo, 94% das mulheres afirmou dedicar-se aos afazeres domésticos. Enquanto, 79,5% com renda superior a 8 salários mínimos não se dedica a esta atividade.

Entre homens, existe uma proporção maior dos que realizam afazeres domésticos nas faixas mais altas de renda, sendo maior entre aqueles com renda mensal entre 5 e 8 salários mínimos, dos quais 57% afirmou realizar afazeres domésticos. E entre homens com renda mais baixa, cerca de 49% realiza atividades domésticas.

Cabe mencionar que, além da possibilidade de contratar trabalhadoras domésticas, as famílias com rendas mais altas também têm maior acesso a eletrodomésticos. E uma das hipóteses explicativas para a redução do número de horas dedicadas aos afazeres domésticos pelas mulheres nos últimos vinte anos é, justamente, a ampliação do acesso a alguns eletrodomésticos, como a máquina de lavar roupa. Com efeito, entre 1995 e 2015, observa-se uma ampliação de 26,5% para 61,1% na proporção de domicílios com máquina de lavar roupa. (IPEA, Retrato das desigualdades de Gênero e Raça).

Quanto à violência contra a mulher, o IPEA define que houve uma melhoria significativa na coleta de dados quantitativos e em sua utilização para a elaboração de estratégias e políticas públicas.

GONÇALVES e ABREU (2018) afirmam que, no Brasil, o ano de 1975 propiciou o cenário que deu visibilidade ao movimento feminista. O ano, oficialmente declarado pela ONU como ano Internacional da Mulher, torna-se um marco temporal, pois o reconhecimento da mulher como "problema social" favoreceu a criação de uma bandeira para um movimento social que ainda atuava nos bastidores da clandestinidade, abrindo espaço para a formação de grupos políticos de mulheres que começaram a atuar abertamente.

As autoras consideram que para Cynthia Sarti (2004), as particularidades do feminismo brasileiro estão relacionadas ao caráter dos movimentos sociais no país e de sua relação com o Estado. A forma de organização desses movimentos urbanos se dava em bases locais, enraizando-se na expeciência cotidiana dos moradores das periferias pobres, dirigindo suas demandas ao Estado como promotor de bem-estar social. (GONÇALVES; ABREU. 2018).

E a produção de políticas públicas que incorporam a perspectiva de gênero em sua formulação conceituam, podem assegurar a transversalidade no âmbito institucional e técnico-administrativo da governabilidade do Estado Brasileiro. Gonçalves e Abreu (2018), ao citar BANDEIRA (2005, p. 5), quanto à transversalidade de gênero nas políticas confordam com

(...) a ideia de elaborar uma matriz que permita orientar uma nova visão de competências (políticas, institucionais e administrativas) e uma responsabilização dos agentes públicos em relação à superação das assimetrias de gênero e entre as distintas esferas do governo. Esta transversalidade garantiria uma ação integrada e sustentável entre as diversas instâncias governamentais e, consequentemente, o aumento da eficácia das políticas públicas, assegurando uma governabilidade mais democrática e inclusiva em relação às mulheres. (BANDEIRA, 2005).

PASINATO (2015) ao elaborar o relatório intitulado "Violência contra a mulher no Brasil – Acesso à informação e políticas públicas", considera alguns elementos cruciais da historiografia brasileira no combate à violência contra a mulher. Primeiro, a aprovação do Protocolo Facultativo da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, pelas Nações Unidas, adotado pelo Brasil em 2002; o estabelecimento do Mecanismo de Seguimento da Convenção de Belém do Pará – MESECVI, que reforçou o compromisso dos países na produção de informações específicas sobre violência contra as mulheres, viabilizando medir e avaliar as respostas governamentais para o enfrentamento desse problema social; e a participação ativa do Brasil em outras comunidades internacionais como o MERCOSUL e as Comunidades de Países de Língua Portuguesa (CLPL).

Para a autora, desde 1990 os planos e programas nacionais voltados à promoção dos direitos humanos reforçam a necessidade de produzir dados estatísticos desagregados por sexo, para construir bases de informação e indicadores

sociais que permitem realizar um acompanhamento e avaliação de políticas públicas com maior precisão.

A Lei nº 10,778, de 24 de novembro de 2003, estabeleceu a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde pública ou privados.

Em 2006, ouve a promulgação da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

Consta ainda, no artigo 8º, inciso II: "a promoção de estudos e pesquisas e estatísticas com a perspectiva de gênero, raça e etnia, concernentes às causas, às consequências e à frequência da violência doméstica e familiar contra a mulher, para a sistematização de dados, a serem unificados nacionalmente, e a avaliação periódica dos resultados das medidas adotadas".

Dentre outros marcadores importantes, publicados pelo Instituto Patrícia Galvão, consta em 2009 a incusão do módulo sobre vitimização na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, pelo IBGE. A divulgação do Mapa da Violência 2012, que divulgou pela primeira vez, dados sobre homicídios de mulheres obtidos a partir do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde. E sobre as violências física e sexual registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN).

Em 2013, houve a promulgação da Lei nº 12.854, de 1 de agosto de 2013, que dospõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas e situação de violência sexual. Que prevê no artigo 1º, que os hospitais devem oferecer às vítimas de violência sexual atendimento emergencial, integral e multidisciplinar, visando ao controle e ao tratamento dos agravos físicos e psiquicos decorrentes de violência sexual, e encaminhamento, se for o caso, aos serviços de assistência social. E no

artigo 3º, garante o atendimento imediato, obrigatório em todos os hospitais integrantes da rede do SUS, compreendendo os serviços de: diagnóstico e tratamento das lesões físicas no aparelho genital e nas demais áreas afetadas; amparo médico, psicológico e social imediatos; a facilitação do registro da ocorrência e o encaminhamento ao órgão da medicina legal e às delegacias especializadas com informações que possam ser úteis à identificação do agressor e à comprovação da violência sexual; profilaxia da gravidez; profilaxia das infecções sexualmente transmissíveis (IST's); coleta de material para realização do exame de HIV para posterior acompanhamento e terapia; fornecimento de informações às vítimas sobre os direitos levais e sobre todos os serviços sanitários disponíveis, dentre outros.

Em 2016, o Conselho Nacional do Ministério Público, promulgou a Resolução nº 135, de 26 de janeiro de 2016, que instituiu o Cadastro Nacional de Casos de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher no Ministério Público.

Houve, no mesmo ano a criação do Observatório da Mulher Contra a Violência (OMV), através da promulgação da Resolução nº 7, de 2016, do Senado Federal, que tem entre suas funções, reunir e sistematizar as estatísticas oficiais sobre a violência contra a mulher; além de propor e calcular indicadores específicos, promover estudos, pesquisas estatísticas e outras informações relevantes.

E em 2018, ocorreu o lançamento da primeira onda de resultados da Pesquisa de Condições Socioeconômicas e Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (PCSVDFMulher), que entrevistou 10 mil mulheres nas nove capitais nordestinas entre março e julho de 2016. (INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO).

Quanto aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2030, são objetivos estratégicos específicos para mulheres:

- a) Objetivo 3: saúde e bem-estar
  - até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global, para melhor de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos;
- b) Objetivo 5: igualdade de gênero
  - acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte;

- eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos;
- eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas;
- reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais:
- garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública;
- assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão;
- realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a pripriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturiais, de acordo com as leis nacionais;
- aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias deinformação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres:
- adotar e fortalecer politicas sólidas e legislação aplicável para a promoão da igualdade de gênero e empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis.

No Brasil, o documento "Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher", elaborado pelo Ministério da Saúde em 2004, reflete o compromisso histórico com a implementação de ações de saúde que contribuam para a garantia dos direitos humanos das mulheres e reduzam a morbimortalidade por causas preveníveis e evitáveis.

Em 1984, o Ministério da Saúde elaborou o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), marcando, sobretudo, uma ruptura conceitual com os princípios norteadores da política de saúde das mulheres e os critérios para eleição de prioridades neste campo (BRASIL, 1984). O PAISM incorporou como princípios e diretrizes as propostas de descentralização, hierarquização e regionalização dos serviços, bem como a integralidade e a equidade da atenção, num período em que, paralelamente, no âmbito do Movimento Sanitário, se concebia o arcabouço conceitual que embasaria a formulação do Sistema Único de Saúde (SUS). (Ministério da Saúde, 2004).

Consta na Política de Atenção à Saúde da Mulher, que o processo de construção do SUS teve grande influência sobre a implementação e consolidação do PAISM, por basear-se nos princípios e diretrizes da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8080/1990 e Lei nº 8142/1990; Normas Operacionais Básicas (NOB) e Normas Operacionais de Assistência à Saúde (NOAS), editadas pelo Ministério da Saúde. Posteriormente houve a implementação da NOB 96, onde foi consolidado o processo de municipalização das ações e serviços em todo o país. A partir disso, a municipalização da gestão do SUS tornou-se um espaço privilegiado de reorganização das ações e dos serviços básicos, onde são colocadas as ações e serviços de atenção à saúde da mulher, integrados ao sistema e seguindo suas diretrizes.

Como objetivos gerais, a Política Nacional de Atenção à Saúde da Mulher objetiva:

- a) promover a melhoria das condições de vida e saúde das mulheres brasileiras, mediante a garantia de direitos legalmente constituídos e ampliação do acesso aos meios e serviços de promoção, prevenção, assistência e recuperação da saúde em todo território brasileiro;
- b) contribuir para a redução da morbidade e mortalidade feminina no Brasil, especialmente por causas evitáveis, em todos os ciclos de vida e nos diversos grupos populacionais, sem discriminação de qualquer espécie;
- c) ampliar, qualificar e humanizar a atenção integral à saúde da mulher no Sistema Único de Saúde.
  - E como objetivos específicos, constam:
- a) ampliar e qualificar a atenção clínico-ginecológica, inclusive para as portadoras da infecção pelo HIV e outras DST;

- b) estimular a implantação e implementação da assistência em planejamento familiar, para homens e mulheres, adultos e adolescentes, no âmbito da atenção integral à saúde;
- c) promover a atenção obstétrica e neonatal, qualificada e humanizada, incluindo a assistência ao abortamento em condições inseguras, para mulheres e adolescentes;
- d) promover a atenção às mulheres e adolescentes em situação de violência doméstica e sexual;
- e) promover, conjuntamente com o PN-DST/AIDS, a prevenção e o controle das doenças sexualmente transmissíveis e da infecção pelo HIV/aids na população feminina;
- f) reduzir a morbimortalidade por câncer na população feminina;
- g) implantar um modelo de atenção à saúde mental das mulheres sob o enfoque de gênero;
- h) implantar e implementar a atenção à saúde da mulher no climatério;
- i) promover a atenção à saúde da mulher na terceira idade;
- j) promover a atenção à saúde da mulher negra;
- k) promover a atenção à saúde das trabalhadoras do campo e da cidade;
- promover a atenção à saúde da mulher indígena;
- m) promover a atenção à saúde das mulheres em situação de prisão, incluindo a promoção das ações de prevenção e controle de doenças sexualmente transmissíveis e da infecção pelo HIV/aids nessa população; e
- n) fortalecer a participação e o controle social na definição e implementação das políticas de atenção integral à saúde das mulheres.

Em consonância aos ODS 2030, CATANANTE et al. (2017) afirma que o cumprimento dos objetivos requer que cada país lide com suas diferentes realidades, capacidades e níveis de desenvolvimento, enfrentando desafios específicos para o seu estabelecimento e execução. Portanto, cada governo além de ser responsável pelo acompanhamento e avaliação do progresso alcançado nos níveis regional, nacional e global, deve desenvolver e utilizar-se de indicadores que mensuram dados de qualidade acessível e confiável, cujo uso deverá ser frequente e ponto de partida para o planejamento de políticas públicas por parte das instâncias decisórias.

Falar da igualdade de gênero significa romper com um universo restrito do não reconhecimento da alteridade, do outro, da diferença, para caminhar em direção ao espaço de equidade, da emancipação e do pertencimento. As mulheres emergem como alteridade feminina, sociocultural e política, passam a estar presentes nas arenas da vida cotidiana, onde se redefinem com base na cultura, na história, nas relações de trabalho e nas formas de inserção no mundo político, portanto, em um novo campo de possibilidades para estabelecer convenções capazes de vencer sua condição de desigualdade. (GONÇALVES, 2018).

Na maioria das sociedades, as relações de gênero são desiguais. Os desequilíbrios de gênero se refletem nas leis, políticas e práticas sociais, assim como nas identidades, atitudes e comportamentos das pessoas. As desigualdades de gênero tendem a aprofundar outras desigualdades sociais e a discriminação de classe, raça, casta, idade, orientação sexual, etnia, deficiência, língua ou religião, dentre outras (HERA, 1995). Portanto, justifica-se investigar as relações imbricadas entre o processo de desenvolvimento histórico e regional do Vale do Ribeira e a aplicabilidade destas políticas para que estas desigualdades sejam superadas, de modo a propiciar melhores condições de vida para mulheres.

### 2 OBJETIVOS

# 2.1. Objetivo Geral

Analisar os modos de vida constituídos historicamente no Vale do Ribeira, a influência dos atores sociais envolvidos no desenvolvimento territorial e a correlação entre esses processos e a efetivação da Seguridade Social com ênfase na garantia dos direitos sociais para mulheres.

# 2.2. Objetivos Específicos

- **2.2.1.** Documentar a historiografia do Vale do Ribeira contemplando o período colonial, a escravidão, imigração e reestruturação produtiva
- 2.2.2. Examinar os indicadores sociais dos municípios do Vale do Ribeira
- **2.2.3.** Analisar as Leis e Decretos Estaduais promulgados entre 2000 e 2020 que regulamentam ações de Saúde no Vale do Ribeira
- **2.2.4.** Identificar a produção científica existente sobre o Vale do Ribeira e sua relação com a Saúde e as Políticas Sociais para mulheres

### 3 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, baseada nos pressupostos da pesquisa documental e da revisão integrativa de literatura. O estudo retrospectivo sobre o Vale do Ribeira surge a partir de três hipóteses:

- a) que o "apagão regional está associado à sua histórica irrelevância no cenário econômico do Estado de São Paulo pós-colonialismo, devido principalmente à criação de áreas de preservação ambiental que minam a exploração plena do território aos moldes industrial, agroexportador e especulativo imobiliário;
- b) que esta característica é refletida no mercado de trabalho existente na região e está diretamente relacionada aos índices de vulnerabilidade social;
- c) que as políticas sociais são responsáveis pela melhoria das condições de vida da população, especificamente das mulheres residentes.

A investigação foi realizada através da utilização de duas estratégias analíticas: análise documental por meio da análise de conteúdo; revisão integrativa de literatura; baseadas na bibliografia específica discutida a seguir:

Os estudos qualitativos são caracterizados como aqueles que buscam compreender um fenômeno em seu ambiente natural, onde esses ocorrem e do qual fazem parte. Diante disso, o investigador torna-se o principal instrumento para captar as informações, interessanto-se mais pelo processo do que pelo produto. (BOGDAN & BIKLEN, 1994). As informações ou dados coletados podem ser obtidos e analisados de várias maneiras dependendo do objetivo que se deseja atingir. Em um estudo qualitativo a busca por dados na investigação leva o pesquisador a percorrer caminhos diversos, isto é, utiliza uma variedade de procedimentos e instrumentos de constituição e análise de dados que podem ser compostos por questionários, entrevistas, observação, grupos focais e análise documental. (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015).

SÁ SILVA, ALMEIDA & GUINDANI, definem que a pesquisa documental propõe-se a produzir novos conhecimentos, criar novas formas de compreender os fenômenos e conhecer a forma como estes têm sido desenvolvidos. Podendo ser

utilizada no ensino na perspectiva de que o investigador "mergulhe" no campo de estudo para captar a perspectiva contida nos documentos, contribuindo com a área na qual ele se insere, seja no âmbito da educação, saúde, ciências exatas e biológicas ou humanas. (KRIPKA; SCHELLER & BONOTTO, 2015).

Para KRIPKA, SCHELLER & BONOTTO, a etimologia da palavra "documento", corresponde à palavra latina "documentum", que significa aquilo que ensina, que serve de exemplo. E referindo-se a CELLARD (2008), complementam afirmando que conceituá-lo é um desafio por seu sentido de prova, ou de instrumento escrito que, por direito, faz fé daquilo que atesta; para servir de registro, prova ou comprovação de fatos ou acontecimentos, para ele:

(...) o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente. (CELLARD, 2008: 295).

Para as autoras, a pesquisa documental não deve ser confundida com a pesquisa bibliográfica, pois apesar de serem semelhantes por utilizaram o documento como objetivo de investigação, a característica dos documentos as diferenciam. Na pesquisa documental, são utilizados fontes primárias, as quais não receberam nenhum tratamento analítico, como relatórios de pesquisas ou estudos, memorandos, atas, arquivos escolares, autobiografias, reportagens, cartas, diários pessoais, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação. E na pesquisa bibliográfica, as fontes são secundárias, ou seja, abrangem toda a bibliografia tornada pública sobre um determinado tema. (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015, p. 59)

Para Oliveira (2007) a pesquisa bibliográfica representa uma modalidade de estudo e de análise de documentos de domínio científico, sendo sua principal finalidade o contato direito com documentos relativos ao tema em estudo. Neste caso, é importante a certificação de que as fontes pesquisadas já são reconhecidas de domínio público. (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015, p. 59). E,

Além da escolha de quais tipos de documentos pretende utilizar, o pesquisador, ao se decidir sobre a pesquisa documental, precisa de construção de um *corpus*, ou seja, a definição da amostra

representativa de todos os documentos de um tipo que se quer investigar. Neste caso é importante considerar também documentos que fazem referência a outros documentos (intertextualidade de documentos), buscando considerar a observação dessas conexões na análise, no modo como documentam e constroem as realidades sociais. (FLICK, 2009).

A análise da documentação, para Lüdke e André (1986) é tida como uma série de operações, visa estudar e analisar um ou vários documentos objetivando identificar informações factuais nos mesmos; descobrir as circunstâncias sociais, econômicas e ecológicas com as quais podem estar relacionados, atendo-se sempre às questões de interesse. Constitui-se pelas etapas de escolha e recolha dos documentos e de posterior análise. Para isso, são estabelecidos procedimentos metodológicos a serem seguidos na análise que são: a caracterização de documento, a codificação, os registros, a categorização e a análise crítica. (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015, p. 64).

Kripka, Scheller & Bonotto (2015), definem que na primeira fase da análise documental, a garimpagem e o exame inicial da documentação permitem definir os melhores documentos para se analisar o problema proposto, de hipóteses provisórias, assim como a especificação do campo no qual o foco de estudo se fixará (Godoy, 1995). E referem-se a Lüdke e André (1986) que afirmam como problema central na análise de documentos, a conceitualização das relações entre o conteúdo explícito, o significado implícito e o contexto de funções. Para Flick (2009) o ponto de partida é definido através da compreensão interpretativa do texto que possibilitará realizar interferências válidas para a pesquisa realizada. Deste modo, poderá ser realizada através da escolha de métodos de análise, que assegurem que a análise seja rigorosa e criteriosa.

Minayo (2001) define que o objeto das Ciências Sociais é essencialmente qualitativo, e que a realidade social é a cena e o seio do dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante. Para a autora, essa mesma realidade é mais rica que qualquer teoria, qualquer pensamento e qualquer discurso que possamos elaborar sobre ela. Portanto, os códigos das ciências que por natureza são sempre referidos e recortados são incapazes de conter a totalidade da vida social. Apesar disso, complementa afirmando que as Ciências Sociais possuem instrumentos e teorias capazes de fazer uma aproximação da suntuosidade da

existência dos seres humanos em sociedade, ainda que de forma incompleta, imperfeita e insatisfatória, através da abordagem do conjunto de expressões humanas constantes nas estruturas, nos processos, nas representações sociais, nas expressões da subjetividade, nos símbolos e significados.

A autora aponta ainda, que enquanto abrangência de concepções teóricas da abordagem, a teoria e a metodologia caminham juntas, intrincavelmente inseparáveis. Enquanto conjunto de técnicas, a metodologia deve dispor de um instrumental claro, coerente, elaborado, capaz de encaminhar os impasses teóricos para o desafio da prática. (MINAYO, 2001). E que o endeusamento das técnicas produz um formalismo árido ou respostas estereotipadas. Seu desprezo, ao contrário, leva ao empirismo sempre ilusório em suas conclusões, ou a especulações abstratas e estéreis. (MINAYO, 2001).

### Vale ressaltar que:

Nada substitui, no entanto, a criatividade do pesquisador. Feyerabend, num trabalho denominado *Contra o método* (1989) observa que o progresso da ciência está associado mais à violação das regras do que à sua observância. "Dada uma regra qualquer, por mais fundamental e necessária que se afigure para a ciência, sempre haverá circunstâncias em que se torna conveniente não apenas ignorá-la como adotar a regra oposta" (p. 51). Em *Estrutura das revoluções científicas* (1978), Thomas Kuhn reconhece que nos diversos momentos históricos e nos diferentes ramos da ciência há um conjunto de crenças, visões de mundo e de processos de trabalho em pesquisa consagrados, reconhecidos e legitimados pela comunidade científica, configurando o que ele chama de paradigma. (MINAYO, 2001).

MINAYO (2001) complementa demonstrando que para KUHN (1978) o progresso da ciência se faz pela quebra de paradigmas, pela colocação em discussão das teorias e dos métodos, acontecendo assim uma verdadeira revolução. E para Dilthey (1956), o método é necessário por nossa "mediocridade", pois, como não somos gênios, precisamos de parâmetros para caminhar na produção do conhecimento. Apesar disso, a marca da criatividade e considerada pelo autor como nossa "grife", ou seja, nossa possibilidade de exprimir nossa experiência, intuição, capacidade de comunicação e de indagação em um trabalho investigativo.

Acerca da análise qualitativa a autora define que seu objetivo principal é compreender. Compreensão que exige do pesquisador a capacidade de colocar-se

no lugar do outro, tendo em vista que, como seres humanos, temos condições de exercitar esse entendimento. E para realizar esta compreensão, considera que é preciso levar em conta a singularidade do indivíduo, porque sua subjetividade é uma manifestação do viver total, e também é necessário ter em mente que a experiência e a vivência de uma pessoa ocorrem no âmbito da história coletiva e são contextualizadas e envolvidas pela cultura do grupo em que ela se insere. (MINAYO, 2012.)

Ademais, toda compreensão é parcial e inacabada, tanto a do nosso entrevistado, que tem um entendimento contingente e incompleto de sua vida e de seu mundo, como a dos pesquisadores, pois também somos limitados no que compreendemos e interpretamos. MINAYO (2012) define também que, ao buscar compreender é preciso exercitar também o entendimento das contradições: o ser que compreende, compreende na ação e na linguagem e ambas têm como características serem conflituoses e contraditórias pelos efeitos do poder, das relações sociais de produção, das desigualdades sociais e dos interesses.

Portanto, a interpretação, torna-se um ato contínuo que sucede à compreensão e também está presente nela: toda compreensão guarda em si uma psosibilidade de interpretação, isto é, de apropriação do que se compreende. A interpretação se funda existencialmente na compreensão e não vice-versa, pois interpretar é elaborar as possibilidades pelo que é compreendido. (MINAYO, 2012).

Para Bardin (1979: 31), a análise documental por meio da análise de conteúdo consiste em:

(...) um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. Bardin (1979: 31)

Portanto, tem como finalidade, a partir de um conjunto de técnicas parciais, mas complementares, explicar e sistematizar o conteúdo da mensagem e o significado desse conteúdo, por meio de deduções lógicas e justificadas, tendo como referência sua origem (quem emitiu) e o contexto das mensagens ou os efeitos dessa mensagem. (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015, p. 65).

Para GOMES (2001), essa técnica consiste na investigação do conteúdo simbólico das mensagens e tem como função identificar respostas para as questões formuladas e/ou confirmar hipóteses estabelecidas previaemente e também em descobrir o que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências, ou do que está sendo comunicado.

BARDIN (1979) define que a fase de pré-análise é a fase da organização dos documentos que constituirão o corpus de análise da pesquisa. Kripka, Scheller & Bonotto (2015), afirmam que é neste momento que Bardin (1979) define as operações desenvolvidas para a análise propriamente dita. Visa sistematizar as primeiras ideias e envolve bastante leitura, visto ser o primeiro contato com os documentos que se deseja examinar. Nessa fase é que se realiza a escolha dos documentos que serão submetidos à análise (construção de um corpus de análise), a formulação de hipóteses e/ou objetivos de estudo, e a elaboração de indicadores para a interpretação dos resultados.

Nesta investigação, utilizaremos o método organizativo proposto por Bardin (1979) que divide o método de análise de conteúdo em três fases: a) pré-análise (organização do material); b) exploração do material; e c) tratamento dos resultados. Conforme a Tabela 1 – Etapas básicas da análise documental por meio da análise de conteúdo a seguir:

Tabela 1 – Etapas básicas da análise documental por meio da análise de conteúdo:

# Pré análise Organização do material: escolha e seleção dos documentos (corpus de análise), a formulação de hipóteses e/ou objetivos e elaborar indicadores que fundamental a interpretação final. Exploração Exploração Estudo aprofundado orientado pelas hipóteses e referenciais teóricos Elaboração de indicadores que orientarão a interpretação dos resultados: escola das unidades de contagem (codificação), seleção das regras de contagem (classificação) e escolha de categorias;

**Tratamento** Interpretação referencial: reflexão e intuição com base nos **dos resultados** documentos estabelecem relações. Desvendar o conteúdo latente que os documentos possuem

Fonte: KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015. Adaptado de Bardim (1979)

Para a formulação de hipóteses e/ou objetivos, a autora explicita que essa formulação não é imprescindível na pré-análise, pois a criação dessas, muitas vezes, consiste em explicitar direções de análise que funcionem durante o processo investigativo, são as chamadas hipóteses implícitas. Elas podem surgir, assim como as questões norteadoras, no decorrer da pesquisa.

A categorização das informações deve considerar o material a ser analisado e os objetivos da pesquisa, procurando respondê-los. Podem referir-se a situações e contexto, atividades e acontecimentos, relação entre pessoas, comportamentos opiniões, sentido, valores perspectivas sobre um problema, métodos e estratégias ou processos. (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015).

E a definição de categorias de análise pode ser modificada ao longo do estudo, tanto pelos dados que alimentam a pesquisa quanto pelo referencial teórico, ou seja, não se trata de um processo estanque. As autoras explicitam que Guba e Lincoln (1981), sugerem que se faça uma avaliação do conjunto inicial de categorias e enriqueça o sistema mediante um processo divergente, incluindo, o aprofundamento, ligação e ampliação do material. Por fim,

O tratamento dos dados, a inferência e a interpretação objetivam tornar os dados mais validos e significativos. Nesta etapa ocorre a condensação e o destaque das informações para análise, culminando nas interpretações inferenciais; é o momento da intuição, da análise reflexiva e crítica. De acordo com Triviños, (1987) utilizando-se de técnicas quantitativas e/ou qualitativas busca-se, nesta etapa, colocar em destaque as informações fornecidas pela análise, seja o conteúdo manifesto nos documentos, seja desvendando o conteúdo latente que os dados possuem. O ideal é que o pesquisador destine sua atenção aos dois tipos de conteúdo, quando for possível. (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015).

Triviños (1987) manifesta ainda, que o conteúdo manifesto nos documentos pode orientar para conclusões apoiadas em dados quantitativos, numa visão estática e a nível, no melhor dos casos, de simples denúncia de realidades negativos. Por outro lado, o conteúdo latente abre perspectivas, sem excluir informação estatística

para descobrir ideologias, tendências das características dos fenômenos sociais que se analisam e, ao contrário da análise apenas do conteúdo manifesto, é dinâmico, estrutural e histórico. (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015)

O outro método utilizado, foi a revisão integrativa de literatura, que tem como pressupostos analisar pesquisas relevantes que dão suporte para a tomada de decisão e práticas em saúde. Possibilitando a síntese do estado do conhecimento de um determinado assunto, além de apontar lacunas do conhecimento que precisam ser preenchidas com a realização de novos estudos. Este método de pesquisa possibilita ainda, encontrar conclusões gerais a respeito de uma particular área de estudo. (MENDES; SILVEIRA & GALVÃO. 2008).

Para Mendes, Silveira & Galvão (2008), dentre os métodos de revisão, a revisão integrativa é o mais amplo, sendo uma vantagem, pois permite a inclusão simultânea de pesquisa experimental e quase-experimental proporcionando uma compreensão mais completa do tema de interesse. Este método também permite correlacionar dados de literatura teórica e empírica.

Deste modo, o revisor pode elaborar uma revisão integrativa com diferentes finalidades, ou seja, ela pode ser direcionada para a definição de conceitos, a revisão de teorias ou a análise metodológica dos estudos incluídos de um tópico particular. A variedade na composição da amostra da revisão integrativa em conjunção com a multiplicidade de finalidades deste método, proporciona como resultado um quadro completo de conceitos complexos, de teorias ou problemas relativos ao cuidado na saude. (Mendes, Silveira & Galvão, 2008)

Com base nos pressupostos apresentados e devido à transversalidade das problemáticas identificadas no Vale do Ribeira, a coleta de dados foi estruturada a partir de cinco fontes de pesquisa:

- a) revisão de literatura disponível sobre políticas sociais, saúde pública e saúde da mulher disponível em bases de pesquisa;
- b) análise bibliográfica publicada sobre a história do Vale do Ribeira;
- c) coleta de documentos públicos (legislação federal e estadual);
- d) coleta de dados em sítios de instituições públicas estatísticas;

e) coleta de artigos referente à produção científica sobre o Vale do Ribeira em plataformas de pesquisa: Biblioteca Virtual em Saúde; Lilacs; Periódicos Capes; Scielo e Web of Science.

O período definido para coleta de dados utilizado nos itens "c", "d" e "e", foi de 01 de janeiro de 2000 a 31 de dezembro de 2020, por contemplarem as duas primeiras décadas do século XXI, pós redemocratização e a Constituição Federal de 1988.

Diante disso, a revisão de literatura, objetivou coletar dados sobre o processo de redemocratização do país e sua correlação com a implementação e efetivação dos direitos e deveres garantidos na CF 1988, além de retomar aspectos sobre as políticas públicas, especificamente sobre o Sistema de Seguridade Social (SUAS), composto pelo Sistema Único de Saúde (SUS), Assistência Social e Previdência Social.

A análise da bibliografia produzida sobre a historiografia do Vale do Ribeira, foi uma estratégia utilizada para identificar as principais áreas temáticas debatidas sobre a região, os principais atores inseridos nas instâncias decisórias e as lacunas em comum nas diferentes propostas.

A coleta de documentos públicos (leis, resoluções, etc) federais objetivou identificar o aparato legislativo que regulamenta e institui ações e políticas no país. E a consulta às leis e decretos estaduais teve como finalidade identificar ações específicas publicadas para o Vale do Ribeira.

A coleta de artigos científicos foi utilizada como estratégia para identificar se existem publicações que resultaram de pesquisas feitas no território do Vale do Ribeira, que tem relação com as áreas temáticas de saúde pública, saúde da mulher e a região.

Os resultados estão organizados em quatro sessões. O primeiro, intitulado "O Vale do Ribeira", descreve a história, colonização e formação social da região; suas características e demografia regional; aspectos da reestruturação produtiva e desenvolvimento regional; as políticas de saúde, os planejamentos estratégicos elaborados em 1999 e em 2018 (considerando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030), e o programa Vale do Futuro, publicado recentemente pelo Governo do Estado de São Paulo.

O segundo resultado, intitulado "Leis e Decretos Estaduais promulgados entre 2000 e 2020, que regulamentam ações no Vale do Ribeira", apresenta 13 Leis e 69 Decretos que possuem relação direta com as propostas de desenvolvimento regional do Vale do Ribeira. Dentre os atos normativos apresentados, constam todos os Plano Plurianuais (2004-2007; 2008-2011; 2012-2015; 2016-2019; e 2020-2023) oficiais do Vale do Ribeira, e são especificadas todas as ações voltadas às áreas de saúde pública identificadas.

O terceiro resultado, intitulado "Indicadores sociais dos municípios que compõem o Vale do Ribeira/SP", apresenta os dados coletados no sítio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), organizados em cinco tabelas: Tabela 4 – população e densidade demográfica dos municípios do Vale do Ribeira/SP; Tabela 5 – Ocupação e rendimento mensal dos trabalhadores formais em 2010 e 2019; Tabela 6 – Índices econômicos dos municípios do vale do Ribeira/SP; Tabela 7 – Território, esgotamento sanitário, arborização e urbanização de vias públicas; e Tabela 8 – Estabelecimentos de Saúde SUS, internações por diarreia e mortalidade infantil. E o quarto resultado, correspondente ao APÊNDICE D, intitulado "Artigos publicados entre 2000 e 2020 que trata sobre a saúde pública no Vale do Ribeira/SP",

### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1. O VALE DO RIBEIRA/SP

# 4.1.1. HISTÓRIA, COLONIZAÇÃO E FORMAÇÃO SOCIAL

A historiografia brasileira é composta por uma série de eventos consoantes a seu desenvolvimento e formação social, política, econômica, cultural, etc. Trata-se de um país colonizado, com herança escravocrata, que traz no cerne de sua constituição aspectos provenientes das relações de poder e dominância exercidos pela classe escravagista, à época detentora dos meios produtivos de exploração dos recursos naturais disponíveis no território brasileiro.

Angela Davis afirma que o sistema escravista definiu o povo negro como um tipo de produto ou propriedade passível de ser classificado como um tipo de unidade de trabalho lucrativo a ser explorado. Dessa maneira, é perceptível identificarmos hoje

diversos reflexos no padrão das relações de trabalho que foram estabelecidas durante os primeiros anos de escravidão.

Para Mattoso, o homem negro, mercadoria diferente das outras, tornou-se a principal riqueza do continente negro depois do ouro, das especiarias e do marfim. Riqueza que precisaria ser transplantada ao Novo Mundo para dar à América vida e riqueza. No Brasil, isto se reflete por ter sido o grande importador de mais de 9.500.000 (nove milhões e quinhentos mil) africanos entre 1502 e 1860 para a América através do tráfico internacional. (MATTOSO, 2016, p. 42).

Segundo a autora, o século XVIII conheceu a maior importação, onde a América colonial importou durante o período, 6.200.000 (seis milhões e duzentos mil) escravos. Além disso, todas as grandes potências do mundo estavam envolvidas no tráfico, cada uma delas em seu tempo, representando um papel dominante tanto no desenvolvimento das colônias como no tráfico, pois a extração de metais preciosos não representou a atividade principal da colônia. (MATTOSO, 2016, p. 42).

No caso brasileiro, a cana-de-açúcar extraída das regiões de Pernambuco, da Bahia e do Rio de Janeiro foi a grande impulsionadora da importação de escravos nos séculos XVI e XVII, enquanto o ouro foi o responsável pelo crescimento da demanda no século XVIII. Mattoso (2016, p. 46) ressalta que apesar do ouro atingir o pico de produção, 40% dos escravos importados eram destinados à agricultura, e para as minas, aproximadamente 20% dos escravos importados eram desviados do tráfico marítimo negreiro.

Outros escravos eram comprados para a cultura do algodão e do arroz, para a colheita de especiarias ou serviam como domésticos, de trabalhadores alugados pelos senhores, ou mesmo como artesãos. No século XIX o café (...) ajudaria a transformar o tráfico, ilícito a partir de 1830, numa atividade econômica lucrativa, mesmo após 1850. (MATTOSO, 2016, p. 46).

No Império Português o comércio de escravos ocorria de três formas: o tráfico, empreitada privada praticada em grande ou pequena escala; o tráfico praticado concomitantemente a outras atividades comerciais por grandes companhias de comércio, e, finalmente, aquele praticado no âmbito do asiento. Tendo como formas de "recrutamento" da mão-de-obra escrava os indisciplinados do vilarejo, os que haviam infringido as leis da comunidade, roubado, cometido adultério, as crianças

consideradas "bocas a mais" para alimentar em períodos de crise, os endividados ou ainda os que perderam guerras entre irmãos, filhos de um rei com mulheres diferentes, etc. Tendo, portanto, origem de categorias sociais distintas. (MATTOSO, 2016, p. 53).

Com o declínio da economia açucareira, o "ciclo do ouro" teve início em 1693 no Brasil, no entanto, essa modificação na conjuntura da economia brasileira era mais qualitativa, uma vez que continuava a se apoiar nos produtos primários de exportação, como o ouro, o diamante, o açúcar e o tabaco. (MATTOSO, 2016, p. 79).

A ocupação da região do Vale do Ribeira remete-se ao início da colonização do país e foi caracterizada pela realização de atividades tradicionais de subsistência, como a agricultura tradicional, o extrativismo e a mineração. Durante grande parte de sua história a região permaneceu à margem do desenvolvimento econômico do país, motivo de inquietação, pesquisa e aprofundamento que serão tratados no decorrer dos aspectos tratados nesta pesquisa.

Diegues (2007) considera que esta região está entre as primeiras colonizadas pelos ibéricos, tanto espanhóis quanto portugueses que disputaram a posse dessa terra e fronteira no início do século XVI. Para o autor, esses colonizadores encontraram povos de origem Tupi, provavelmente precedidos por outros que deixaram um grande número de sítios arqueológicos (sambaquis constituídos de cascas de moluscos e restos de peixes).

Valentin (2006), ao apresentar algumas características sobre o processo da colonização do Vale do Ribeira, explicita que em 12 de agosto de 1531, aportou na barra de Cananéia-SP, a expedição de Martim Afonso de Souza, recepcionada por um grupo de europeus, provavelmente degredados e abandonados em expedições anteriores. Entre eles, fazia-se presente Cosme Fernandes, conhecido como "bacharel", conforme indicam informes redigidos pelo irmão de Martim Afonso, Pero Lopes de Souza. (VALENTIN, 2006, p. 8).

Segundo Ernesto Young, Cosme Fernandes, apesar de se encontrar com a esquadra porguguesa na barra ao sul da Ilha Comprida, habitava a região próxima a um motto na barra de Capara, ao norte da Ilha, conhecida como "outeiro do bacharel". Nesta região, por volta de 1577, os habitantes teriam erigido a primeira capela. Conta ainda Young que, entre 1620 e 1625, liderados por Francisco Álvares Marinho, seus

moradores abandonaram o antigo local e se estabeleceram na área correspondente ao atual núcleo urbano de Iguape. (VALENTIN, 2006, p. 9).

Para Valentin (2006), a exploração do ouro de aluvião nos cursos d'água que compõem a bacia do Ribeira foram fundamentais na ocupação interior do Vale, atingindo a Serra de Paranapiacaba nos municípios de Eldorado e Iporanga, além das regiões de Apiaí e Paranapanema.

As povoações da orla marítima provavelmente obtiveram ganhos não desprezíveis, pois se constituíam em rotas obrigatórias tanto do abastecimento de toda a hinterlândia como do escoamento do ouro. Ao início do Setecentos, despontava outra atividade econômica: a construção de embarcações. Data de 1711 o primeiro registro transcrito de construção de uma nau nas cercanias de Cananéia-SP, tendo nesta vila seu auge entre 1761 e o primeiro terço do século seguinte. (VALENTIN, 2006, p. 10).

Braga (1999) considera que a economia regional teve impulso somente no século XVII, quando teve seu primeiro empreendimento econômico em escala comercial: a mineração. Com a descoberta das primeiras jazidas auríferas de ouro do Brasil, no município de Iguape, a região começou a apresentar relativo desenvolvimento, concentrado na vila de Iguape, que por sua posição estratégica, tornou-se a porta de escoamento do metal. O município sediou a primeira casa de fundição de ouro do país, a "Casa Real de Fundição", construída em 1635.

Braga (1999) ressalta que o ciclo de mineração no Vale do Ribeira teve duração em praticamente todo o século XVII, e entrou em decadência no início do século seguinte pelo esgotamento dos filões auríferos e evasão dos mineiros, que seguiram em busca de novas áreas de mineração no atual Estado de Minas Gerais. Em decorrência disso, os povos passaram a sobreviver através da produção de subsistência. O autor explicita que apenas o município de Iguape manteve algum status econômico, devido ao acúmulo de capital realizado no período do ouro, e por seu posicionamento estratégico como entreposto comercial portuário com o sul do país. (BRAGA, 1999, p. 46).

Segundo Mattoso (2016) a descoberta do ouro no Estado de Minas Gerais criaria (...) ao final do século XVII, uma nova demanda de maõ de obra, triplicando o volume do tráfico. Estima-se que 1.700.000 negros foram importados, dos quais 1.140.000 vinham de Angola e outros da Costa da Mina. (MATTOSO, 2016, p. 76).

A corrida do ouro e dos diamantes perdendo sua importância depois de 1760, a mão de obra escrava foi levada para o litoral, onde a produção de cana-de-açúcar retoma fôlego em alguns períodos de glória, como de 1787 a 1817-1820, conquistando novas terras na capitania de São Paulo. Por outro lado, novas atividades agrícolas, como as da produção para o consumo da população, necessitavam de indispensável mão de obra escrava da qual o Brasil não se privaria, mantendo assim o tráfico constante e contínuo e que se tornaria mais inchado nos anos de 1820, quando o café, carro-chefe da produção agrícola das províncias do sul e do centro do Brasil, captaria a quase totalidade dos 1.350.000 cativos importados da Costa da Mina, do Congo, de Angola e de Moçambique. (MATTOSO, 2016, p. 76).

Com o fim do ciclo do ouro, a construção naval tornou-se o novo ciclo econômico regional. Desenvolvido ao final do século XVII, com duração menor, localizado apenas na região litorânea. Para Diegues (2007), a partir de 1711, as primeiras embarcações usadas na navegação de cabotagem, levando os produtos da lavoura para vários portos da costa e mesmo para Portugal foram construídas por mestres-carpinteiros em Cananéia e Iguape.

Neste período instalaram-se, principalmente em Cananéia, inúmeros estaleiros formando uma importante indústria de construção naval que teve seu apogeu em 1734, segundo Higino dos Santos, citado por Diegues (1973, p. 17). (BRAGA, 1999, p. 46).

No final do século XVIII, a economia em toda a região já se encontrava estagnada. A construção naval no Litoral estava em declínio e a mineração no Alto Ribeira entrava em decadência pelo esgotamento dos aluviões. Essa situação perdurou até o limiar do século seguinte, quando se iniciou um novo ciclo econômico na região, o "ciclo do arroz", que durou até o final do século XIX. (BRAGA, 1999, p. 47).

Diegues (2007) destaca que apesar do período relativamente curso, a tradição de construção de embarcações continua até hoje, e é importante destacar também a armação usada para a pesca e beneficiamento de baleia em inícios do século XIX, cujas ruínas existem até hoje na Ilha do Bom Abrigo.

Ao citar Müller, Braga (1999) afirma que o ciclo do arroz teve seu auge entre 1836 e 1874. Em 1836, a região concentrava 100 dos 109 engenhos de beneficiamento de arroz instalados na província. E em 1852, eram 107 os engenhos instalados na região. Outra medida de crescimento econômico da região citado por Braga, foi a quantidade de escravos, que em 1836 representava 28,9% da população

total, um índice superior à média da Província, que era de 26,6% de população escrava. (BRAGA, 1999).

Apesar da relativa fase de prosperidade, a partir da segunda metade do século XIX, a rizicultura começou a entrar em decadência, levando a rodo toda a economia regional. Para fins de comparação, Braga (1999) explicita que no Porto de Iguape, as exportações que alcançavam mais de 464 contos de réis em 1866, em 1879, atingia pouco mais de 14 contos de réis. Levando a região a um período de estagnação econômica a partir de 1870, onde a agricultura comercial foi susbtituída pela lavoura de subsistência, intitulada por MÜLLER (1980) como "caipirização", onde o Vale do Ribeira transformou-se em uma região pauperizada e "atrasada" se comparada à fase próspera que se tornou o Estado de São Paulo com o cultivo do café e a industrialização, no século XX.

A caipirização dominou até a década de 1940 (MÜLLER, 1980), quando ocorreu uma retomada da mercantilização da agricultura regional, com a introdução de novas culturas, o chá e a banana, por imigrantes japoneses que vinham se instalando na região desde 1912. A partir de então, a teicultura e a bananicultura se impuseram como principais atividades econômicas da região, assim permanecendo até hoje. (BRAGA, 1999, p. 48).

Apesar dos esforços para garantir a retomada da mercantilização da economia regional, Braga (1999) reafirma que apesar da reincorporação da atividade econômica do Vale do Ribeira no Estado de São Paulo, a região manteve o status de região com menor capacidade produtiva e econômica do Estado.

Para compreender o processo de estagnação econômica do Vale do Ribeira, descrito por Braga (1999) é necessário compreender os aspectos econômicos do Estado de São Paulo, à época tido como um "complexo rural" por Graziano da Silva (1996):

A dinâmica do complexo rural era muito simples. Havia geralmente apenas um produto de valor comercial em todo o circuito produtivo: era o produto destinado ao mercado externo. Se seu preço estivesse "bom", os recursos da fazenda (homens, animais de trabalho, terras) eram realocados de modo a incrementar a produção de exportação. Se o preço no mercado internacional caísse, esses recursos eram deslocados para atividades internas, destinadas basicamente à subsistência da força de trabalho e à reprodução das condições materiais da unidade produtiva. Em outras palavras: só havia o mercado externo, dado que as atividades que deveriam resultar na

formação do mercado interno estavam internalizadas no âmbito do próprio complexo rural. (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 7).

No ano de 1850 o complexo rural do Estado de São Paulo teve três principais culturas diferentes. A principal delas, a cafeicultura era cultivada no Vale do Paraíba. O açúcar era cultivado no quadrilátero formado pelos municípios de Sorocaba, Piracicaba, Mogi-Guaçu e Jundiaí, onde também havia um complexo canavieiro extinto brevemente. E a produção de arroz, no Vale do Ribeira, que encontrava-se em expansão.

Um dos marcos que contribuiu majoritariamente para o processo de estagnação e decadência de algumas regiões do Estado de São Paulo, foi a proibição do tráfico negreiro em 1850, que acabou com o complexo escravista, afetando a principal fonte de mão de obra utilizada na produção mercantil brasileira.

MATTOSO (2016) explicita que a demanda de mão de obra escrava foi determinante na expansão do tráfico negreiro, de modo que seu crescimento regular ocorreu mediante às novas atividades que haviam substituído outras que dependiam menos da mão de obra negra: o ouro substituiu a cana-de-açúcar no século XVIII, o café substituiu o ouro e o açúcar no século XIX. Embora a demanda crescesse constantemente, sua estrutura não era mais a mesma, adaptando-se às novas exigências do mercado. (MATTOSO, 2016, p. 77).

O Vale do Paraíba, região cafeicultora dos tradicionais latifundiários escravistas respondia em 1854 por 78% da produção do Estado e foi dissolvida entrando em grande estado de estagnação. Apesar disso, com o avanço da "marcha do café" para a região oeste do Estado, um novo sistema produtivo foi formado, superando a monocultura latifundiária. (BRAGA, 1999, p. 50).

O complexo cafeeiro paulista constituiu-se, com base em novas relações de produção, um novo regime de trabalho denominado "colonato", formado pela incorporação das famílias de imigrantes. O colono era um trabalhador assalariado temporário que, fora do período da colheita, produzia em sua roça familiar produtos para sua própria subsistência e gerava um excedente comercializado na região. Desse modo, o complexo cafeeiro, ao mesmo tempo que criava um mercado, ampliava a divisão social do trabalho. (GRAZIANO DA SILVA, 1996).

BRAGA (1999) ao citar CANO (1990, p. 40) compara alguns aspectos do novo tipo de trabalho estabelecido. No regime de trabalho anterior, cada escravo

demandava uma cota de capital e custo fixo correspondentes à sua compra e manutenção ou aluguel. Já no regime de trabalho "livre", o capital que anteriormente era fixo, passou a ser circulante. Ou seja, além de financiar os salários dos trabalhadores até a venda da produção, também passou a ter como custo fixo o trato do cafezal; e como parcela variável, a colheita do produto. Tal mudança, além de reduzir as despesas financeiras com juros, diminuiria as imobilizações financeiras dos fazendeiros.

Outra vantagem observada foi a expansão da malha ferroviária cuja eficiência foi fundamental para a expansão do complexo. Essas ferrovias, em sua maioria implantadas com capitais privados, trouxeram uma dupla vantagem para os cafeicultores. (BRAGA, 1999, p. 50).

Se de um lado, as ferrovias transferiram sensíveis economias externas e diminuíam os custos aos cafeicultores, por outro lado, esses mesmos cafeicultores cuidaram para que ela fosse também lucrativa. Desta forma, a ferrovia passa a cumprir mais dois importantes papéis. Um, por se tornar uma nova e rentável oportunidade de inversão a parcelas do excedente gerado pelo complexo cafeeiro, tornando-se destino de parte desses capitais; outro, refere-se a sua lucratividade relativamente alta, que lhe confere o caráter de *origem* de novos capitais que permitem uma nova ampliação dos excedentes do complexo. (CANO, 1990, p. 52-53).

Apesar das condições favoráveis à expansão da produção cafeicultora, o desenvolvimento da agricultura produtora de alimentos não teve alto desempenho na produção em larga escala. Dois fatores foram decisivos para a falta de escabilidade produtiva de alimentos, a primeira delas foi o aumento do preço dos escravos e a segunda foi o aumento do preço das terras, que geraram a necessidade de aumentar a produção cafeicultora para compensar os custos fixos imbutidos na produção.

Para Braga (1999, p. 51), se a agricultura estivesse próxima das áreas de atividade cafeeira, operaria gerando custos decorrentes do uso da terra e de mão de obra; e se estivesse distante da área cafeeira, apesar de não ter o custo fixo da terra, seria atingida pelo custeio do transporte; e ainda, se operasse na modalidade escravista, teria que arcar com os custos fixos da mão de obra escrava (compra, manutenção e/ou aluguel).

A partir de 1850, quando o tráfico negreiro foi proibido legalmente, o preço do escravo subiu vertiginosamente. Os preços, que oscilavam entre 700 mil réis e 1 conto de réis em 1850, se elevaram, em 1875,

para cerca de 3 contos de réis (CANO, 1990, p.25). Esse encarecimento foi agravado ainda pelos altos impostos provinciais instituídos para evitar a evasão da mão-de-obra de uma província para outra. Assim sendo, é possível supor que tais barreiras tributárias tenham estimulado a transferência de escravos dentro das próprias províncias, das regiões menos dinâmicas para as mais dinâmicas economicamente, ou seja, das zonas não cafeeiras, como era o caso do Vale do Ribeira, para as zonas cafeeiras.

A seguir, a tabela 1, apresenta a evolução do número de escravos em alguns municípios paulistas no século XIX:

Tabela 2 - Evolução do número de escravos em alguns municípios paulistas no século XIX:

Municípios	Escravos/ano				Taxa de Crescimento		
	1836	1854	1874	1886	1836/54	1854/74	1874/86
Iguape	2717	4702	1584	679	73,1%	-66,3%	-57,1%
Santos	3389	2370	1606	57	30,1%	-32,2%	-96,4%
Rio Claro		1955	3935	3304		101,3%	-16,0%
Campinas	3917	8190	13685	9986	109,1%	67,1%	-27,0%

Fonte: Camargo, 1981. (reorganizada por Roberto Braga, 1999).

Conforme a tabela 1, BRAGA (1999) explicita que, entre 1854 e 1874, ao mesmo tempo que a população de escravos diminuiu em 66% em Iguape e em 32% em Santos, ambos municípios do litoral, região não cafeicultora, os municípios de Rio Claro e Campinas, cafeicultores, tiveram um acréscimo respectivo de 101% e 67% em sua população de escravos. E em 1886, antevéspera da abolição da escravatura, embora tivesse havido uma diminuição generalizada no número de ecravos, os dois municípios cafeicultores ainda apresentavam um contingente considerável, enquanto que Iguape e Santos apresentavam uma redução drástica. (BRAGA, 1999, p.52).

Quanto à expansão de transportes no Vale do Ribeira, a Figura 3 – "Expansão da malha ferroviária do Estado de São Paulo" apresenta o crescimento da malha ferroviária em consonância à marcha do café na região do oeste paulista. Para o autor, esta expansão é refletida pelo investimento na malha ferroviária ter sido de origem privada, da própria cafeicultura para escoar seus insumos e produção. Portanto, o

Vale do Ribeira, região não cafeicultora não foi beneficiada por este processo, tendo o primeiro ramal ferroviário apenas em 1912 no município de Juquiá-SP.

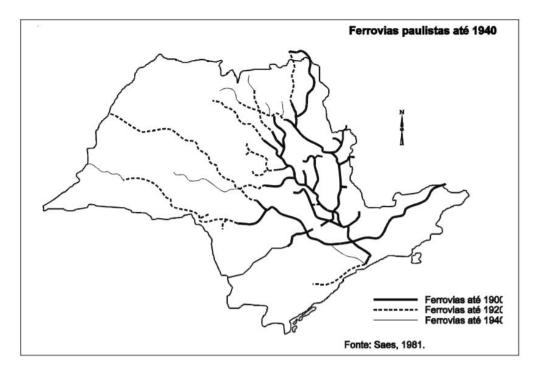


Figura 4 – Expansão da malha ferroviária do Estado de São Paulo:

Fonte: BRAGA, Roberto. 1999. P. 53.

Por não contar com a possibilidade da modernização do transporte ferroviário, o complexo rizicultor do Vale do Ribeira utilizou-se do transporte de navegação fluvial para escoar a produção regional até o início do século XX. O io Ribeira era utilizado para transporte regional até o porto de Iguape-SP, com rota para o porto de Santos-SP. Este era o único meio eficiente de ligação da região com o exterior, sendo que as ligações por terra eram bastante precárias e assim permaneceram praticamente até a data de 1940. (BRAGA, 1999, p. 53).

Acredita-se que dois fatores foram decisivos para determinar o isolamento da região do Vale do Ribeira. A primeira delas, foi a imposição do transporte hidroviário durante o ciclo da mineração ocorrida no período colonial, pois além de sua vasta rede de drenagem, a mineração fez com que a administração não visse com bons olhos a abertura de caminho que poderia dificultar a cobrança dos direitos às mercadorias sujeitas. O controle pela passagem do Ribeira era mais cômodo; como assinala PETRONE (1966, p.77), citado por BRAGA (1999, p. 54). E com a inexistência de

ferrovias na região do Vale do Ribeira, surge outro fator decisivo no isolamento regional, a construção do Canal do Valo Grande, em Iguape-SP.

O autor afirma que a estruturação do transporte hidroviário poderia ser uma alternativa mais eficiente do que os meios de transporte ferroviário e rodoviário. Deste modo atenderia à demanda de transportes e comunicações do Vale do Ribeira, caso a produção fosse economicamente compensatória. No entanto, a construção do Canal do Valo Grande comprometeu em grande escala o sistema hidroviário do Ribeira, por conta do assoreamento que esta construção causou no porto de Iguape-SP.

Braga (1999) complementa explicitando que o porto de Iguape não se localizava na foz do mesmo, mas a mais de 20 quilômetros ao sul. Como toda produção era transportada pelo rio, tal fato representava um custo extra para os comerciantes. (BRAGA, 1999, p. 54). Portanto, desde o início do século XIX, os comerciantes reivindicavam a construção de um canal ligando diretamente o Ribeira ao porto, cuja distância de 2,5 quilômetros poderia ser superada, conforme a Figura 2 – Esquema da progressão do assoreamento no Porto de Iguape.

Em 1852, a reivindicação foi atendida, com a conclusão da abertura do canal, e o que era para ser uma solução transformou-se logo em mais uma fonte de problemas. Primeiramente, ocorreu a erosão das margens do canal que, construído inicialmente com apenas quatro metros de largura, atingiu em pouco tempo duzentos metros de largura em alguns pontos, engolindo campos de cultivo, casas e até parte do cemitério de Iguape. A esse respeito temos o relato do Dr. Cornélio Schimdt, engenheiro do governo da Província: "Quanto à largura do canal, pouco se tem alargado de 1891 para cá, o que é natural, pois esse alargamento havido até esse ano, e que tanto susto causou à população ribeirinha, era consequência lógica da necessidade que tinha o Ribeira de um leito com capacidade suficiente para o seu volume de água, ocorrendo ainda o aumento da declividade devido ao seu curso que (pela Ribeira Velha) era de 26 quilômetros, ter passado a dois quilômetros apenas". (BRASCONSULT, 1960) citado por BRAGA (1999, p. 54).

Assoreamento do porto de Iguape Situação antes da construção do Valo Grande Barra de Icapara Mar Pequeno Oceano Atlântico Illua Combuqa Iguape Situação em 1903 Rio Ribeira de Iguape Valo Grande Barra de Icapara Aar Pequen Assoreamento Iguape Oceano Atlântico Fonte: Pinho, 1964.

Figura 5 – Esquema da progressão do assoreamento do Porto de Iguape

Fonte: BRAGA, Roberto. 1999. p. 55

Dentre os principais prejuízos causados pelo assoreamento do Canal do Valo Grande, constam a inviabilidade de entrada de navios de maior porte; a perda como entreposto comercial regional; a queda na colocação comercial da rizicultura regional; o crescimento de novas áreas produtoras de alimentos em outras regiões do Estado de São Paulo e a importação de alimentos que se intensificou no início do século XX, para atender o crescimento da demanda devido à imigração. (BRAGA, 1999).

O processo de decadência da produção rizicultura no Vale do Ribeira aconteceu em paralelo à decadência do completo cafeeiro escravista do Vale do

Paraíba. No Vale do Ribeira, a crise foi agravada pela dificuldade dos transportes (...) e no Vale do Paraíba (...) outro elemento fundamental para a crise foi o encarecimento das terras devido à Lei de Terras de 1850, que limitava a incorporação de novas terras necessárias à expansão da cafeicultura. (CANO, 1990, p. 31).

Ao contrário do cenário de decadência do Vale do Paraíba e do Vale do Ribeira, as zonas cafeeiras que apoiaram o setor produtivo na exploração de mão de obra do trabalhalhador livre colono e imigrante, estavam em pleno desenvolvimento, contando com a eficiente rede ferroviária de transportes já implementada.

Braga (1999) analisa comparativamente se o desenvolvimento das diferentes regiões do Estado de São Paulo teria ocorrido de diferentes maneiras em decorrência do tipo de exploração de mão de obra utilizada, inicialmente escrava e depois de imigrantes livres. Mas para Petrone (1961) o Vale do Ribeira foi um laboratório de experiências de colonização fracassadas, que apesar de contar com os dois primeiros núcleos oficiais de colonização, fundados respectivamente em Pariquera-Açú-SP no ano de 1861, e em Cananéia-SP no ano de 1862, não foram bem sucedidos.

Segundo Petrone (1961), o Núcleo Colonial de Cananéia-SP foi ocupado por grupos de ingleses, irlandeses e alemães, abandonado posteriormente devido ao seu isolamento e precariedade de infraestrutura. Já o Núcleo Colonial de Pariquera-Açú-SP, recebeu grupos de ingleses, alemães, poloneses, russos, e italianos com o maior contingente. Porém, a grande maioria migrou para as regiões cafeicultoras do planalto.

Há relatos de outras tentativas de colonização na região datadas de 1865 a 1879, por imigrantes norte-americanos derrotados na guerra de secessão. Os oficiais veteranos da guerra e pequenos fazendeiros se instalaram nos atuais municípios de Juquiá-SP, São Lourenço da Serra-SP, Eldorado-SP e Iguape-SP, liderados por Reverendo Ballard Dunn. Mas o isolamento foi decisivo para que os colonos migrassem para outras regiões devido à dificuldade em escoar as produções e desenvolver novas culturas comerciais na região. (BRAGA, 1999).

GUSSI (1997, p. 93) atribui o isolamento dos colonos como um dos principais fatores de subdesenvolvimento e evasão desta região pela população imigrante. Outro fator foi o descumprimento por parte do governo brasileiro, que havia se comprometido

a implantar a infraestrutura necessária ao escoamento da produção agrícola. Culminando na dispersão dos colonos para os grandes centros, à época Rio de Janeiro e São Paulo.

Por fim, PETRONE (1966) realizou um estudo comparativo entre as regiões do Vale do Ribeira e do Vale do Itajaí, em Santa Catarina, por terem condições geográficas parecidas. O autor concluiu que em Santa Catarina a imigração objetivou povoar a província, enquanto em São Paulo, o foco da colonização se deu majoritariamente na exploração de mão de obra para alavancar a cafeicultura, que entrou em derrocada com o fim do tráfico de escravos. Portanto, além de serem uma exceção, as colônias do Vale do Ribeira não receberam o devido apoio do governo provincial.

É fácil compreender, entretanto, que a área de sucção representada pela grande lavoura comercial, de per si, não justificaria inteiramente o insucesso da colonização do Ribeira, mesmo porque a região, como já vimos, despertou um número relativamente grande de iniciativas. É que à atração exercida por essa área, somou-se um conjunto de circunstâncias peculiares à região do Ribeira, que funcionaram como elementos de repulsão. O colono que procurou a região do Ribeira não a abandonou, em seguida, apenas porque atraído pelas condições econômicas do planalto, mas também, e principalmente, porque não encontrou condições satisfatórias na Baixada. (PETRONE, 1966, p. 109).

Pode-se observar que a inviabilização da relação de produção das fazendas escravistas foi um fator decisivo para a derrocada dos complexos rurais escravistas, e para a transição forçada que deu início ao trabalho livre, em decorrência da suspensão do tráfico negreiro após o ano de 1850. No Brasil, as regiões do Vale do Ribeira, Fluminense e Paulista (Vale do Paraíba), consideradas hegemônicas na produção de café, exploradas a partir do trabalho escravo, entraram em crise e não se recuperaram. No Nordeste, ocorreu o mesmo com o complexo rural açucareiro escravista, em decadência há mais de um século, conforme apresenta CANO (1983).

Em resumo, o declínio da economia escravista do Vale do Ribeira, assim como a do Vale do Paraíba e a Nordestina, não se deveu a um "imperialismo" das regiões cafeeiras, mas a uma conjugação de fatores histórico-geográficos que devem ser analisados dentro de um processo muito mais amplo que foi a crise do complexo rural escravista, no bojo do processo capitalista de modernização das relações de produção no Brasil. (BRAGA, 1999, p. 63).

Com a decadência da rizicultura e as tentativas fracassadas de colonização, o Vale do Ribeira se manteve em um período de estagnação econômico-social, intitulada por Braga (1999) de "caipirização". Somente em 1940 a região retomou sua participação na economia estadual através do cultivo das lavouras de chá e banana, desenvolvidas a partir da colonização japonesa.

A colonização japonesa no Vale do Ribeira teve início em 1912, quatro anos após o primeiro navio trazendo imigrantes japoneses aportar em São Paulo. Nesse ano, o governo paulista firmou contrato com a "Companhia Imperial Japonesa de Imigração" visando a colonização da região. Foram concedidos à companhia 50.000 hectares de terras devolutas, isenção de impostos e mais 10 contos de réis para cada 50 famílias instaladas. A Cia. Imperial, por sua vez, assumiria o compromisso de instalar 2.000 famílias na região, processo que se iniciou nesse mesmo ano com a instalação das primeiras colônias junto a Registro, que passou a ser o centro da colonização japonesa. (BRAGA, 1999).

Com a criação da Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha (K.K.K.), Companhia Ultramarina de Empreendimentos S.A., filial da Companhia Imperial, no ano de 1918, foi iniciada a colonização japonesa na região, com apoio governamental e sob coordenação da Companhia Imperial. (BRAGA, 1999).



Figura 6 – Companhia Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisa (K.K.K.)

Fonte: Cartório oficial de registro de imóveis, Registro-SP.

A construção do Conjunto K.K.K. ocorreu entre os anos de 1920 e 1922, com objetivo de apoiar os imigrantes japoneses, administrar as operações comerciais da Companhia e armazenar a produção de arroz e de secos e molhados. Com a entrada do Brasil na II Guerra Mundial, o K.K.K. entrou em processo de liquidação e o imóvel veio a ser penhorado em garantia de dívida trabalhista para Eiro Hirota. Consta que durante o processo, em frauda à execução, o prédio foi vendido irregularmente a três compradores, mas foi destinado à Nicéa Hirota da Silva, na qualidade de única herdeira e sucessora de Eiro Hirota (in memoriam).

Em 1987 o prédio do K.K.K.K. foi tombado pelo Condephaat e em 1990 foi adquirido pela Prefeitura Municipal de Regisotr-SP. O processo de restauro teve início nos anos 1990, visando abrigar um centro de cultura e educação. O projeto conta com salas de aula, espaço para exposições temporárias e áreas de estar e convivência. O antigo engenho atualmente abriga o "Memoriam da Imigração Japonesa no Vale do Ribeira", contanto com acervo de objetos doados por famílias descendentes dos primeiros colonos, como ferramentas, maquinários, fotos, mapas e obras de arte.

Segundo BRAGA (1999), diferente das iniciativas anteriores de povoamento, foram trazidos agrônomos do Japão e construídas instalações nos campos experimentais de cultivo, com distribuição de acesso à água e boa localização, além da oferta de assistência médica e de escolas para os colonos.

Outra preocupação da Kaigai foi com o escoamento da produção, através da construção de uma rede de estradas vicinais ligando as colônias aos portos fluviais de Registro e Sete Barras. Foi aberta uma estrada, ligando Registro a Juquiá, para atingir o recém inaugurado (1914) ramal ferroviário até Santos. (BRAGA, 1999).

Diante da construção das estradas de interligação municipal entre Juquiá e Tapiraí, houve uma forte tendência de migração dos colonos japoneses para as regiões do planalto, com fácil acesso à produção, mercados e escoamento de produtos.

Desse modo, o eixo econômico do Vale do Ribeira que, desde o século XVI, direcionava-se do interior para Iguape pelo rio Ribeira, transversalmente à costa, passou a correr paralelo ao litoral, de Registro para Juquiá e daí, por via férrea, para Santos. É nesse processo que Iguape perde a primazia na região, cedendo seu lugar a Registro, que se torna a nova "capital" do Vale do Ribeira. (BRAGA, 1999).

O auge de colonos japoneses atingiu seu pico em 1931. Conforme BRAGA (1999), se em 1917 haviam 269 japoneses, em 1931 esse número chegou em 4378 colonos. O comércio passaria de 395 contos, em 1920, para 2.196 contos em 1931. O autor explicita ainda que em Registro tudo foi trabalho japonês: a eletricidade, as escolas, escola agrícola, posto zootécnico, hospitais, igrejas, quase 3 centenas de estradas na concessão, uma (...) de 34 quilômetros ligando a estação de Juquiá. (BRAGA, 1999).

A partir de então, a imigração entrou em refluxo. Com a segunda guerra cessou a imigração e, em 1937, foi rescindido o contrato com a Kaigai. Mais tarde, com a entrada do Brasil na guerra, muitos japoneses foram removidos para outras regiões pelo governo, que temia a excessiva concentração de população "inimiga" num só lugar. Depois da guerra a imigração foi retomada, mas os novos colonos tiveram pouco interesse pela região, certamente pela falta da estrutura fornecida pela Kaigai. (PETRONE, 1966).

## 4.1.2. CARACTERÍSTICAS E DEMOGRAFIA REGIONAL

A Coordenadoria de Planejamento Ambiental do Governo do Estado de São Paulo, define o Vale do Ribeira como uma região que engloba 23 municípios, sendo: Apiaí, Barra do Chapéu, Barra do Turvo, Cajati, Cananéia, Eldorado, Iguape, Ilha Comprida, Iporanga, Itaóca, Itapurapuã Paulista, Itariri, Jacupiranga, Juquiá, Juquitiba, Miracatu, Pariquera-Açú, Pedro de Toledo, Registro, Ribeira, São Lourenço da Serra, Sete Barras e Tapiraí.

Figura 7 - Território do Planejamento Estratégico Vale do Ribeira e Litoral Sul (VR-LS):



Fonte: Instituto JUS (2018).

Apesar dos limites físicos estarem distantes da orla marítima, os ecossistemas costeiros os influenciam diretamente, principalmente a região estuarino-lagunar de Iguape, Cananéia e Ilha Comprida, considerando sua bacia de drenagem na vertente atlântica. Destacam-se, ainda, por apresentarem o maior remanescente contínuo de Mata Atlântica, sendo considerados como Patrimônio Natural da Humanidade, em 1999, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Conforme estabelece a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE, pertencem à Região Administrativa de Registro, 14 municípios. Sendo: Barra do Turvo, Cajati, Cananéia, Eldorado, Iguape, Ilha Comprida, Itariri, Jacupiranga, Juquiá, Miracatu, Pariquera-Açú, Pedro de Toledo, Registro e Sete Barras.

O Decreto nº 4.297, de 10 de julho de 2002, estabelece critérios para a criação do Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil (ZEE), instrumento instituído através da Política Nacional do Meio Ambiente. Conforme o Art. 2., o ZEE é um instrumento que objetiva organizar o território e deve ser obrigatoriamente seguido na implantação de planos, obras e atividades públicas e privadas, estabelece medidas e padrões de proteção ambiental destinados a assegurar a qualidade ambiental, dos recursos

hídricos e do solo e a conservação da biodiversidade, garantindo o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população.

Além disso, o ZEE tem como objetivo geral organizar, de forma vinculada, as decisões dos agentes públicos e privados quanto aos planos, programas, projetos, e atividades que, direta ou indiretamente utilizem recursos naturais, assegurando a plena manutenção do capital e dos serviços ambientais dos ecossistemas. Levando em consideração para a distribuição espacial de atividades econômicas, a importância ecológica, as limitações e as fragilidades dos ecossistemas, estabelecendo vedações, restrições e alternativas de exploração do território e determinando, inclusive quando for o caso, a relocalização de atividades incompatíveis com suas diretrizes gerais, conforme o Art. 3º e seu Parágrafo Único.

Conforme o Art. 4º, o processo de elaboração e implementação do ZEE: i) buscará a sustentabilidade ecológica, econômica e social, com vistas a compatibilizar o crescimento econômico e a proteção dos recursos naturais, em favor das presentes e futuras gerações, em decorrência do reconhecimento de valor intrínseco à biodiversidade e a seus componentes; ii) contará com ampla participação democrática, compartilhando suas ações e responsabilidades entre os diferentes níveis de administração pública e da sociedade civil; e iii) valorizará o conhecimento científico multidisciplinar.

A Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que estabelece no Art. 1º normas gerais sobre a proteção da vegetação, Áreas de Preservação Permanente e as Áreas de Reserva Legal; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais, e prevê instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos; define no Art. 13º, que os Estados que não possuírem os Zoneamentos Ecológico-Econômicos – ZEEs segundo a metodologia unificada, estabelecida em norma federal, teriam o prazo de 5 (cinco) anos, a partir da data da publicação da Lei, para sua elaboração e aprovação.

Para DIEGUES (2007), o Vale do Ribeira apresenta uma grande diversidade de paisagens:

O Alto Ribeira, é marcado pela presença da Serra do Mar, apresentando uma paisagem montanhosa e florestada, por onde passa o Rio Ribeira, em cujas margens situam-se cidades e municípios como Iporanga, Apiaí, Ribeira, Itaoca. A Região do Médio Ribeira é marcado pela presença do rio que recebe vários afluentes como o Juquiá, o Jacupiranga e onde se situam cidades como Eldorado, Sete Barras, Juquiá, Jacupiranga e Registro. Já na região do Baixo Ribeira as terras são mais planas e inundáveis, onde o rio desce em meandros até desembocar na região litorânea próxima a Iguape. (DIEGUES, 2007).

A região litorânea paulista, é definida pelo autor através da subdivisão entre Cananéia ao sul e Ubatuba, ao norte, apresentando uma diversidade de habitats como manguezais, estuários, deltas, restingas, praias e costões rochosos, entre outros. Uma área que corresponde a mais de 90 quilômetros de extensão em linha reta, recortado por baias, estuários de rios, deltas, e na face externa, existem costões, ilhas oceânicas, como a do Bom Abrigo e restingas. (DIEGUES, 2007).

Além da diversidade ecológica encontrada no Vale do Ribeira, outra de suas características está em sua vasta diversidade cultural encontrada numa mesma região.

Nela, encontrando-se povos indígenas como os Guaranis, os caiçaras, descendentes dos índios, sobretudo dos Carijós, colonizadores portugueses e escravos negros, caipiras, no Alto e Médio Ribeira, além de inúmeros núcleos quilombolas, remanescentes da mão de obra escrava usada nas monoculturas e na mineração e de caipiras, existentes, sobretudo, no Médio e Alto Ribeira. A esses grupos humanos vieram se ajuntar, mais tarde, outros migrantes europeus como suíços, franceses, alemães, italianos, também norte-americanos e japoneses. (DIEGUES, 2007).

Segundo Pedroso Júnior (2008), a região representa o maior aporte de remanescentes de comunidades quilombolas do estado.

A estrutura produtiva dessas comunidades é baseada na prática da agricultura de subsistência, que assegura os produtos básicos para o consumo familiar, e na comercialização do excedente de sua produção (Andrade et al., 2000). As relações sociais são alicerçadas por laços de parentesco e as tarefas cotidianas, principalmente as desenvolvidas na roça, são organizadas sob base familiar. Algumas tarefas desta cadeia produtiva, como a colheita, são realizadas em mutirões, evidenciando a permanência de relações solidárias (Mirales, 1993). Essa sociabilidade intrínseca ao modo de vida dos quilombolas, como apontam alguns estudos desenvolvidos na região (Queiroz, 1983; Carril, 1995; Mirales, 1993), tem suas raízes históricas remetidas à concentração de um grande contingente de escravos foragidos, libertos ou abandonados, que se assentou em terras

próximas às margens do rio Ribeira a partir do século XVIII. (Pedroso Junior, 2008).

A origem das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira data do início da extração de ouro no Rio Ribeira de Iguape em meados do século XVII. Nos primeiros anos do século XIX, a atividade entrou em decadência, entre outros aspectos, com a descoberta de minérios na região das Minas Gerais. Muitos dos fazendeiros e exploradores de ouro da região abandonaram suas terras, algumas já habitadas por ex-escravos. Estes formaram comunidades negras que habitam territórios às margens do Rio Ribeira até hoje, entre os municípios de Iporanga e Eldorado. (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2012).

De acordo com os dados oficiais do Instituto de Terras do Estado de São Paulo, atualmente, são 54 comunidades quilombolas localizadas no Estado, distribuídas no Litoral Norte, na região de Sorocaba e no Vale do Ribeira, onde se concentram em maior número nos municípios de Itaóca e Iporanga (Alto Vale); Eldorado e Registro (Médio Vale); Iguape e Cananéia (Baixo Vale). Até junho de 2012 foram reconhecidas 28 comunidades quilombolas no Estado de São Paulo, das quais 21 no Vale do Ribeira e destas, seis foram tituladas. Outras quatro estão na fase de reconhecimento, aguardando a definição de área, quatro estão com processos abertos aguardando início dos trabalhos de reconhecimento, quatro estão com os estudos antropológicos iniciados e paralisados, duas estão com o laudo antropológico em elaboração pelo Ministério Público Federal, uma fez solicitação de reconhecimento ao Incra. Segundo a Equipe de Articulação e Assessoria das Comunidades Negras e Quilombolas do Vale do Ribeira (EAACONE), há mais comunidades apontadas que as oficialmente listadas pelo Estado, cerca de 63 no Vale do Ribeira. (INSTITUTO SOCIOAMBIELTAL, 2012).

Dos quatorze municípios pertencentea à Região Administrativa de Registro, 57,14% faz parte do Grupo 5 do Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), com índices baixo em longevidade e escolaridade e baixo em riqueza. O Mapa da Economia Paulista define as regiões de Barretos, Franca, Itapeva, Presidente Prudente, Registro e Santos como áreas pouco investidoras em tecnologia, permanecendo como as regiões que possuem os menores índices de desenvolvimento no Estado de São Paulo.

Especificamente sobre a Região Administrativa de Registro explicita que por abrigar a maior parte da Mata Atlântica brasileira, e, consequentemente, possuir grandes trechos do seu território sob proteção ambiental, que essa condição é fundamental para que a economia local não seja baseada na indústria, mas sim no seu potencial relacionado ao turismo ecológico e à produção orgânica.

O Mapa da Economia Paulista demonstra que na última década, os resultados da exploração do pré-sal também têm servido de base para a estrutura industrial da região, sendo que somente em 2017 o município de Registro recebeu 7,9% dos royalties arrecadados no estado de São Paulo, ficando atrás apenas das regiões do Vale do Paraíba e Litoral Norte e da Baixada Santista. Dentre as oportunidades arroladas reitera a oportunidade de exploração do nicho de sustentabilidade ecológica, turismo e produção orgânica; investimentos para o processamento de chá, banana e outros produtos artesanais que agregam valor na cadeia produtiva; investimento no manejo de plantas medicinais, aromáticas e desenvolvimento de produtos fitoterápicos, dada a biodiversidade da Mata Atlântica; potencial de expansão da agricultura familiar de produtos orgânicos e plantas ornamentais, bem como para o desenvolvimento da pesca e da aquicultura; além da existência das unidades de proteção ambiental, tidas como fator para incentivo do turismo ecológico.

O Planejamento Territorial Participativo: relato de experiências em comunidades quilombolas do Vale do Ribeira (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2012) define que a região abrange a Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape e o Complexo Estuarino Lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá, e está localizado entre São Paulo e Curitiba, duas das capitais mais ricas do Brasil. Considerando um dos mais ricos conjuntos de ecossistemas do planeta, a Mata Atlântica hoje está reduzida a 7% de sua área original. Desse total, 23% situa-se no Vale do Ribeira (...). Em 1999, a Unesco concedeu ao Vale o título de Patrimônio Natural da Humanidade, tendo sido preservado em um mosairo de Unidades de Conservação (UCs), entre elas: Mosaico da Juréia, Parque Estadual da Ilha do Cardoso, Mosaico do Jacupiranga, Mosaico de Unidades de Conservação do Paranapiacaba, Parque Estadual da Campina do Encantado e Estação Ecológica dos Chauás.

FERREIRA (2004), ao tratar sobre a trajetória das mudanças sociais e conflitos presentes em áreas protegidas do Vale do Ribeira/SP, atribui os critérios de gestão

às categorias da economia e da ecologia. No entanto, explicita que estes critérios nem sempre garantem o sucesso da conservação ambiental, dados os conflitos gerados pela relação entre as instituições e as práticas políticas existentes no manejo territorial.

Ao partir do questionamento sobre a necessidade e justificativa para a formação de grupos sociais atuantes frente à questão ambiental, bem como sua influência e poder de impacto acerca da conservação e sustentabilidade de recursos naturais, FERREIRA (2004), atribui as três hipóteses a seguir:

(...) 1) a conservação e a sustentabilidade são parte de um projeto socialmente construído pelos conflitos de interesses, interpretações e escolhas racionais; 2) há uma arena especificamente ambiental, orientada pelo processo decisório, que estabelece normas e regras de utilização de recursos, e esta arena é constituída pela interação de diversas arenas também conflituosamente estabelecidas (BENTLEY, 1949); 3) a arena ambiental promoveu a interação entre grupos sociais diversos e diversificados e levou o projeto moderno de racionalização até localidades e agrupamentos anteriormente considerados pré modernos. (FERREIRA. 2004).

A autora sugere como um dos principais marcos teóricos relativos à preservação ambiental, a proposta de criação e manutenção de áreas protegidas integradas, realizada durante o *Protected Areas in 21st. Century Symposium* organizado pela *World Commission on Protected Areas* (WCPA), na Austrália, no ano de 1997.

A partir da década de 1980, com a modificação internacional do referencial conceitual sobre o tema, houve um realinhamento da orientação institucional no Brasil, nos níveis Federal e Regional, relativos às condições para criação das Unidades de Conservação (UCs).

Neste período, duas principais correntes consolidaram o debate, de um lado a corrente preservacionista, representada por FERREIRA (2004) através da ONG americana *The Nature Conservancy (TNC)*, posicionava-se definindo as áreas protegidas como base da conservação ideal da biodiversidade, não podendo ser responsabilizada pela implantação do desenvolvimento sustentável. E a corrente adepta ao modelo de conservação em mosaico, ganhou força ao posicionar-se a favor da utilização responsável dos recursos naturais *no entorno de parques e reservas e nos corredores que compõem as redes de UCs, mas espécies protegidas devem ser* 

mantidas a salvo (...) onde a interferência humana (...) seja altamente controlada (BRANDON ET AL. 1998).

FERREIRA (2004), define a existência de duas principais linhas de pesquisa que tratam sobre os aspectos político-institucionais da presença humana em áreas protegidas: a) as que focalizam o papel de grupos sociais pré-modernos no manejo sustentável de recursos naturais em áreas de interesse para a conservação; e b) mudança social e conflitos em áreas protegidas.

A primeira linha conta com a produção de Antônio Carlos Diegues, especialista em caiçaras, pescadores e pesca artesanal litorânea no Brasil (...) teve grande impacto na produção sobre o tema e angariou status paradigmático para a pesquisa sobre manejo comunitário de recursos naturais por populações. (FERREIRA, 2004).

Para essa linha, grupos sociais apartados da modernização são essencialmente conservacionistas e aliados naturais da manutenção da biodiversidade, graças a uma combinação secular de adaptação cultural e valores éticos superiores aos da sociedade urbana e industrial (WHEALAN, 1999; DIEGUES, 1996). Assim, as políticas de conservação devem orientar-se no sentido de fortalecer o conhecimento local na elaboração de planos de manejo, propiciando condições sociais e econômicas para a reprodução desses grupos através de investimentos. (...) Operacionalmente (...) procuram demonstrar que a melhor estratégia para a conservação da biodiversidade é investir no *local empowerment*, ou em outros termos, a diversidade biológica é responsabilidade das culturas tradicionais (FERREIRA, 2004).

Críticos à esta abordagem, CUNHA & ALMEIDA (2000; 2001) apud FERREIRA (2004), afirmam que além de ser uma abordagem estática e limitada da cultura, o conservacionismo não se resume a um conjunto de práticas, sendo considerado uma ideologia. Afirmam a existência de grupos que se utilizam de regras de restrições por praticidade e/ou questões ideológicas, valores, tabus e rituais.

Para FERREIRA (2004), efetivamente no Vale do Ribeira, os conflitos acerca da presença humana em Unidades de Conservação (UCs), ocorreram em âmbito institucional, legal, fundiário e de interesses e interpretações, classificados em dois níveis: a) moradores e instituições de nível estadual e federal; e b) moradores e organizações não governamentais (ONGs).

Entre as décadas de 1980 a 1990, ocorreu no Brasil e em suas regiões a implantação de Unidades de Conservação. No Vale do Ribeira, a interação entre órgãos governamentais e atores locais foi marcada por ações truculentas da polícia florestal. Para os moradores, como relata a autora, a falta de informação sobre a situação legal das posses e novas normas restritivas, gerou o abandono de áreas e a clandestinidade frente à supressão de direitos. (FERREIRA, 2004)

Do início ao fim da década de 1990, houve na região a ação de instituições governamentais para pactuar conflitos locais, graças a investimentos internacionais para incentivo da população sobre as UC's implantadas. E entre os moradores, houveram avanços quanto à participação e organização política; apesar de ainda serem interpretados por agentes institucionais e ONG's de forma tutelar. (FERREIRA, 2004).

A terceira etapa, entre o período de 1990 a 2000, caracterizou a fase mais difícil do planejamento, por alavancar pontos de maior disputa. Houve o início da elaboração dos planos de manejo das Unidades de Conservação regionais, para que fossem definidas as regras de uso dos recursos destas áreas.

A arena pública produziu duas ordens de relações de natureza política e subpolítica em tensão permanente (FERREIRA, 2004). Graças às características predominantemente assimétricas (HAAS, 1990) dos conflitos houve em primeiro lugar uma colonização (HABERMAS, 1981) sem precedentes de sujeitos sociais antes excluídos da vida social moderna, provocada pela interação com as arenas próprias dos agentes institucionais e de ONGs atuantes na região. Códigos, projetos, interpretações específicas foram disponibilizados para as lideranças de moradores na arena pública onde se desenrolaram os embates. Em segundo lugar, mas em um mesmo movimento, todos os atores, independentemente de seus recursos de poder e influência, modificaram-se no processo, caracterizando uma situação bastante próxima do que Finger (1996) denomina aprendizado social. Essa tensão permanente entre colonização e aprendizado atingiu a todos os participantes da arena pública constituída no período anterior e criou um padrão de ação de destradicionalização (HEELAS, LASCH, MORRIS, 1996) predominante na região. (FERREIRA, 2004).

Após este processo, segundo FERREIRA (2004), foram produzidas sete estratégias de ação:

- a) os moradores aprovaram a ideia de mobilização autônoma;
- b) produziram suas próprias lideranças;

- c) investiram na organização política de diferentes formatos, desde a criação de pequenas ONG's, associações civis e organizações sindicais;
- d) criaram condições de representatividade e atuação do grupo para diversas situações de ação;
- e) buscaram participar diretamente em pactos e projetos, além de confeccionarem seus próprios projetos;
- f) as lideranças produzidas passaram a responder uma lógica de ação definida por opções racionalmente orientadas no jogo político com outros atores, ONG's e representantes governamentais;
- g) produziu-se um tipo de conhecimento híbrido entre conhecimento local e perito, predominante em toda a região. (FERREIRA, 2004).

Para a autora, os moradores do Vale do Ribeira interpretam a ação de ONG's e ambientalistas em bloco. Primeiro como um grupo homogêneo, de grandes adversários das populações locais, conferindo-lhes sentido, a imagem do preservacionista radical, independentemente de sua linha de atuação ou dos projetos propostos a serem desenvolvidos na região. (FERREIRA, 2004).

São inúmeras as arenas de disputa em torno da presença humana em áreas protegidas, porque são várias e diversas as necessidades humanas e suas possibilidades de satisfação, quando confrontadas com a vida selvagem. São profundamente divergentes, inclusive as posições sociais em torno dos direitos de uns e de outros na apropriação dos recursos naturais (KNIGHT, 2001).

A Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, foi o marco que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e que estabeleceu critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Dentre seus principais avanços, FERREIRA (2004), destaca que o texto resultou do processo de realização de audiências públicas, seminários e reuniões técnicas, com embates realizados entre sujeitos, ONGs e agências governamentais. Para a autora, os principais conflitos ocorreram entre as próprias ONGs ambientalistas e entre pesquisadores e técnicos, gerando como resultados:

a) a unificação do arcabouço jurídico referente às modalidades de Unidades de Conservação existentes no Brasil, anteriormente regulamentados em diferentes dispositivos de outras Leis, a exemplo do

- Código Florestal, o Código da Fauna e o artigo 18, da Lei que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente; e,
- b) possibilitou dividir as modalidades existentes em Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável.

Em âmbito regional, as disputas ocorreram principalmente entre entidades político-partidárias, cujos objetivos de desenvolvimento regional diferem entre si, devido principalmente ao poder de influência envolvido neste processo. Dentre os principais posicionamentos identificados por FERREIRA (2004), constam os agentes preservacionistas, conservacionistas e desenvolvimentistas.

Para a corrente preservacionista, houve a defesa:

- a) da prioridade dos objetivos de conservação da biodiversidade;
- b) da incompatibilidade da presença humana em Unidades de Conservação (Ucs);
- c) do reassentamento dos atuais moradores de áreas de uso indireto.

Para os conservacionistas, houve a defesa:

- a) da compatibilização da presença humana com os objetivos de conservação biológica;
- b) da extensão dos objetivos da conservação tanto aos sistemas ecológicos quanto às etnias tradicionalmente ocupantes das áreas protegidas;
- c) da ação governamental orientada para fortalecer o conhecimento local na elaboração de planos de manejo, propiciar condições sociais e econômicas para a reprodução desses grupos;
- d) da restrição da permanência aos moradores considerados tradicionais.

Para os desenvolvimentistas, houve a defesa:

 a) da responsabilização da rigidez das leis de proteção da biodiversidade pela pobreza e subdesenvolvimento regionais;  b) dos programas oficiais de incentivo ao desenvolvimento econômico, principalmente no que se refere à vocação turística do Vale, mas também a incentivos à agricultura e à pesca comerciais.

No período posterior à eleição de Mário Covas (PSDB) em 1998, houve intensa reformulação administrativa nos órgãos responsáveis pela gestão das UCs no Vale: substituição de cargos chaves, redefinição de atribuições e de orçamento; além de mudança na própria orientação institucional, quando passou a predominar o grupo portador de um projeto de tipo desenvolvimentista. (FERREIRA, 2004).

Outros conflitos apresentados pela autora foram, a retenção de solicitações de licenciamento e autorizações emergenciais para os moradores das UCs, pela Coordenadoria de Proteção de Recursos Naturais (CPRN), dificultando a regularização do uso local entre as partes. E a falta de orientação institucional clara e objetiva.

Segundo relatos de diversos técnicos da Secretaria, os diretores das UCs ficavam à mercê da inexistência de qualquer política explícita para a região. Ainda segundo depoimentos, todas as tentativas por parte dos agentes institucionais locais para minimizar os conflitos nas unidades que administravam esbarravam na inação da CPRN. Já os técnicos da CPRN argumentam que o órgão encontrava-se amarrado diante da administração do órgão estadual. (RESENDE, 2000; SIVIERO, 2001).

Com o conflito de interesses estabelecido entre as correntes, preservacionista, conservacionista e desenvolvimentista, a saída para institucionalizar orientações para as Unidades de Conservação do Vale do Ribeira foi a organização de um grupo de técnico e gestores da Secretaria de Meio Ambiente, para implantação dos Comitês de Gestão e subsequente elaboração dos Planos de Manejo, que regulamentariam para cada caso o controle sobre o uso dos recursos naturais das UCs. (Ferreira, 2004).

O principal instrumento político foi o Programa de Preservação da Mata Atlântica (PPMA), financiado pelo Kreditanstalt für Wiederaufbau Bank (FFW), em andamento desde julho de 1995, que depois de um período de intenso investimento em fiscalização e desenvolvimento institucional, previu em seu último período do cronograma de execução, a elaboração e aprovação de planos de manejo para várias UCs. (FERREIRA, 2004).

Quanto às arenas locais de conflito, houveram diversas tentativas de minimizar a supressão de direitos das populações residentes em áreas de preservação ambiental do Estado de São Paulo. Apesar disso, a autora destaca a ocorrência de

diversas mudanças nos padrões das relações de trabalho e de cultura locais, devido à exploração do turismo de baixo e médio padrão. E exemplifica utilizando os municípios de Ilha Comprida e Juréia, onde houve a somatória da especulação imobiliária e dos conflitos fundiários provocados pela disseminação do turismo de segunda residência e dos projetos de usinas e condomínios de alto padrão.

Sobre as mudanças no padrão das relações de trabalho, expressa que:

- a) na maioria das famílias, um ou mais membros aptos ao trabalho substituíram total ou parcialmente a atividade principal na roça ou no mar pelo trabalho assalariado ou prestação de serviços ao turismo, à Nuclebrás, à Camargo Correia ou à SUDELPA;
- b) o período de implantação das restrições ao uso de recursos naturais nessas áreas recolocou e tornou explícita uma ruptura que vinha sendo produzida nas relações sociais desses grupos: a passagem de uma condição de trabalhadores da terra ou do mar, autônomos ou assalariados, para a condição de moradores de áreas protegidas, em um movimento oposto ao observado por Lygua Sigaus (1979) para os trabalhadores da cana de açúcar em Pernambuco;
- a Polícia Florestal, técnicos e administradores de parques e estações passaram a lembrar a cada sujeito social que habitava a área sob sua jurisdição que sua situação de morador estava colocada em questão;
- d) as oposições debatidas não se resumiam a permanecer ou sair de suas localidades, mas esta oposição original se desdobrava em atividades permitidas ou proibidas por agentes cuja autoridade ainda não fora construída;
- e) desenvolver o mesmo padrão de produção material passou a representar a opção pela clandestinidade do trabalho (SIGAUS, 1979), ou o abandono da área agora sob proteção legal. (FERREIRA, 2004).

## Portanto,

A tradicionalidade, como critério para sustentar o direito social à permanência desses grupos sociais em áreas protegidas, foi introduzida por técnicos e gestores das agências governamentais e de ONGs atuantes na região. Essa reinvenção da tradição fez com que se introduzisse essa gramática para justificar a presença humana em

UCs. Os dados não permitem afirmar que houve padrões nas clivagens internas aos grupos de moradores que sugerissem a produção de uma identidade política dos tradicionais em oposição à sua negação, que se constituiria de um coletivo formado por migrantes e tradicionais modernizados por relações de colonização, dentre outras possibilidades menos importantes. Essa gramática híbrida da tradição, agora reinventada através do diálogo entre todos os atores, foi utilizada sempre que necessário nas arenas públicas e para reinventar as clivagens sociais produzidas nas relações intergrupais de poder e influência, poder e vizinhança. (FERREIRA, 2004).

A autora conclui sua análise afirmando que as coletividades de sujeitos definem as prioridades e as orientações das políticas públicas, devendo ser compreendidas através de formas comuns de acesso a recursos naturais e pela sua participação em relações sociais similares no processo de produção da vida. Para Schmink e Wood (1992), o padrão de comportamento dos sujeitos dentro de um grupo particular deriva de circunstâncias de partilha material e de sua posição comum dentro do sistema social. Essas características comuns produzem e são influenciadas por perspectivas culturais, ideológicas e políticas que mobilizam cotidianamente os sujeitos para que estes se compreendam como parte de um coletivo. Como essas características consideradas comuns são as bases de uma ação orquestrada, só elas podem transformar os sujeitos sociais em agentes de uma mobilização política coletiva. (Ferreira, 2004).

As características regionais previamente descritas suscitam que o enfoque relacionado aos estudos realizados no Vale do Ribeira relacionam-se principalmente às problemáticas que envolvem o desenvolvimento econômico e os conflitos de interesse existentes nas relações de trabalho e no modo produtivo explorado nesta região. Apesar disso, poucas análises abordam profundamente as condições de vida da população que reside nesta região e as implicações das relações entre as políticas públicas e poder existentes.

Apesar da riqueza social e ambiental, o Vale apresenta os mais baixos índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do Sudeste brasileiro. Convive com conflitos socioambientais históricos, decorrentes de um modelo de desenvolvimento que por um lado o enxerga como fornecedor barato de recuros naturais (mineração e energia), monocultura (silvicultura e agropecuária) e exclusão da população local no processo de desenvolvimento e, por outro, vê a necessidade de conservação da natureza sem o reconhecimento do papel histórico e perspectiva de futuro que as comunidades

tradicionais têm para a manutenção dessa sociobiodiversidade. (Planejamento Territorial Participativo – Relato de experiências em comunidades quilombolas do Vale do Ribeira/SP. 2012).

## 4.1.3. REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: CONFLITOS, DESAFIOS E POTENCIALIDADES

Apesar do desenvolvimento do cultivo do chá, arroz e banana, impulsionados pela vinda dos colonos japoneses para a região, o Vale do Ribeira continuou aquém da produção de mercado do Estado de São Paulo, que havia iniciado o processo de industrialização. Portanto, além de novamente ficar "à margem do império do café", o Vale do Ribeira foi incorporado tardiamente à produção desenvolvida no Estado, tendo "perdido a oportunidade histórica" de integrar-se ao ritmo de acumulação paulista, e tornando-se região periférica e subdesenvolvida, segundo BRAGA (1999).

Para o autor, a situação de disparidade econômica e social da região mantevese até o final da década de 1950, quando o Estado passou a intervir com maior interesse em políticas de planejamento regional. Além disso, os primeiros esforços governamentais organizados para diagnosticar e superar a estagnação social foram enviados em 1959 para a região, culminando na criação da Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista – SUDELPA, autarquia estadual, criada em 1969.

O estado de São Paulo era dividido em 12 regiões administrativas, e as criadas para o Vale do Ribeira tinham caráter "especial", condizente com a preocupação com a segurança nacional. Criada no início da década de 1970, durante o governo Abreu Sodré, a Sudelpa era o órgão encarregado de coordenar e promover a execução do Plano de Desenvolvimento do Litoral. (DALMASO; MOTA; MARINHO, 2011).

O Decreto-Lei Complementar nº 4, de 01 de setembro de 1969, dispõe sobre a criação da SUDELPA, prevê a criação da entidade autárquica, com personalidade jurídica e patrimônio próprio. As áreas abrangidas pela SUDELPA, conforme o Art. 3º, subdividem-se entre o Litoral Norte, a Baixada Santista e o Vale do Ribeira. O Vale do Ribeira, representado pelos municípios de Iguape, Cananéia, Itariri, Pedro de Toledo, Miracatu, Juquiá, Registro, Sete Barras, Eldorado Paulista, Pariquera-Açú, Jacupiranga, Iporanga, Barra do Turvo, Ribeira, Juquitiba, e as áreas de Apiaí, Ibiúna, Tapiraí e Itapecirica da Serra.

Foram objetivos da SUDELPA, promover o desenvolvimento econômico e social da região e o incremento da indústria da pesca, de forma harmônica e integrada na economia estadual, conforme o Art. 8°:

- a) Coordenar e promover a execução do Plano de Desenvolvimento do Litoral, diretamente ou mediante convênio com órgãos ou entidades públicas e sociedades das quais seja o Poder Público acionista majoritário, ou através de contratos com pessoas ou empresas privadas;
- b) Rever, anualmente, o Plano de Desenvolvimento do Litoral, avaliando os resultados de sua execução;
- c) Participar na elaboração e execução de projetos e programas a cargo de órgãos estaduais na região e que se relacionem especificamente com o seu desenvolvimento;
- d) Elaborar programas de assistência técnica para o Litoral;
- e) Fiscalizar o emprego de recursos financeiros destinados ao Plano de Desenvolvimento do Litoral;
- f) Estabelecer prioridade para projetos ou empreendimentos privados de interesse ao desenvolvimento econômico da região, inclusive de incremento à indústria da pesca, visando a obter a concessão de benefícios fiscais ou colaboração financeira;
- g) Promover, estimular, custear e divulgar pesquisas, estudos e análises, objetivando o desenvolvimento da região; e
- h) Praticar todos os atos necessários para a consecução de seus objetivos.

Diferente dos objetivos de desenvolvimento econômico e social regionais, propostos com a criação da SUDELPA, em 1960 outros fatores contribuíram significativamente os processos de tomada de decisão das ações regionais implementadas no Vale do Ribeira. E apesar dos vinte anos de criação, com objetivo de promover o desenvolvimento do Vale do Ribeira e do restante do Litoral Paulista, a SUDELPA foi extinta em razão das próprias condições de estagnação social regional. (BRAGA, 1999).

Diante deste cenário, em 1989, os prefeitos dos municípios passaram a discutir os problemas comuns da região, com objetivo de estabelecer uma nova realidade para o Vale do Ribeira, conhecido como a região mais pobre do Estado de São Paulo.

A ideia era reunir os municípios com baixos índices de desenvolvimento humano (IDHs) para organizar e promover ações que pudessem mudar a realidade regional e, ao mesmo tempo, ter um instrumento institucional que possibilitasse abrir caminhos junto aos governos estadual e federal. (CODIVAR.ORG).

A partir da organização dos municípios na região, criou-se o Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira e Litoral Sul-CODIVAR, inspirado em um consórcio atuante na região do Vale do Paraíba. O CODIVAR, objetivou compreender a contradição entre as características do meio ambiente, por ser um dos mais ricos ecossistemas do planeta e sua correlação com os piores indicadores sociais do Estado tido como mais rico da Federação.

Um dos primeiros entraves identificados a ser superado para melhorar os índices regionais, foi o sistema de saúde local, pois, além de 98% da popualçao depender do sistema público de saúde, a qualidade era deficitária.

Foi nessa busca de melhorar o setor saúde que o CODIVAR e o Escritório Regional de Saúde (ERSA), então responsável pelas ações da Secretaria de Saúde na região, definiram para o Consórcio a responsabilidade de planejar as ações e gerenciar os recursos da saúde pública na região. O consórcio passou a gerenciar inicialmente o Completo Ambulatorial Regional (CAR), o Laboratório Regional, o Serviço de Atendimento Médico de Urgência (SAMU) e o Hospital Regional do Vale do Ribeira (HRVR). (Codivar.org.br - nasce para mudar índices de desenvolvimento da região).

O CODIVAR, tornou-se um divisor de águas no Vale do Ribeira por unificar a representação regional dos prefeitos municipais. O Consórcio passou a atuar na divisão da herança de máquinas e equipamentos da SUDELPA e a direcionar a implementação de políticas públicas para a região após a promulgação da Constituição Federal, em 1988, que trouxe novos parâmetros para o conflito entre o meio ambiente e a possibilidade de usufruto da região.

## 4.1.4. POLÍTICAS DE SAÚDE NO VALE DO RIBEIRA-SP

A história da implementação das políticas de saúde no Vale do Ribeira-SP percorre o período do regime militar, tendo como principais fatores a presença de médicos sanitaristas da Universidade de São Paulo, que mapearam as primeiras necessidades e demandas regionais relativas à alimentação, contaminação por agrotóxicos, atendimento a calamidades, mortalidade infantil, saneamento básico, vigilância epidemiológica, entre outros.

Dentre os principais desafios enfrentados na região, destacam-se a falta de força de trabalho local na área da saúde, o difícil acesso a diferentes municípios e a falta de estrutura física para a implementação dos primeiros Postos de Saúde para a realização de treinamento de Agentes de Saúde Comunitária, baseados no conceito de Saúde Coletiva e territorialização.

Outro entrave destacado foi a dificuldade de acessar a população e realizar reuniões comunitárias em pleno regime ditatorial. No entanto, as iniciativas apresentadas no artigo "O Vale do Ribeira entre 1970 e 1990: saúde, educação, política e participação de sujeitos", discutido neste capítulo, foram pioneiras e primordiais para modificar o perfil da incidência de doenças acometidas na região e pontapé inicial para o processo de cobertura do modelo de atenção primária à saúde intitulado "Estratégia de Saúde da Família" instituído pelo Ministério da Saúde a partir de 1994.

A saúde e a doença e os respectivos cuidados são áreas privilegiadas para a emergência de necessidades e a implementação de ações. De um lado, as condições de saúde e de vida são determinadas pelas formas como se dão a produção e a apropriação de bens, de outro, as políticas de saúde, saneamento e educação tano estão relacionadas como repercutem nos modos de viver e adoecer dos indivíduos e dos grupos familiares e sociais. A situação do Vale do Ribeira entre os anos 1970 e 1990 é exemplar na conformação de necessidades de ordem econômica, política e social, tendo a área da saúde aglutinado um conjunto de propostas e embater por meio dos quais a população, profissionais, grupos organizados e poder público fizeram a história. (DALMASO, 2011).

O surgimento das políticas sociais no Vale do Ribeira tem como divisor de águas a presença do Capitão Carlos Lamarca, nos municípios de Jacupiranga-SP e Eldorado-SP. Por ser considerada uma região desconhecida para o exército, esta região tornou-se um campo de treinamento de guerrilha da Vanguarda Popular Revolucionária, um dos grupos de luta armada contra a ditadura militar, em 1969. (DALMASO, 2011).

A população era escassa e a vegetação densa, facilitando a movimentação clandestina do grupo por cinco meses. Uma série de prisões forneceu as primeiras informações sobre o campo de treinamento; em abril de 1970, iniciou-se um cerco de 40 dias comandado pelo Coronel Erasmo Dias. A região foi evacuada e o campo bombardeado. (DALMASO, 2011).

A autora relata que após esse episódio, o Vale tornou-se área de segurança nacional, "disseminando ações de vigilância e marcando as relações sociais com desconfiança, medo e insegurança". E para manter o controle da área, foram criadas estradas, pontes de cimento e implantadas as Escolas Comunitárias de 1º grau (unidades escolares rurais de ação comunitária) com professores moradores nos próprios bairros com fácil acesso à família dos estudantes.

A Escola, foi um dos primeiros equipamentos sociais de integração de atividades voltadas para o desenvolvimento. Nessa época, ampliou-se o acesso a pronto-atendimento médico através da SUDELPA, mas o gasto dos municípios em saúde limitava-se à manutenção de ambulâncias para transporte dos doentes. (DALMASO, 2011).

Consta, que o Estado de São Paulo era dividido em 12 regiões administrativas e o Vale do Ribeira tinha "caráter especial", condizente com a preocupação com a segurança nacional.

A SUDELPA, destacou-se em seu plano de desenvolvimento por implementar um conjunto de medidas como a legitimação de títulos de propriedade da terra, ampliação e melhoria de estradas e com papel de promoção e controle social. Tinha previsão de inventivos fiscais para a produção agrícola e o apoio para a abertura de pelo menos um centro comunitário por município.

DALMASO (2011), explicita que entre as políticas sociais na área da saúde, foram construídas unidades em cinco dos 16 municípios que já dispunham de Centros de Saúde da Secretaria de Estado da Saúde (SES).

Os médicos da Sudelpa tinham contratos especiais e vinham de diversos estados do Brasil. A Divisão Especial de Saúde do vale do Ribeira (DEVALE), criada em agosto de 1973, contava com dois distritos sanitários, aglutinados em torno das cidades de Registro e Apiaí. Nessa época, todos os municípios do Vale tinham Centros de Saúde, embora muitos não contassem com a presença permanente de um médico. A região de distrito de Apiaí, onde a Mata Atlântica permanecia mais intacta, com uma das maiores concentrações de cavernas do Brasil, despertava interesse de pesquisa em geógrafos, biólogos, espeleólogos e ecologistas, entre outros profissionais. A Ameaça à região vinha da mineração e da exploração do palmito, sento o acesso bem mais difícil e distante da BR-116. (DALMASO, 2011).

Nota-se que na vigência do governo Ernesto Geisel, houve a necessidade de implementação de políticas sociais como resposta a situações de crise, expressas no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND-1975-1979), que tinha como meta disseminar uma política social que deveria assegurar um aumento considerável da renda real para todas as classes e reduzir a pobreza absoluta (do contingente de famílias com renda abaixo do mínimo admissível quanto à alimentação, saúde, educação e habitação. (Brasil, 1974)

Seguiram-se medidas normativas na área social para se viabilizarem essas diretrizes, entre as quais a Lei do Sistema Nacional de Saúde, nº 6.229, de 1975. Também em 1975, realiza-se a V Conferência Nacional de Saúde, cujas recomendações explicitam, para o Brasil, as propostas dos Programas de Extensão de Cobertura constantes no II Plano Decenal de Saúde para as Américas (1971-1980), recomendadas por organismos internacionais de saúde. (DALMASO, 2011).

O Programa com maior expressão implementado foi o Programa de Interiorização de Ações da Saúde e Saneamento (PIASS), criado em 1976. Sua atuação se restringia aos municípios da região nordeste. Após a ampliação da área de atuação do PIASS para caráter nacional, o Ministério da Saúde definiu o Vale do Ribeira como uma das áreas prioritárias para receber o programa.

Assim, na década de 1970, havia, de um lado, o movimento de oposição política, que se organizava e abria um campo de treinamento numa área não ocupada, na época, com ações do Estado, e, de outro, as políticas públicas que vinham responder aos movimentos e a algumas necessidades sociais, fazendo do Vale do Ribeira uma região de maior atenção e ações no estado de São Paulo. E as lutas passavam pelos homens, dos posseiros aos grileiros, da oposição à situação dos técnicos aos cidadãos. (Dalmaso, 2011, p. 188).

DALMASO (2011) relata que a saúde da população do Vale do Ribeira, em 1980, era acometida por doenças endêmicas e epidêmicas, como arbovirose, malária, esquistossomose, leishmaniose cutaneomucosa, tuberculose, hanseníase e mordeduras por morcegos hematófagos. Com uma taxa de urbanização de 55,4%, com densidade demográfica de 14,89 habitantes por quilômetro, com uma taxa de urbanização do estado de São Paulo de 88,64%. Consta que o coeficiente de mortalidade infantil na década de 1980 era de 73,7 por mil nascidos vivos (neonatal 33,1 e infantil tardia 40,6).

As primeiras iniciativas de implementação de políticas sociais no Vale do Ribeira ocorreram na área da educação, com a criação de escolas que ofereciam as três primeiras séries do ensino básico. Nelas, os professores deveriam obedecer a planos e organização, além de prestar 44 horas semanais de trabalho e residir no prédio da escola.

Com atuação e controle do Estado, as atividades desenvolvidas relacionavamse ao desenvolvimento comunitário a partir de hortas e a disseminação de informações sobre saúde e higiene. As escolas também funcionavam como centros comunitários, sendo ponto de referência para a comunidade, como direito de todos e responsabilidade da população.

As escolas e os professores foram importantes dispositivos para a articulação de ações entre políticas sociais, como as reuniões conjuntas mensais, com pauta para questões de ensino e de saúde. Pela sua penetração na vida da comunidade, as escolas e os professores também foram baluartes de algumas iniciativas de enfrentamento como, por exemplo, a resistência à vacinação contra meningite em 1975, em Juquiá, depois da morte de uma criança recém-vacinada. (DALMASO, 2011).

A autora ressalta que a união entre as escolas e a população foi o ponto de partida para aproximar as áreas de saúde e educação na região, possibilitando criar instrumentos para identificar e lidar com os determinantes das condições de vida e saúde regionais.

No Vale do Ribeira as primeiras atividades de pesquisa, ensino e prestação de serviços em zona rural ocorreu através da realização de convênio com a Secretaria de Estado da Saúde (SES), que vigorou de 1975 a 1979. O Vale foi área de estágio para internos do curso de graduação e de médicos residentes, inicialmente no Hospital Regional de Pariquera-Açú, para qualificação em assistência hospitalar em área rural e posteriormente o estágio foi estendido para atuação em unidades básicas de saúde.

Estas iniciativas realizadas pelo Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da USP (FMUSP) ocorreram sob orientação do Professor Guilherme Rodrigues da Silva, em consonância à proposta da Atenção Primária e seu conjunto de ações e programas com foco em responder os problemas de saúde mais frequentes, promovendo a saúde e a prevenção de doenças.

Em 1978, na Conferência de Alma-Ata, promovida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pelo Unicef, estabeleceram-se os princípios e as formas de atuar da Atenção Primária, tomada como estratégia adequada para a extensão de ações de saúde, com a perspectiva de cobertura de toda a população até o ano 2000. O Brasil é signatário da carta. A descentralização dos serviços e a interiorização das ações de saúde e da formação dos alunos, especialmente das áreas de medicina e enfermagem, ganhou forças no Brasil antes de 1964 e depois, em nova onda, na década de 1970. (DALMASO, 2011).

No fim de 1976, o médico David Capistrano da Costa Filho foi indicado pela FMUSP para coordenar o Projeto Acadêmico de estágio dos internos e dos médicos residentes da FMUSP no Hospital Regional de Pariquera-Açú. Consta ainda que David realizou o curso com a primeira turma de Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da USP, prestou concurso para a vaga de sanitarista na SES e escolheu o cargo no Vale do Ribeira. Ocupou também a função de Diretor de Estudos e Programas da Regional e desenvolveu sua carreira junto ao Departamento de Medicina Preventiva da FMUSP.

Ainda em 1976, a médica Maria Cecília Dellatorre, inaugurou a formação do sanitarista em uma unidade básica do Vale do Ribeira, no município de Juquiá. Em 1977, Maria foi aprovada em concurso da SES e assumiu o cargo de Diretora do Centro de Saúde de Juquiá, recebendo internos e residentes da FMUSP no município. Davi Capistrano levou diversos médicos ao Vale, alguns com vinculação político-partidária comum (PCB); a maior parte vinha do Rio de Janeiro e do Ceará, assumindo o trabalho no Vale como parte de um trabalho de transformação social. (DALMASO, 2011).

Essas iniciativas possibilitaram que a FMUSP, através do Departamento de Medicina Preventiva realizasse com apoio da SES um diagnóstico das condições de saúde da região do Vale do Ribeira, para subsidiar a implementação de um programa de assistência à saúde regionalizado e integrado. Contribuindo para a organização dos serviços de sapude da região, considerando a proposta de extensão de cobertura e participação comunitária.

Ao citar MONTEIRO (1977), DALMASO (2011) comenta que o Vale do Ribeira tornou-se área de pesquisa para as ciências sociais, saúde, biologia e geologia propiciando a produção de conhecimento em áreas de fronteira. E que um dos

principais resultados identificados na região foi o estado nutricional pior do que em outras áreas do Estado. A desnutrição identificada revelou-se um problema familiar, com ocorrência entre mães e filhos, ocorrida principalmente devido à inserção paterna no sistema de produção local e sua possibilidade de acesso e obtenção de alimentos.

Além da desnutrição, a autora cita que a região era sobretudo de pobreza e precariedade, que somadas à ausência dos equipamentos sociais e de serviços de saúde resultava em altas taxas de mortalidade por causas evitáveis, a exemplo do depoimento coletado de Maria Cecília Cordeiro Delatorre, à época ex-Diretora Regional da DEVALE:

Uma coisa nos marcou muito: o que aconteceu com uma família de desnutridos, porque a mãe era de Barra do Turvo [...] são mais de 32 quilômetros para chegar até aqui. As crianças que ela trazia estavam muito desnutridas. Nós demos o leite e explicamos que ela devia pegar leite por mais tempo. E a mãe falou assim: "Olha, a senhora não precisa me dar mais leite, porque eu não tenho condições de chegar aqui." [...] Eu tive um caso de uma criança que morreu por acidose, porque ela estava tão desidratada que o corpinho dela não resistiu e ela acabou falecendo; e foi por causa da distância. A mãe veio a pé, debaixo de sol, lá de Barra do Turvo para cá, e não deu tempo de a criança chegar aqui. Chegou já mortinha. E eu acho que isso devia ser frequente não só aqui, em todos os lugares [...] A gente via que muitas coisas poderiam ser resolvidas, se houvesse um atendimento básico no bairro. (DALMASO, 2011).

A política pública de saúde foi efetivada no Vale do Ribeira com o plano de desenvolvimento de SUDELPA, através da construção de unidades mistas em cinco municípios que dispunham de Centros de Saúde da SES. Os contratos dos médicos tinham duração de três meses por ano no Vale e eram residentes de diferentes estados do Brasil.

A atenção primária à saúde (APS) é definida pela Organização Pan-Americana de Saúde (2021) como o primeiro ponto de contato, oferecendo contato abrangente, acessível e baseado na comunidade. Pode atender de 80% a 90% das necessidades de saúde de uma pessoa ao longo de sua vida. Está enraizada no compromisso com a justiça social e a equidade e no reconhecimento do direito fundamental ao mais alto padrão atingível de saúde, conforme ressaltado no artigo 25 de Declaração Universal dos Direitos Humanos: "Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família, saúde e bem estar, inclusiva alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis [...]".

O conceito de atenção primária à saúde é definido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) com base em três componentes:

- a) Garantir que as pessoas tenham acesso a serviços abrangentes de promoção, proteção, prevenção, cura, reabilitação e cuidados paliativos ao longo da vida, priorizando estrategicamente as principais funcções do sistema voltadas para indivíduos, famílias e para a população em geral como elementos centrais da prestação de serviços integrados em todos os níveis de atenção;
- Agir de forma sistemática sobre os determinantes mais amplos de saúde (incluindo características e comportamentos sociais, econômicos, ambientais, bem como das pessoas), por meio de políticas públicas e ações baseadas em evidências em todos os setores; e
- c) Empoderar indivíduos, famílias e comunidades para otimizar sua saúde, como defensores de políticas que promovam e protejam a saúde e o bem-estar, como co-desenvolvedores de serviços sociais e de saúde por meio de sua participação e como cuidadores de saúde de si mesmos e de outras pessoas.

O convênio realizado entre a SES e a FMUSP, com duração entre os anos de 1975 e 1979, efetivou a possibilidade da elaboração de um ordenamento progressista na área da saúde, com base na proposta da atenção primária à saúde, dando início à uma rede articulada de serviços de saúde com quadros de profissionais nas unidades básicas, mistas, hospitais e postos de gestão, além da participaão de egressos dos estágios de graduação e de residência médica instituídos no Vale.

DALMASO (2011) acrescenta que apesar do crescimento do aparato na área da saúde, o Decreto Presidencial de Expansão Nacional do PIASS, de novembro de 1979, ao incluir a área do Vale do Ribeira como prioridade para implantação do Programa, associado aos equipamentos instalados na região foi um divisor de águas, pois a região mantinha-se com grande precariedade nas áreas de saúde e assistência. Portanto, a possibilidade de financiamento pelo governo federal responderia a iniciativas e movimentos sociais da época.

A organização de um sistema de saúde regional descentralizado teve início em 1979 após a realização de um diagnóstico regional efetuado em todos os municípios pela equipe de sanitaristas. Consta que os relatórios sugeriam a importância de integrar recursos no funcionamento de unidades mistas nos centros de saúde construídos, com ênfase no atendimento à população residente nas regiões rurais do Vale.

Esse relatório resultou na apresentação de uma proposta à Coordenadoria de Saúde da Comunidade (CSC) da SES para que fosse criado um sistema regional descentralizado de saúde. Sendo o Hospital Regional do Vale, referência especializada. A transformação de alguns Centros de Saúde em unidades mistas, com alguns leitos para internação, e a recuperação de pequenas Santas Casas fechadas, para que todos os municípios também tivessem atendimento de urgência e algum tipo de internação mais simples, além de abrir postos de saúde na zona rural para ações básicas de saúde, promoção, prevenção e cuidados primários pelo agente de saúde, facilitando o acesso da população rural ao serviço. (DALMASO, 2011).

A autora ressalta que essa proposta coincidiu com as providências apresentadas pela SES/SP ao Ministério da Saúde, denominado como "Plano Operativo Anual (POA), cujas diretrizes incluíam a operação da rede de serviços de saúde; a participação comunitária, a regionalização, a articulação dos programas em cada esfera de cuidado e serviço, a integralização das ações de saúde, o desenvolvimento de recursos humanos e a implantação do PIASS nessa área da região Sudeste (SILVA, 1984).

A proposta recebeu como título "Projeto de Expansão dos Serviços Básicos de Saúde e de Saneamento em Área Rural do Vale do Ribeira (Projeto Devale). Teve como recursos fontes de financiamente a SES/SP, com recursos do Minsitério da Saúde e do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social – INAMPS. Essa é a história do projeto que deu início à implantação do PIASS no estado de São Paulo em junho de 1981. O objetivo geral do projeto era "ampliar a cobertura de serviços báciso de saúde e sanemanto à população da região abrangida pelo Devale, com ampla participação da população" (São Paulo, 1981).

No artigo, constam as ações a seguir para cumprimento dos objetivos propostos:

- a) implantar Postos de Assistência Sanitária operados por Agentes de Saúde da comunidade em núcleos populacionais rurais e periféricos aos centros urbanos;
- b) integrá-los com as Unidades de Ensino e Ação Comunitária, da Eduvale (Regional Especial da Secretaria de Educação), a fim de desenvolver trabalho na área de atenção básica à saúde;
- c) adaptar e reorganizar a estrutura técnico-adnimistrtiva da rede de serviços existente na região, a fim de atender às necessidades surgidas com a expansão da oferta de serviços de saúde à população da região;
- d) treinar os agentes de saúde recrutados e selecionados na própria comunidade para operar os Postos de Atendimento das áreas rurais, desenvolver ações de saneamento e atendimento simplificado a condoções de saúde e doença mais comuns;
- e) atualizar e treinar o pessoal que atua nos diversos níveis do Departamento Regional de Saúde do Vale do Ribeira e que terá participação no projeto;
- f) realizar estudo para a racionalização dos serviços de saúde existentes na área, com cistas a seu funcionamento integrado e hierarquizado, criando, assim, condições de cuidados mais especializados para necessidades identificadas (Silva, 1984).

O investimento na melhoria do saneamento regional, acoplado às ações de saúde, através da construção de fossas de concreto e de banheiros resultaram na redução drástica de novos casos de esquistossomose. A melhoria da coleta de esgoto diminuiu não só os casos como os riscos do tratamento e os danos ambientais. Além da qualidade da água, o trabalho de saneamento rural trabalhava o destino adequado dos dejetos com soluções diferentes, em função do debate com a comunidade e o tipo de terreno. (DALMASO, 2011).

DALMASO (2011) afirma que com a implementação da atenção primária à saúde no Vale, uma das principais dificuldades identificadas entre os técnicos e a comunidade foi aplicar as ações previstas durante o período do regime militar.

Constam como entraves o recebimento de sanções do rgime para os dirigentes e profissionais de saúde, devido à forma como o conduziam e pelo pressuposto da participação comunitária.

A principal estratégia utilizada para implementar as ações de saúde na região foi a implantação dos Postos de Atendimento em Áreas Rurais (PAR) em parceria com as prefeituras municipais, os médicos dos Centros de Saúde, as coordenadoras das UEACS e os professores comunitários. Inicialmente foram implementados 15 postos em sete municípios pertencentes ao Distrito Sanitário de Registro, totalizando 18 postos com as localidades que já tinham Centros de Saúde. Os novos municípios aptos a receber os postos incluíam Registro-Sp, Pariquera-Açú/SP, Cananéia/SP, Iguape/SP, Juquiá/SP e Miracatu/SP.

A autora explicita que a escolha das localidades considerou a existência de médicos sanitaristas nos Centros de Saúde, e com a participação popular, envolvimento de igrejas, autoridades e outras lideranças foram escolhidas as localidades onde seriam instalados, através de reuniões com moradores dos bairros indicados para discutir os aspectos das construções, bem como o seu funcionamento e o modo de escolha dos agentes de saúde.

Em algumas localidades, o PAR foi instalado em prédios antigos da prefeitura; em outras, em locais alugados e, ainda, em prédios construídos pela população, em regime de mutirão. A partir de 1982, com a abertura do segundo grupo de PAR, a solicitação da comunidade e sua organização em torno da instalação do posto passou a ser um critério fundamental para decidir a localização dos novos PAR. (DALMASO, p. 198, 2011).

Para além da instalação dos equipamentos de saúde outro fator determinante à implementação dos postos de saúde no Vale do Ribeira foi a definição do sentido e limites de trabalho dos agentes de saúde. São três os princípios gerais definidos para integrar a prática profissional:

- a) um, estritamente técnico, ligado ao desenvolvimento de atividades para indivíduos e famílias, no atendimento a queixas e/ou problemas;
- b) um ligado ao desenvolvimento de atividades com a comunidade;
- c) um relativo ao modo como se deveriam desenvolver essas atividades.

Havia a preocupação de não supervalorizar o aspecto técnico do atendimento individual e a doenças em detrimento das atividades coletivas. Sinteticamente, a proposta de ação para o agente de saúde no projeto DEVALE se caracterizava por proporcionar não só o acesso da população rural ao atendimento aos problemas de saúde, através da aplicação de conhecimentos e procedimentos específicos (curativos, vacinas, diagnóstico e tratamento das doenças mais prevalentes, atendimento a crianças e a gestantes, primeiros socorros, encaminhamentos), mas também por basear-se numa visão abrangente do indivíduo dentro da comunidade e ainda incluir a discussão desses problemas de saúde em função das condições gerais de vida. (São Paulo, Projeto Devale, 1981).

Outro fator interessante relativo ao funcionamento dos postos de saúde foi a contratação dos agentes de saúde. Para isso, houveram reuniões com a participação dos professores comunitários, representantes de igrejas, autoridades e lideranças comunitárias junto aos moradores dos bairros em que os postos seriam instalados para discutir como os postos funcionariam, bem como quais seriam os critérios adotados para realizar a contratação dos agentes de saúde. Para que todos os atores participassem desse processo decisório, as reuniões aconteceram em escolas comunitárias à noite ou em finais de semana.

O que sempre acarretava sanções para os técnicos, posto que a Direção Regional não via com bons olhos essas iniciativas, confundindo-as com ações de subversão ao regime político vigente. Por causa dessa forma de condução, técnicos da equipe foram ameaçados de demissão e um deles chegou a ser encaminhado para consulta psiquiátrica (Alves, 1985).

DALMASO (2011), considera inédito o processo de contratação dos agentes de saúde em razão do momento histórico vivido pelo país, de regime autoritário. Ressalta que a inovação veio do princípio de uma concepção e prática da participação de todos os sujeitos, através da possibilidade de eleição direta dos agentes de saúde e de sua importância para a ampliação do acesso da população rural às ações de saúde e formação dos técnicos que participaram do processo.

Em relatos de técnicos que participaram das reuniões para discussão dos Postinhos e para a escolha dos agentes de saúde, vê-se que os moradores custavam a acreditar que realmente participariam dessa escolha. Eram comuns na região respostas como: "melhor seria que vocês mesmo escolhessem" ou "vocês são médicos, enfermeiros, vocês é que sabem...". Mas, a essas reações de incredulidade, seguiam-se declarações como: "É bom mesmo a gente escolher, porque quem põe tira" (Silva; Mendes-Gonçalves; Goldbaun, 1986).

Os critérios de seleção citados pelos atores particioantes foram: não fazer distinção entre as pessoas, tratar todo mundo igual (pobre e rico, preto e branco, parente e não parente, da mesma religião ou de outra); ter jeito para a coisa; não ter medo de sangue; não ter medo de dar injeção; ser responsável; não ter orgulho, ser maior de idade. DALMASO (2011) explicita que a qualidade de saber ler e escrever gerou discussão, onde foram pautados os argumentos de que quanto mais estudado fosse o agente de saúde, melhor seria. No entanto, se fossem exigir nível escolar, não encontrariam ninguém nos bairros.

Outras qualidades foram discutidas como: comprometimento com a comunidade; ter boa vontade; ter tempo; ser educado, calmo, atencioso; ser decidido; não beber; andar ligeiro (rápido). Definidos os critérios, os moradores sugeririam pessoas conhecidas que preenchiam os requisitos, dando prosseguimento à eleição através de voto secreto escrito em urnas ou chapéu.

O treinamento inicial ofertado para 19 agentes de saúde contou com a presença de consultores da Organização Pan-Americana de Saúde e do Ministério da Saúde. A proposta teve dois objetivos: manter e fortalecer o compromisso e a solidariedade do agente de saúde com sua comunidade de origem; e propiciar ao agente de saúde condições de apropriação dos conhecimentos, tecnologia e instrumental necessário para lidar com as questões de saúde da população.

Consta no artigo, que o primeiro módulo teve como objetivo diagnosticar problemas de saúde comunitários, através da observação, discussão e contato com a realidade vivida pela comunidade. Esta iniciativa remete à lógica da territorialização em saúde, que para SAQUET (2003) pode ser entendido como um movimento historicamente determinado pela expansão do modo de produção capitalista e seus aspectos culturais. Caracterizando-se como um dos produtos socioespaciais das contradições sociais sob a tríade da economia, política e cultura (EPC), que determina as diferentes territorialidades no tempo e no espaço — as desterritorialidades e as re territorialidades. Por isso, a perda ou a constituição dos territórios nasce no interior da própria territorialização e do próprio território. Ou seja, encontram-se em permanente movimento de construção, desconstrução e reconstrução. (GONDIM; SAQUET, 2003).

O segundo e terceiro módulo objetivaram treinar o processo de comunicação dos agentes de saúde e desenvolver uma concepção do corpo e suas relações com o ambiente físico e social em que se vive e adoece na comunidade.

Neste período, a produção teórica desenvolvida pela Saúde Coletiva focalizou os conceitos de determinação social das doenças e o processo de trabalho em saúde. Tendo como base o entendimento de que a saúde e a doença na coletividade não poderiam ser explicadas exclusivamente pelas dimensões biológica e ecológica, permitindo ampliar os horizontes de análise e de intervenção sobre a realidade. (PAIM, 2008).

PAIM (2008), ao citar NOVAES (1997), complementa afirmando que o materialismo histórico havia se tornado o fundamento epistemológico do "objeto" processo saúde/doença, ao mesmo tempo que se institui como instrumento de transformação racional da realidade [...]. Assim, a categoria central explicativa do processo saúde/doença seria, pelo seu máximo grau de abstração, aquela de "produção" e "reprododução social", naturalmente intermediada por utras categorias, quando se trata de especificidades.

A partir da reflexão sobre modelos de atenção à saúde e das iniciativas inovadoras de alguns municípios e distritos sanitários no Brasil, constata-se a adoção de propostas alternativas em várias localidades, mediante a articulação entre a universidade, os serviços e a comunidade. Nessa linha de investigação e de experimentação insere-se um conjunto de pesquisas sobre processo de trabalho em saúde (SCHRAIBER; MENDES-GONÇALVES, 1996) e, em particular, sobre tecnologias, reconhecidamente "uma das fragilidades do movimento em torno da Reforma Sanitária no Brasil" (MERHY, 1997, p. 130). A temática das conferências nacionais de 1996, 2000 e 2003 e os debates nelas realizados estimulam, presentemente, a ousadia de construir modelos de atenção voltados para a qualidade de vida e a humanização do cuidado. (PAIM, 2008, p. 170).

Portanto, a base utilizada para a realização dos treinamentos de agentes de saúde no Vale do Ribeira, pautou-se nos problemas de saúde colocados pelos moradores da região, no levantamento feito pelos alunos junto às famílias no primeiro módulo. DALMASO (2011) explicita que a natureza dos assuntos variava entre sintomas físicos à questões de posses de terras, e que após a captação dos dados foram catalogados 90 problemas de interesse, subdivididos em 18 grupos: a) vermes; b) anemia; c) desidratação; d) gripe; e) outras doenças respiratórias; f) feridas; g)

acidentes; h) saúde da mulher; i) doenças de transmissão sexual; j) doenças de crianças; j) reumatismo; k) ataque; l) coração; m) aparelho digestivo; n) rim; o) diabetes; p) vista; q) trabaho no postinho.

Metodologicamente, a autora afirma que o treinamento foi realizado a partir da localização dos órgãos, correlação com os sintomas identificados entre os agentes, ilustrações em lousas e dramatizações para sintetizar o trabalho desenvolvido, garantindo que cada agente tivesse aptidão para diagnosticar as principais questões de saúde apresentadas no bairro de atendimento. Consta que no módulo final, situações eram simuladas para cada um dos problemas de saúde agrupados, e que por conta da complexidade do conhecimento envolvido e do risco existente para a população, muitos problemas relacionados não poderiam integrar o rol de atividades desenvolvidas pelos agentes de saúde. Portanto, a necessidade de se organizar uma rede de serviços e de profissionais que garantisse uma retaguarda à atuação desses agentes. (DALMASO, 2011, p. 205).

Ao todo, foram realizados cinco treinamentos: em 1981, em 1982, dois em 1984 e um em 1988, para um total de 92 agentes. Em 1992, o projeto contava com 61 Postinhos, então municipalizados, e 74 agentes de saúde em serviço. O primeiro manual de orientação para os agentes de saúde foi elaborado após o primeiro treinamento, a partir do material gravado e registrado nas próprias aulas. (VILANOVA et al., 1992).

Por fim, ao avaliar a implementação das primeiras iniciativas em saúde ocorridas no Vale do Ribeira, a autora aponta que os agentes de saúde selecionados já realizavam funções de representatividade comunitária quando foram escolhidos, e que eram convidados para orientar a população sobre os problemas de saúde recorrentes; que os agentes tinham em comum a importância da realização do trabalho, além de relatarem satisfação no desempenho das atividades e possibilitar à comunidade o espaço para diálogo de outros problemas de saúde.

Outro aspecto relatado pelos agentes de saúde foi a satisfação da população com a implantação dos Postos de Saúde devido à ampliação das noções do proecesso entre saúde e adoecimento, que antes resumia-se à busca por remédios e leite.

Os dados apresentados revelam como sugestões das famílias: a expansão da oferta de medicamentos; a reivindicação da presença de médicos nos Postos de

saúde; a reivindicação de um segundo agente de saúde no Posto e melhores condições para eles; reivindicação da presença de dentistas nos Postos e a melhoria na estrutura dos prédios onde os Postos foram instalados, bem como da realização de uma supervisão com maior constância da equipe técnica ao trabalho desenvolvido nas diferentes regiões pelos agentes.

Apesar do empenho dedicado e das altas taxas de procura de atendimento da população nos Postos de Saúde, os dados apresentaram evidências de muitas dificuldades e inadequações no trabalho realizado pelos agentes, relacionadas ao fato de o Departamento Regional de Saúde não ter incorporado adequadamente o projeto às suas atividades (...) que na ideia inicial viria a se constituir na própria programação de trabalho do Departamento Regional de Saúde do Vale do Ribeira até o mês de março de 1983, infelizmente não concretizado. (SILVA, 1984; Silva; Mendes-Gonçalves; Goldbaum, 1986).

DALMASO (2011) cita que as insuficiências também foram atribuídas a dificuldades da coordenação do projeto para cumprir o planejamento, principalmente no processo de supervisão e educação continuada dos agentes de saúde selecionados.

[...] a supervisão dos Postinhos era realizada por profissional do Centro de Saúde de cada município. Na medida em que o sistema de saúde foi se desenvolvendo na região, principalmente com a incorporação de enfermeiros, a supervisão era desenvolvida de forma muito heterogênea nos diversos municípios. Uma diferença nítida na metodologia de supervisão foi sendo constatada entre os municípios onde existia o enfermeiro ou médico sanitarista e aqueles onde não havia esses profissionais [...] quanto à atualização dos profissionais, em nível regional, foi realizada apenas uma reciclagem dos agentes de saúde em atividades do Programa de Saúde da Criança, em 1989. As demais atualizações foram feitas pelos municípios, por iniciativa própria (Vilanova et al., 1992).

A autora relata que a interface realizada entre os eixos da saúde, educação, política e participação da comunidade, tiveram no Vale, entre os anos 1970 e 1990, condições precoces e férteis de desenvolvimento. Havendo forte presença das questões relacionadas à terra e suas posses, bem como da produção agrícola e meio ambiente, acarretando numa grande necessidade interventiva do poder público para minimizar a vulnerabilidade social identificada, através de programas integrados como forma de enfrentamento à desigualdade social diagnosticada.

# 4.1.5. Planejamento Estratégico 1999 - Versão Preliminar para discussão de Proposta Regional para o Fórum de Desenvolvimento do Vale do Ribeira (1999)

O primeiro planejamento estratégico do Vale do Ribeira foi produzido no ano de 1999, intitulado "Versão Preliminar para discussão de Proposta Regional para o Fórum de Desenvolvimento do Vale do Ribeira, de 1999". Para a elaboração do documento, compuseram a equipe de trabalho, o CODIVAR, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul-CBH-RB, e a União de Vereadores do Vale do Ribeira-UVEVAR.

Para subsidiar as discussões nas câmaras técnicas que antecederam a realização do Fórum de Desenvolvimento, houve a participação dos municípios membro, profissionais do Estado e das lideranças políticas e civis do Vale do Ribeira. Como objetivo, consta no documento a necessidade de iniciar o processo de reversão do quadro de extrema pobreza que os índices estatísticos apontam para o Vale, além de promover o desenvolvimento sócio econômico através da harmonia entre a União, Estado, Municípios e Sociedade Civil.

As duas principais premissas contidas no documento explicitam:

- a) a necessidade de se considerar o Vale do Ribeira como uma unidade administrativa única, evitando a atual dispersão e desintegração das ações do Estado, promovendo a efetiva integração das políticas públicas;
- b) as vocações econômicas (existentes e potenciais) capazes de promover, de fato, esse processo de reversão, considerando a situação geográfica estratégica do Vale do Ribeira, potencializada pelo fato de encontrar-se no meio da maior concentração populacional da América Latina, representada pelas Regiões Metropolitanas de São Paulo e de Curitiba, além das regiões de Sorocaba, Campinas e Baixada Santista. Outros fatores de destaque, ainda, se figuram como de extrema relevância para o futuro da região, dentre os quais a duplicação da rodovia Régis Bittencourt BR 116, que abre caminhos de integração com o Mercosul e a instalação do gasoduto Bolívia-Brasil que permitirá o acesso a uma nova matriz energética, barata e "limpa" do ponto de vista ambiental.

As vertentes de desenvolvimento apresentadas propõem ações para os eixos da agropecuparia, mineração e turismo, cujo planejamento propõe ações específicas para os diferentes atores. Retrata a necessidade de implementar políticas públicas que possibilitem diminuir o distanciamento em relação às demais regiões do Estado.

Quanto ao eixo da exploração da pesca, o documento explicita a necessidade de desenvolver práticas de cultivo que privilegiem o controle biológico das culturas em contraposição ao uso excessivo de agrotóxicos e de fertiliantes químicos. Outras medidas significativas propostas foram a regularização fundiária, a abertura de linhas diferenciadas de crédito e financiamento, e a instalação de estabelecimentos de ensino capazes de formar as futuras gerações locais para assumirem o papel de pesquisadores e técnicos que permitam alavancar os processos dinâmicos de progresso.

Quanto ao potencial de exploração do turismo, o planejamento estratégico reitera a necessidade de duplicação da Rodovia Régis Bittencourt – BR 116, para viabilizar as práticas de pesca amadora, caça submarina, navegação turística, canoagem e excursões para visitação das montanhas, cavernas, praias, centros históricos, às Unidades de Conservação, aos locais produtores de artesanato e festas populares.

Especificamente sobre as Políticas Públicas, o Planejamento Estratégico de 1999 propôs ações para melhorar o Índice de Desenvolvimento Humano, bem como melhorar a qualidade de vida da população. Foram ações propostas pelas Secretarias de Estado:

## a) Cultura:

- promoção da recuperação do Patrimônio Histórico;
- incentivo à revitalização das manifestações culturais tradicionais;

### b) Educação:

- universidade regional;
- cursos técnicos voltados às potencialidades regionais;
- c) Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica:
  - operacionalização do Fundo de Desenvolvimento do Vale do Ribeira;

- operacionalização da Compensação Financeira expressa no artigo 200 da Constituição Estadual
- d) Secretaria de Estado da Justiça e Defesa da Cidadania:
  - agilização do processo de regularização fundiária com ênfase rural;
- e) Secretaria de Estado de Meio Ambiente:
  - elaboração e implementação de Programa Regional para disposição final de resíduos sólidos;
  - instalação de escritório regional da CETESB;
  - liberação da construção da Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto;
  - gestão participativa das Unidades de Conservação;
- f) Secretaria de Estado do Planejamento:
  - Assistência na elaboração dos Planos Diretores Municipais;
  - Ampliar a abrangência do Programa COMUNIDADE ATIVA a todos os municípios da região;
  - Reorganização das Regiões Administrativas, visando estabelecer a Região Administrativa do Vale do Ribeira, abrangendo os 23 municípios que compõem a Bacia.
- g) Secretaria dos Recursos Hídricos, Saneamento e Obras:
  - Instalação das comportas e obras complementares na Barragem do Valo Grande
- h) Secretaria da Saúde:
  - Implantação do Programa de Saúde da Família abrangendo a totalidade da população regional;
  - Unificação da Direção Regional de Saúde (DIR XVI), abrangendo os 23 municípios da Bacia do Ribeira;
  - Pavimentação das estradas: Barra do Turvo Iporanga; Apiaí Iporanga, Apiaí-Itaoca e Sete Barras-São Miguel;
  - Obras de melhoria no Aeroporto Regional de Registro;
  - Sinalização da Barra de Cananéia

Dentre as atividades previstas no Planejamento Estratégico 1999, constam três principais frentes de ação a serem implementadas. A primeira trata sobre a necessidade de integrar as ações entre diferentes instâncias e regiões administrativas, a exemplo do Vale do Ribeira, que comporta 23 municípios com

características distintas entre si. A segunda, reitera a experiência satisfatória promovida pela Superintendência de Desenvolvimento do Litoral Paulista – SUDELPA no Vale devido à competência da equipe técnica e dos múltiplos equipamentos envolvidos, demonstrando a necessidade de criar um novo tipo de Agência de Desenvolvimento do Vale do Ribeira.

A terceira, conclui que as ações previstas possuem grande relevância a curto e médio prazo, mas reitera a necessidade de a região investir na formação de técnicos e profissionais oriundos da própria região. Reafirmando o interesse em criar uma Universidade do Vale do Ribeira, voltada totalmente às vocações específicas da região, contemplando a criação de um centro de estudo superior capaz de albergar matérias como mineralogia e seus desdobramentos; Turismo e Ecoturismo; Ecologia e Oceanografia; Engenharia Florestal; Engenharia Ambiental; Biologia; Botânica e Zoologia, etc., à época deficitários no Estado de São Paulo.

Continuar a "importar" técnicos de outras regiões, vindos a integrar os quadros do Vale do Ribeira por determinação dos governantes estaduais do momento, é deixar a região à mercê de vontades políticas alheias ao processo regional e, não podemos apostar em que os próximos governadores terão a sensibilidade e visão social do atual. (VERSÃO PRELIMINAR PARA DISCUSSÃO DE PROPOSTA REGIONAL PARA O FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO RIBEIRA, 1999).

Dentre outras frentes de atuação apontadas pelo CODIVAR em prol do desenvolvimento regional, consta a reivindicação dos municípios para a realização da duplicação da BR-116 e a busca por melhorias das estradas rurais. Além da busca por recursos para investimentos em Saúde e Educação.

Devido à complexidade de atuação do CODIVAR em diferentes diretrizes, no ano de 2001 ocorreu o desmembramento do consórcio, onde, criou-se o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Ribeira-CONSAÚDE, que trata até a atualidade de forma específica às questões da gestão regional de saúde no Vale do Ribeira.

# 4.1.6. Planejamento Estratégico do Vale do Ribeira e Litoral Sul 2030 (PE-VR-LS-2030)

O Planejamento Estratégico do Vale do Ribeira e Litoral Sul 2030 (PE-VR-LS-2030), foi produzido no ano de 2018, através da incorporação de planos anteriores

existentes e da busca por opiniões e pontos de vista de atores locais e regionais, dos setores público, privado e do terceiro setor. A estratégia metodológica utilizada pelo Instituto para o Desenvolvimento de Inovações Tecnológicas, Sociais, Gestão de Políticas Públicas e Justiça Social-JUS, foi a realização de entrevistas, que totalizaram aproximadamente 250.

Atualmente, o Comitê Regional do Planejamento Estratégico é composto pelos órgãos: Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira e do Litoral Sul (CODIVAR); Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul (CBH-RB); Parlamento dos Vereadores do CODIVAR; e Décio Ventura (ex-prefeito do município de Ilha Comprida).

Um dos primeiros desafios foi estabelecer os territórios do PE, já que o VR-LS é composto por uma variedade de municípios que se diferenciam em questões territoriais, políticas, econômicas e sociais. Compará-los de forma homogênea, com uma medida única, faria o PE perder especificidades importantes de cada tipo de município. Com essa decisão, definiu-se que o PE seria trabalhado com quatro territórios (...) validada pelos/as próprios/as prefeitos/as da região. (Instituto JUS, 2018).

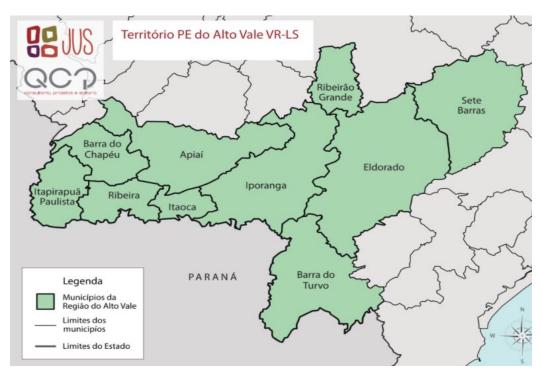


Figura 8 - Território do Alto Vale - VR-LS

Fonte: Instituto JUS, 2018.



Figura 9 - Território do Eixo da BR VR-LS

Fonte: Instituto JUS, 2018.

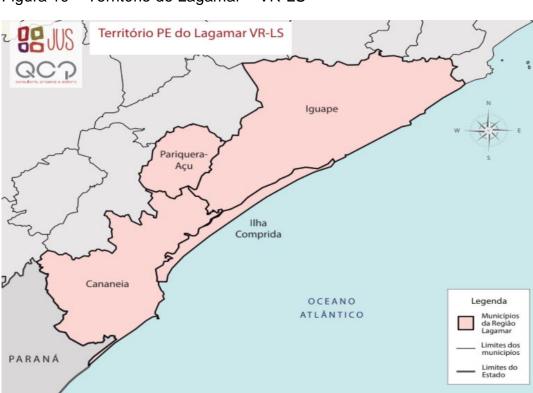


Figura 10 - Território do Lagamar - VR-LS

Fonte: Instituto JUS, 2018.



Figura 11 – Território do Litoral Sul – VR-LS

Fonte: Instituto JUS, 2018.

As pautas estratégicas mediadas pelo Planejamento Estratégico do Vale do Ribeira e Litoral Sul 2030 têm como diretrizes as premissas a seguir: Vale das oportunidades; Vale que conserva e produz; Vale que educa e emprega e Vale que conecta e inova. São parceiros regionais de articulação:

- a) prefeituras e os gestores das políticas públicas;
- b) câmaras municipais;
- c) associações comerciais;
- d) associações de produtores;
- e) representantes do setor de mineração;
- f) Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo-ITESP;
- g) Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial SENAC;
- h) Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas SEBRAE;
- i) Serviço Social do Comércio SESC;
- j) Instituto Federal de Registro
- k) Unesp de Registro
- I) Comunidades tradicionais

O Planejamento Estratégico contou com o apoio técnico da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. E foi realizado um diagnóstico a partir dos indicadores sociais disponíveis em bases de dados secundárias, como as da SEADE e IBGE.

As propostas definidas pelo Planejamento Estratégico 2030 correlacionam-se aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Dentre elas, constam os eixos de desenvolvimento econômico, desenvolvimento social, infraestrutura e mobilidade e meio ambiente e uso de água, conforme os objetivos arrolados a seguir:

### a) desenvolvimento econômico:

- construir uma identidade econômica para a região e definir pacote de estímulos para seu desenvolvimento;
- estabelecer agenda de apresentação da nova identidade a parlamentares e aos Governos Estadual e Federal, a fim de atrair recursos e emendas para a região;
- criar Agência de Desenvolvimento Econômico regional do Vale do Ribeira, como estratégia de fomento, vinculada à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, estando, na mesma governança, os entes federados e agentes econômicos instalados na região;
- instalar "Poupatempo Empreendedor", com as agências para facilitar a obtenção de licenças para instalação de empreendimentos privados;
- elaborar e integrar os roteiros turísticos existentes;
- potencializar o turismo por meio da valorização recional, ecológica e cultural, com incentivos ao ecoturismo, turismo náutico, de aventura, religioso, cultural, de pesca, rural, agroturismo, de sol e praia e de negócios;
- implementar novo sistema de sinalização de regiões turísticas com o apoio dos Governantes estadual e federal;
- criar oportunidades de formação e trabalho no turismo regional;
- apoiar a agricultura familiar com iniciativas de assistência técnica e compra pelos governos locais para alimentação escolar;
- investir em pesquisa e desenvolvimento tecnológico da piscicultura, maricultura, cultivo de banana, pupunha e plantas ornamentais, medicinais e

Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs) e melhoramento genético do rebanho bubalino;

- melhorar a qualidade dos produtos da agricultura na região;
- potencializar a utilização do Aeroporto Regional de Itanhaém como agente do desenvolvimento econômico;
- criar um (ou mais) Centro de Abastecimento Regional de Produtos e Insumos
   Orgânicos com estrutura para escoamento;
- estimular o desenvolvimento da indústria de transformação para exploração sustentável do potencial mineral da região;
- investir em estratégias e programas de formação em empreendedorismo local para a juventude;
- aperfeiçoar os modelos de negócio das cadeias produtivas existentes;
- estimular a instalação de empreendimentos de processamento e transformação no eixo da BR-116;
- fomentar incubadoras de base tecnológica e de aproveitamento de recursos naturais para a implantação de polo de formação e desenvolvimento de soluções para a região;
- estimular o desenvolvimento de indústrias criativas.

### b) Eixo: Desenvolvimento Social:

- formular política regional de combate ao analfabetismo e ampliação da escolarização;
- expandir a cobertura da educação infantil no VR-LS;
- criar oportunidades regionais de estudo em temas de interesse da juventide da região;
- reorientar o modelo assistencial de Saúde para o Vale do Ribeira e Litoral Sul por meio do Consaúde, com participação dos Governos Estadual e Federal:
- articular a implantação de programa de Residência Médica em parceria com a Consaúde e Faculdades de Medicina;
- definir políticas públicas destinadas à população idosa da região;
- fortalecer as estratégias de combate ao uso de drogas por meio da rede pública de atendimento de Saúde e Assistência Social, articuladas com a Rede de Educação;

- apoiar a visitação de comunidades isoladas por agentes de saúde e assistência social;
- integrar as comunidades tradicionais às ações de desenvolvimento social promovidas na região;
- planejar a regularização fundiária com apoio do Governo Estadual;
- investir na infraestrutura de saneamento básico;
- promover a segurança alimentar dos municípios do VR-LS.

# c) Eixo: Gestão e Governança Pública:

- transformar o Codivar em Consórcio de Direito Público e promover sua reorganização institucional;
- promover a requalificação do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira (FUNDESVAR) para utilização nas ações previstas no Planejamento Estratégico e definir novos aportes de recurso;
- criar, no Codivar, fóruns de governança e diálogo entre governo, sociedade civil e mercado:
- organizar Plano Plurianual regional com os Governos Federal e Estadual;
- qualificar tecnicamente os agentes públicos locais e investir em soluções tecnológicas para a administração pública;

### d) Eixo: Infraestrutura e Mobilidade:

- estabelecer agenda regional de atualização dos planos diretores e códigos de obras dos municípios do VR-LS;
- criar estrutura de governança com o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat) e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) para a discussão das implicações dos tombamentos;
- estruturar plano regional e planos municipais de macro e microdrenagem;
- aprofundar a discussão a respeito do déficit de transportes públicos municipal e intermunicipal.

# e) Eixo: Meio Ambiente e Uso da Água:

- elaborar e operacionalizar planos de manejo dos parques estaduais;
- estimular os sistemas agroflorestais;

- criar espaço de diálogo permanente com instituições ambientais e de fiscalização, em especial no Comitê de Planejamento Estratégico;
- constituir Programa de Serviço Ambiental (PSA) destinado à preservação ambiental e de recursos hídricos dos municípios com território na bacia hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape;
- criar políticas de compensação ambiental que beneficiem os municípios da região, por meio da regulamentação do Artigo 200 da Constituição Estadual;
- integrar o Plano de Bacia às ações do Planejamento Estratégico;
- elaborar solução regional para a gestão de resíduos sólidos com apoio dos Governos Estadual e Federal como compensação pelas áreas de preservação ambiental e disponibilização de recursos hídricos para outras bacias.

Além disso, o Instituto JUS prevê a viabilização de Câmaras Técnicas, para atuarem na implementação dos objetivos apresentados, a partir da proposta metodológica que inclui:

- a) a compreensão da conjuntura de cada objetivo, bem como de seus fatores contextuais para viabilização pelo Codivar e atores locais;
- a composição de um diagnóstico explicativo de cada objetivo, contendo dados que possibilitem criar indicadores para avaliação das metas a curto, médio e longo prazo;
- c) a elaboração de planos de ação por objetivo, contendo metas, atividades, indicadores, cronograma, orçamentos, recursos necessários e atores a serem mobilizados;
- d) a identificação de janelas de oportunidade, com envolvimento dos atores locais, estaduais, federais e internacionais;
- e) a promoção do monitoramento, através dos indicadores utilizados para a elaboração do Plano Estratégico 2030, para correção das estratégias e atualização diante de novos cenários; e,
- f) a revisão e avaliação do Plano Estratégico a cada dois anos.

Desta maneira, o processo de elaboração do Planejamento Estratégico 2030, além de mapear as ações necessárias a serem realizadas em curto, médio e longo prazo, estimula a importância de o Consórcio ser reconfigurado conforme os eixos temáticos apresentados anteriormente, para que a região do Vale do Ribeira alcance

as metas propostas em conjunto à sociedade civil e os setores público e privado envolvidos na viabilização do diagnóstico regional, elaboração do planejamento estratégico regional, implementação, monitoramento e avaliação dos objetivos.

## 4.1.7. "Vale do Futuro" – Programa de Desenvolvimento do Vale do Ribeira

O Programa intitulado "Vale do Futuro", lançado pelo Governo do Estado de São Paulo,, em 2019 objetiva transformar o Vale do Ribeira num novo polo de desenvolvimento ecoômico e social. O programa visa integrar Estado, prefeituras, sociedade civil, comunidades quilombolas locais e organizações da sociedade civil para transformar uma das regiões mais ricas em em biodiversidade do Estado num modelo de desenvolvimento regional baseado na exploração sustentável da riqueza socioambiental da Mata Atlântica, através da implementação de projetos de desenvolvimento sustentável, geração de renda, conservação e melhoria da qualidade de vida da população ro Ribeira.

Assim como o Planejamento Regional apresentado anteriorimente, o Programa Vale do Futuro estrutura suas ações em três fases. Na primeira fase, realizada em 2019, objetivou eliminar gargalos imediatos. A segunda fase, com prazo para cumprimento em 2022, objetiva melhorar as condições de vida populacionais. E a terceira fase, com prazo de cumprimento previsto para 2030, objetiva transformar a região.

O direcionamento estratégico foi realizado através das etapas de análise retrospectiva dos planos e intervenções públicas realizadas no Vale do Ribeira; realização de um diagnóstico socioeconômico e qualitativo, com visitas à região e entrevistas com moradores locais. A partir disso, foi proposto um direcionamento estratégico para 2022, que tem como diretrizes:

- a) valorização das riquezas locais: os recursos naturais e culturais são alavancas para o desenvolvimento da região;
- b) desenvolvimento social: redução da pobreza e das desigualdades, promoção de mobilidade social e acesso da população à segurança, saúde, educação de qualidade, oportunidades de trabalho e geração de renda;

- c) desenvolvimento econômico: fortalecimento da infraestrutura e das vocações econômicas e atração de novos negócios para transformar a região em um polo de desenvolvimento do Estado;
- d) sustentabilidade: a coordenação de iniciativas públicas e privadas na região leva a maiores níveis de desenvolvimento social e econômico com respeito à biodiversidade e preservação da Mata Atlântica.

# 4.2. LEIS E DECRETOS ESTADUAIS PROMULGADOS ENTRE 2000 E 2020, QUE REGULAMENTAM AÇÕES NO VALE DO RIBEIRA/SP

A pesquisa realizada no sítio da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) ocorreu em três etapas. A primeira teve como objetivo identificar as Leis e os Decretos Estaduais que contém os termos "Vale do Ribeira" e "Saúde" título e/ou corpo do texto. Na segunda etapa foi realizada a coleta e organização do material identificado, resultando na elaboração da análise das Leis e Decretos Estaduais relacionados ao Vale do Ribeira, promulgados no período de 2000 a 2020. A terceira etapa objetivou analisar o conteúdo dos atos normativos coletados.

O período selecionado foi de 01 de janeiro de 2000 a 31 de dezembro de 2020. Resultando em 82 (oitenta e dois) atos normativos. Destes, 13 (treze) são Leis, e 69 (sessenta e nove) são Decretos.

#### 4.2.1. Leis Estaduais

São treze as Leis que possuem correlação direta com as propostas de desenvolvimento regional do Vale do Ribeira. Dentre elas, a Lei nº 10.546, de 20 de abril de 2000 que "Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Pública da Região Sudoeste e Vale do Ribeira, no Estado de São Paulo, e fixa outras providências".

O Art. 3º prevê o oferecimento de cursos superiores relacionados às áreas da Agricultura, Geologia, e Exploração Mineral, Medicina, Enfermagem, Odontologia e Biologia. E o Art. 4º define que o Poder Executivo poderá instalar no local, campis da Universidade de São Paulo USP, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP e Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP, desde que inseridos nas áreas abrangentes pelo artigo anterior.

Para a criação dos convênios necessários ficou autorizado o Poder Executivo para obter recursos junto ao Ministério da Educação (MEC) e Municípios da região, além de utilizarem recursos da Secretaria de Estado da Educação para executar a aplicação dos dispositivos da Lei.

A Lei nº 10.549, de 11 de maio de 2000 que "Institui o Programa de Desenvolvimento do Estado de São Paulo e substitui as normas que disciplinam o Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira e dá outras providências". Destacam-se conforme o Art. 1º a promoção do equilíbrio econômico e social no Estado de São Paulo tendo como objetivo final, conforme os incisos I, II, III, IV e V: incrementar a produção agrícola e agroindustrial e do turismo e ecoturismo; implementar novos empreendimentos agrícolas, industriais e agroindustriais e de serviços; expandir e modernizar ou diversificar os empreendimentos agrícolas, industriais, agroindustriais e de serviços, e ainda, disponibilizar infraestrutura adequada conforme os sistemas viário e energético locais, de saneamento básico, de habitação, de saúde, de educação e de qualificação profissional.

Para efeito da Lei nº 10.549, de 11 de maio de 2000, os municípios abrangidos pelo Programa de Desenvolvimento seriam aqueles com maior índice de problemas sociais causados pelo baixo nível de atividade econômica. (São Paulo, 2000). E a formulação e coordenação do Programa foi subordinada ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social (CEDES), cujas atribuições envolvem a formulação e coordenação do Programa Estadual de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico e Social; o estabelecimento de condições complementares e respectivas prioridades desta política; a aprovação da conceção dos financiamentos, a definição de montantes, dos critérios de dimensionamento e monitoramento junto à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e demais parâmetros aplicáveis.

O recurso autorizado a ser disponibilizado pelo Poder Executivo para a abertura de créditos especiais para atender às despesas decorrentes da Lei nº 10.549/2000 foi de R\$ 47.500,000.00 (quarenta e sete milhões e quinhentos mil reais), com a inclusão das devidas classificações orçamentárias. Sendo coberto com recursos oriundos do resultado da licitação da Concessão da Distribuição de Gás da Região Sul, conforme o Art. 6º. (São Paulo, 2000), e regulamentado através da promulgação do Decreto nº

48.802, de 14 de maio de 2001, que "Regulamenta a Lei 10.549, de 11/05/2000 e dá providências correlatas".

A Lei nº 11.605, de 24 de dezembro de 2003 que "Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2004/2007", instituiu de acordo com o Art. 1º, os programas, objetivos, indicadores, valores e metas da Administração Pública Estadual e dos demais Poderes do Estado para o período. Destaca-se como principal objetivo do Plano Plurianual 2004-2007 a construção de "uma sociedade mais próspera e com maior grau da inclusão social" sintetizados no tripé: desenvolvimento para gerar empregos, educação para melhorar o capital humano e solidariedade para combater a desigualdade e a miséria. (SÃO PAULO, 2003).

Dentre as ações previstas no Plano, consta o desenvolvimento da articulação de políticas públicas sob uma perspectiva integral, garantindo a coordenação entre os planos institucional e regional, visando ampliar os resultados, eliminar o desperdício de recursos e a duplicidade de função.

No Plano, a vertente empreendedora delimitou quatro eixos básicos de atuação que orientam a difusão de ações regionais: a) forte estímulo às exportações e substituição seletiva de importações; b) rompimento dos gargalos na infraestrutura de energia, transportes, água e saneamento; c) criação de mecanismos fiscais e estabelecimento de polos de apoio à produção e exportação, conforme a vocação de cada região e correspondentes cadeiras produtivas; e d) a implantação de instrumentos eficazes de coordenação das ações públicas e privadas visando ao desenvolvimento e à consequente geração de postos de trabalho. (SÃO PAULO, 2003).

A implementação do Plano Plurianual 2004-2007 delimitou como principais estratégias de ação: a) a busca de sintonia das ações do Plano Plurianual 2004-2007 às demandas e potencialidades das diferentes regiões do território do Estado de São Paulo; b) Ação mais articulada entre os diferentes órgãos do Governo e atuação integrada dos instrumentos setoriais para dar maior eficiência às políticas públicas; c) Melhoria da interface com o setor privado e administrações municipais para potencializar parcerias e investimentos no Estado; e d) Promover a articulação e

convergência dos programas do Governo Federal com os do Plano Plurianual de São Paulo. (SÃO PAULO, 2003).

O Capítulo II, da Lei nº 11.605/2003, baseia-se no desenvolvimento regional e metropolitano, tomando como premissa os diferentes índices econômicos e sociais, implicando na necessidade de criar diferentes estratégias de planejamento regional na implementação de ações de políticas públicas igualmente diversas.

No Plano Plurianual 2004-2007, a Região Administrativa de Registro é caracterizada por 14 municípios que estão localizados ao longo da Rodovia Régis Bittencourt (BR-116), que conecta o município de São Paulo-SP ao município de Curitiba-PR e que constitui uma rota para o Sul e para o Mercosul. A região apresenta baixo desenvolvimento econômico e sua economia baseia-se na exploração do segmento agropecuário, agroindustrial, de mineração e de turismo. Com predomínio da produção familiar que comercializa derivados de banana. Outros ramos de destaque são a pesca e o cultivo de chás e hortaliças diversas. Na agroindústria, à época os principais setores industriais eram os de produtos químicos e metalúrgicos.

A indústria extrativa mineral, localizada principalmente em Cajati, tem papel fundamental, já que a região detém o principal potencial mineral do Estado. O setor terciário vem se desenvolvendo, induzido pelo ecoturismo, aproveitando os atrativos das cavernas de Eldorado; das praias de Iguape, Ilha Comprida e Cananéia; das áreas de pesca, como o Complexo Estuarino Lagunar de Iguape; das cachoeiras etc. A extraordinária riqueza ambiental dá à região um grande potencial de aproveitamento turístico, tendo em vista que diferentes ecossistemas formam ali o maior patrimônio de cobertura vegetal preservada do Estado de São Paulo. (SÃO PAULO, 2003).

Dentre as potencialidades e necessidades regionais a serem exploradas, o Plano Plurianual 2004-2007, destaca:

- a) o desenvolvimento de ações de apoio à agricultura familiar, incluindo pesquisa agropecuária e extensão rural;
- b) apoio às atividades turísticas, importantes geradoras de emprego e renda;
- c) desenvolvimento de novas atividades econômicas compatíveis com a preservação do patrimônio ambiental da região;

- d) melhoria da infraestrutura viária e das redes de saneamento básico da região;
- e) preservação ambiental, destacando-se, entre outros aspectos, a recuperação da mata ciliar do Rio Ribeira de Iguape;
- f) desenvolvimento de programas de geração de emprego e renda e sociais, especialmente das áreas de saúde; educação, incluindo os de alfabetização de adultos e de capacitação e qualificação profissional; segurança pública; e justiça buscando agilizar a regularização fundiária e o uso da terra.

A Lei nº 13.123, de 08 de julho de 2008, institui o Plano Plurianual 2008-2011 e estabelece como diretrizes fundamentais da Administração Pública Estadual e dos programas estabelecidos no plano: a) redução das desigualdades sociais e melhoria da qualidade de vida da população; b) geração de emprego e renda e preservação dos recursos naturais; e c) garantia da segurança pública e promoção dos direitos humanos.

O Plano Plurianual 2008-2011 foi estruturado em 6 capítulos, sendo: a) O Estado de São Paulo e o contexto macroeconômico; b) Desenvolvimento e Equidade Social; c) Justiça e Segurança: a valorização da cidadania e promoção dos direitos humanos; d) Infraestrutura e Meio Ambiente; e) O desenvolvimento de São Paulo e a infraestrutura de conhecimento, inovação e tecnologia; e f) A Gestão Pública: ações inovadoras de gestão e melhoria de qualidade.

Especificamente sobre o Vale do Ribeira, o Plano propõe maximizar ações para regionalizar sua atuação para articular as potencialidades existentes nas diferentes regiões que compõem o Estado de São Paulo e explicita que determinadas áreas do Estado merecem especial atenção como polos turísticos a serem explorados, como são os casos do Pontal do Paranapanema, o do Vale do Ribeira e do Alto Paranapanema. (São Paulo, 2008).

A Lei nº 14.676, de 28 de dezembro de 2011, que institui o Plano Plurianual 2012-2015 estabelece diretrizes, objetivos, indicadores, valores e metas da

Administração Pública Estadual e dos demais Poderes do Estado para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

São diretrizes fundamentais da Administração Pública Estadual e do Plano Plurianual 2012-2015:

- a) Estado promotor do desenvolvimento humano com qualidade de vida;
- Estado indutor do desenvolvimento econômico comprometido com as futuras gerações;
- c) Estado integrador do desenvolvimento regional e metropolitano;
- d) Estado criados de valor público pela excelência da gestão.

## E são objetivos:

- a) universalidade e equidade da atenção à saúde;
- b) permanência e sucesso dos estudantes na educação básica e qualidade do sistema educacional;
- c) cobertura ampliada dos serviços de proteção social básica;
- d) segurança pessoal e patrimonial e usufruto da justiça
- e) multiplicação de oportunidades de acesso à cultura, ao esporte e lazer;
- f) cooperação com os municípios para que as cidades sejam eficientes, inteligentes, saudáveis, urbanisticamente equilibradas e atendam às necessidades habitacionais:
- g) formação e atração do capital intelectual no Estado para fomento da sociedade do conhecimento e do empreendedorismo;
- h) fomento à capacidade produtiva nos setores estratégicos da economia,
   com geração de empregos qualificados e elevação do patamar
   econômico das cadeiras de geração de valor;
- i) infraestrutura adequada de transportes, logística, energia, telecomunicações e turismo, ensejando padrões elevados de competitividade das empresas e acesso aos mercados interno e externo;
- j) marco jurídico-institucional e regulatório para a atuação da iniciativa privada;

- k) capacidade de inovação nas esferas pública e privada;
- modelo de desenvolvimento regional ajustado às potencialidades e oportunidades de cada território, inclusive tendo em conta as peculiaridades das regiões metropolitanas e dos grupos de planejamento Sudoeste, Vale Histórico, Leste Mogiana e Prudente;
- m) sustentabilidade ambiental das políticas de resiliência, inclusive para enfrentar os efeitos da mudança climática;
- n) intensificação da gestão para resultados mediante mecanismos de contratualização e estímulo ao desenvolvimento organizacional;
- o) qualidade de prestação dos serviços públicos, mediante o aperfeiçoamento do atendimento unificado ao cidadão, a valorização dos recursos humanos, a progressão da base tecnológica, a criação de novos métodos e ferramentas de gestão e maior articulação intragovernamental.

A região do Vale do Ribeira é citada em duas áreas no Plano Plurianual 2012-2015, que preveem a necessidade de promoção de ações nas áreas de Habitação e de Turismo. No eixo Habitação, o Plano explicita a necessidade de criar condições de moradia à população de baixa renda. Conforme o Plano, este público-alvo caracterizase pela faixa de famílias que recebem de um a dez salários mínimos, tendo como público prioritário as famílias com teto de cinco salários mínimos.

As regiões metropolitanas do Vale do Ribeira, Vale do Paraíba e Litoral Norte são consideradas regiões com alto índice de famílias que moram em áreas de risco. E para combater esse problema que afeta aproximadamente 40% dos municípios paulistas, o Plano prevê desenvolver ações em parceria com os municípios e outros órgãos do Estado para prevenir novas ocupações. (São Paulo, 2011).

Além das iniciativas para alavancar recursos e impulsionar a construção de moradias para a população de baixa renda, o Plano prevê a realização da urbanização de favelas e promoção de ações preventivas ou corretivas em áreas de risco e vulnerabilidade social.

Na área do Turismo o município de Cananéia-SP, localizado no Vale do Ribeira, é caracterizado como potencial Porto Turístico e dadas as dificuldades de desenvolvimento regionais, as políticas de redução das desigualdades do Estado de São Paulo previu como ação estratégica estimular o turismo de cruzeiro no Porto de Cananéia, sob o argumento de que em outros portos aproximadamente 1.200 turistas gastariam em média 100 dólares por pessoa.

A Lei nº 15.074, de 05 de julho de 2013, declara utilidade pública à entidade pública ACESEVAL – Associação Cultural, Ecológica, Sócio Econômica do Vale do Ribeira, com sede no município de Pariquera-Açu/SP.

A Lei nº 16.082, de 28 de dezembro de 2015, Institui o Plano Plurianual – PPA para o quadriênio 2016-2019, não dispõe ações específicas para a região do Vale do Ribeira. E apresenta como diretrizes:

- a) Desenvolvimento econômico e sustentabilidade: competitividade e criação de oportunidades;
- b) Desenvolvimento social: qualidade de vida, equidade, justiça e proteção social;
- c) Desenvolvimento urbano e regional: conectividade e superação das desigualdades entre pessoas e regiões;
- d) Gestão Pública: inovação, eficiência e tecnologia a serviço do cidadão.

E em consonância às diretrizes o Plano Plurianual 2016-2019 dispôs como objetivos estratégicos:

- a) São Paulo sem pobreza e com menor desigualdade social;
- b) População educada e capacitada para melhores oportunidades de trabalho e desenvolvimento pessoal e profissional, independente de condições físicas e psicológicas, cor, etnia, orientação sexual, gênero, identidade de gênero, renda e idade:
- c) Sociedade saudável, com maior qualidade de vida e longevidade;
- d) Sociedade segura, com menos violência e criminalidade;
- e) População com pleno exercício dos direitos de cidadania, como direito à justiça, à proteção social básica, à cultura, ao esporte e ao lazer;
- f) Meio ambiente preservado, saudável e sustentável;
- g) Urbanização inclusiva, com moradia e infraestrutura adequada em todo território paulista, com mobilidade urbana ampliada;

- h) Economia paulista competitiva, voltada para a inovação tecnológica, o incremento da produtividade e a geração de empregos de boa qualidade;
- i) Cidades integradas, conectadas, territorialmente ordenadas, com melhor acessibilidade a bens e serviços e desequilíbrios regionais reduzidos;
- j) Sociedade resiliente às mudanças climáticas, com disponibilidade de água para as gerações presentes e futuras;
- k) Gestão Pública inovadora, eficiente e comprometida com o planejamento e a execução dos programas e serviços públicos de qualidade.

A Lei nº 16.597, de 12 de dezembro de 2017, inclui evento no Calendário Turístico do Estado, intitulada "Festa de São Pedro do Quilombo de São Pedro, que se realiza anualmente, no mês de julho, no Vale do Ribeira.

A Lei nº 14.778, de 14 de maio de 2012, dá denominação ao Hospital Regional que especifica. Passando a denominar-se "Doutor Leopoldo Bevilacqua" o Hospital Regional do Vale do Ribeira, localizado no município de Pariquera-Açu/SP.

A Lei nº 16.061, de 16 de dezembro de 2015, inclui no Calendário Turístico do Estado, o evento intitulado "Feira da Pupunha e do Agronegócio do Vale do Ribeira", que se realiza anualmente em setembro, no município de Juquiá-SP.

A Lei nº 16.288, de 20 de julho de 2016, inclui no Calendário Turístico do Estado a "Feira da Bananicultura e do Agronegócio do Vale do Ribeira – Feibanana", que se realiza, anualmente, no mês de agosto, no município de Registro-SP.

E a Lei nº 16.290, de 20 de julho de 2016, inclui no Calendário Turístico do Estado o evento intitulado "Semana da Cultura Caiçara", que se realiza, anualmente, na semana que antecede o dia 15 de março, Dia do Caiçara, na Baixada Santista, no Vale do Ribeira e nos demais municípios do litoral do Estado.

A Lei nº 17.262, de 09 de abril de 2020, institui o Plano Plurianual do Estado de São Paulo para o período de 2020 a 2023 – PPA 2020-2023. E além de constituir diretrizes e objetivos estratégicos para o Estado de São Paulo, correlaciona suas ações com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (ODS 2030):

- a) a descentralização, visando ao fortalecimento dos municípios, a redução das desigualdades regionais e a difusão territorial das principais políticas públicas;
- b) a participação social, visando inserir o cidadão na avaliação das políticas públicas e a ampliação das parcerias com a sociedade civil e com o setor privado;
- c) a transparência, visando a fortalecer o controle social e o combate à corrupção;
- d) a eficiência, visando ao aperfeiçoamento da gestão dos recursos públicos e o incremento da eficácia dos gastos públicos;
- e) a inovação, visando à adoção de modernas tecnológicas para a melhoria da eficiência e da eficácia dos serviços públicos, em todos os campos da atuação do Governo Estadual.

E como objetivos estratégicos, o Plano Plurianual 2020-2023, define para orientar a atuação da Administração Pública Estadual:

- a) educação de qualidade, inclusiva e transformadora, buscando o desenvolvimento pleno;
- b) saúde pública integrada, com modernas tecnologias e amplo acesso;
- c) segurança para a sociedade usando ferramentas de inteligência no combate à criminalidade;
- d) desenvolvimento econômico promovendo o investimento, a inovação, o turismo e a economia criativa;
- e) desenvolvimento social garantindo os direitos individuais e coletivos e promovendo a autonomia plena;
- f) qualidade de vida urbana, com moradia adequada e mobilidade;
- g) agricultura competitiva fortalecendo o padrão de produção e o consumo sustentável;
- h) desenvolvimento sustentável preservando o meio ambiente e protegendo a população frente aos desastres naturais;
- i) gestão Pública moderna e eficiente, comprometida com qualidade dos serviços públicos, controle de gastos e transparência.

O objetivo estratégico "2. Saúde pública integrada, com modernas tecnologias e amplo acesso", fundamenta-se no fortalecimento do sistema público de saúde através de uma rede ampla e integrada em todo território e dotada de novas tecnologias que promovam eficiência e qualidade nos serviços prestados. E correlaciona-se com o "Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 – Saúde e bemestar: assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades".

A Tabela 3 Objetivo Estratégico 2: Saúde pública integrada, com modernas tecnologias e amplo acess, a seguir, apresenta os indicadores de impacto dos anos de 2016 e 2018, bem como os Programas Associados e Órgãos Executores para o período de 2020 a 2023:

Tabela 3 - Objetivo Estratégico 2: Saúde pública integrada, com modernas tecnologias e amplo acesso:

Plano Plurianual 2020 - 2023

Governo do Estado de São Paulo

Objetivos Estratégicos				
Objetivo Estratégico	2. SAÚDE PÚBLICA INTEGRADA, COM MODERNAS TECNOLOGIAS E AMPLO ACESSO.			
Descrição:	FORTALECER O SISTEMA PÚBLICO DE SAÚDE ATRAVÉS DE UMA REDE AMPLA E INTEGRADA EM TODO TERRITÓRIO E DOTADA DE NOVAS TECNOLOGIAS QUE PROMOVAM EFICIÊNCIA E QUALIDADE NOS SERVIÇOS PRESTADOS.			

Indicadores de impacto	Valor mais recente	Período de Referência	Fonte de Informação	Trajetória Esperada
ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER DA POPULAÇÃO TOTAL (anos)	76,40	2018	FUNDAÇÃO SEADE / POPULAÇÃO E ESTATÍSTICAS VITAIS	<b>A</b>
EXPECTATIVA DE VIDA AOS 60 ANOS (anos)	21,70	2018	FUNDAÇÃO SEADE	
MÉDIA DE DIAS DE PERMANÊNCIA DE INTERNAÇÃO NA REDE PÜBLICA ESTADUAL (unidade)	5,10	2018	MINISTÉRIO DA SAÚDE - SISTEMA DE INFORMAÇÕES HOSPITALARES DO SUS	•
TAXA DE MORTALIDADE PRECOCE (POPULAÇÃO DE 30 A 69 ANOS) POR DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS (DCNT) (/100000hab)	331,90	2016	FUNDAÇÃO SEADE	▼

Programas Associados	Órgãos Executores
930 : ATENDIMENTO INTEGRAL E DESCENTRALIZADO NO SUS NO ESTADO DE SÃO PAULO	9000 : SECRETARIA DA SAÚDE
	10000 : SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
932 : VIGILÂNCIA EM SAÚDE	9000 : SECRETARIA DA SAÚDE
933 : CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE	9000 : SECRETARIA DA SAÚDE
935 : PRODUÇÃO E FORNECIMENTO DE VACINAS, SOROS, MEDICAMENTOS, SANGUE E HEMODERIVADOS	9000 : SECRETARIA DA SAÚDE
940 : FORTALECIMENTO DA GESTÃO ESTADUAL DO SUS	9000 : SECRETARIA DA SAÚDE
941 : EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO NA SAÚDE	9000 : SECRETARIA DA SAÚDE
942 : CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS NA ÁREA DA SAÚDE	9000 : SECRETARIA DA SAÚDE
944 : RECOMEÇO: UMA VIDA SEM DROGAS	9000 : SECRETARIA DA SAÚDE
	17000 : SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA
	35000 : SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
1043 : ENSINO PÚBLICO SUPERIOR	10000 : SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
1729 : ATENÇÃO AO ADOLESCENTE/JOVEM EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA E CAUTELAR	17000 : SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA
1817 : PROGRAMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DO POLICIAL MILITAR (PPSPM)	18000 : SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
2604 : MONITORAMENTO DA QUALIDADE E REDUÇÃO DA PEGADA AMBIENTAL	26000 : SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
2623 : PLANEJAMENTO, FORMULAÇÃO E APOIO À IMPLEMENTAÇÃO POLÍTICA DO SANEAMENTO	26000 : SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
2624 : ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NA ÁREA OPERADA PELA SABESP	26000 : SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
5121 : ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL	51000 : SECRETARIA DE GOVERNO

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável Relacionados ODS 3 - SAÚDE E BEM-ESTAR: ASSEGURAR UMA VIDA SAUDÁVEL E PROMOVER O BEM-ESTAR PARA TODOS, EM TODAS AS IDADES.

Fonte: Lei nº 17.262/2020. Plano Plurianual 2020-2023. Governo do Estado de São Paulo. 2020.

### 4.2.2. Decretos Estaduais

A pesquisa realizada no sítio da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – ALESP, resultou em 69 (sessenta e nove) Decretos Estaduais promulgados no período de 01 de janeiro de 2000 a 31 de dezembro de 2020, que regulamentam ações no Vale do Ribeira. Os Decretos encontrados regulamentam ações correspondentes às áreas temáticas de: a) administração pública; b) administração

pública e agronegócio; administração pública e orçamentos e finanças públicas; c) administração pública e saúde pública; d) agricultura e agronegócio; e) ciência e tecnologia; f) desenvolvimento econômico; g) desenvolvimento social e direitos humanos; h) desenvolvimento urbano e divisão territorial; i) meio ambiente; j) orçamento e finanças públicas; k) patrimônio imobiliário; l) poder judiciário; m) saúde pública; e n) segurança pública.

A seguir, foram selecionados 15 (quinze) Decretos relativos às ações regulamentadas especificamente no Vale do Ribeira, com destaque para os itens acerca do descritor "saúde".

O Decreto nº 44.760, de 13 de março de 2000, autoriza a Secretaria do Meio Ambiente a, representando o Estado, celebrar convênios com Municípios Paulistas, integrantes do Vale do Ribeira, visando à implantação de aterros sanitários em valas para resíduos sólidos, objetivando destinar os resíduos sólidos domiciliares, mediante a utilização de recursos provenientes da aplicação de multas decorrentes do Programa de Restrição a Circulação de Veículos Automotores, conforme estabelece o Art. 1º. Foram municípios beneficiados: Apiaí; Barra do Chapéu; Barra do Turvo; Cajati; Cananéia; Eldorado; Iguape; Ilha Comprida; Iporanga; Itaoca; Itapirapuã Paulista; Itariri; Jacupiranga; Juquiá; Juquitiba; Miracatu; Pariquera-Açú; Pedro de Toleto; Registro; Ribeira; Sete Barras e Tapiraí.

O Decreto nº 48.532, de 09 de março de 2004, estabelece diretrizes relativas à Política Estadual de Atenção aos Povos Indígenas, cria o Conselho Estadual dos Povos Indígenas e o Comitê Intersetorial de Assuntos Indígenas. Conforme o Art. 1º, a Política Estadual objetiva desenvolver ações integradas e articuladas dos diversos órgãos da administração direta e indireta do Estado que implementam ações junto às comunidades indígenas situadas no território do Estado de São Paulo. Integram junto aos 27 (vinte e sete) representantes do Conselho Estadual dos Povos Indígenas no Vale do Ribeira, 3 (três) representantes da etnia Guarani e 1 (um) representante da etnia Tupi-Guarani. E mediante convite, 1 (um) representante das Prefeituras dos Municípios com comunidades indígenas representando o Vale do Ribeira.

Dentre as atribuições do Conselho Estadual dos Povos Indígenas, quanto às ações de saúde, consta no Art. 4º, inciso II, propor medidas visando o aprimoramento

da implantação das políticas de saúde e educação indígenas e a promoção de programas, projetos e ações nas áreas de cultura, habitação, segurança alimentar, meio ambiente, terras, proteção ao patrimônio material e imaterial e outras, objetivando cria-los, consolidá-los e transformá-los em políticas públicas inovadoras.

O Decreto nº 49.343, de 24 de janeiro de 2005, dispõe sobre as Coordenadorias da Secretaria da Saúde. O Vale do Ribeira é destacado no Artº 7, "Seção III – Da Coordenadoria de Serviços de Saúde" que inclui o Hospital Regional do Vale do Ribeira, localizado no município de Pariguera-Açú-SP, em sua estrutura.

O Decreto nº 49.364, de 09 de fevereiro de 2005, dispõe sobre a classificação institucional da Secretaria da Saúde. O Vale do Ribeira é destacado no Art. 3, onde o Hospital Regional do Vale do Ribeira, em Pariquera-Açú compõe a lista de Unidades de Despesa da Unidade Orçamentária da Coordenadoria de Serviços de Saúde, conforme item XXXV.

O Decreto nº 49.808, de 21 de julho de 2005, estabelece diretrizes estaduais de atenção aos povos indígenas, dispõe sobre o Conselho Estadual dos Povos Indígenas e o Comitê Intersetorial de Assuntos Indígenas. Conforme o Art. 1, as diretrizes estaduais seriam desenvolvidas por meio de articulação de ações dos diversos órgãos da administração direta e indireta do Estado, que implementem ou venham a implementar ações governamentais direcionadas às comunidades indígenas situadas no território do Estado de São Paulo, integrando-as às ações de órgãos federais e municipais, ouvidas as respectivas comunidades e respeitada a legislação federal.

O Decreto nº 49.808/2005, em consonância ao Decreto nº 48.532/2004, define como integrantes do Conselho Estadual dos Povos Indígenas, 3 (três) representantes da etnia Guarani e 1 (um) representante da etnia Tupi-Guarani, ambos do Vale do Ribeira. E, ainda, 1 (um) representante do Vale do Ribeira, considerando os municípios de Itariri, Miracatu, Sete Barras, Pariquera-Açú, Cananéia e Iguape, para integrar a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA).

Quanto ao descritor "saúde", o Decreto nº 49.808/2005, propõe como atribuições no Artº 4., inciso II, propor medidas visando o aprimoramento da implantação das políticas de saúde, educação e terras indígenas, respeitada a

legislação federal. E no Art<sup>o</sup> 8, inciso VI, propõe a celebração de convênios e outras formas de parceria e articulação com a Fundação Nacional do Índio – FUNAI, Fundação Nacional de Saúde – FUNASA e Ministério da Educação – MEC, universidades, outros órgãos federais e entidades públicas ou privadas, objetivando o atendimento das necessidades das comunidades indígenas no Estado de São Paulo.

O Decreto nº 50.503, de 01 de fevereiro de 2006, dispõe sobre a classificação institucional da Secretaria da Saúde. O Vale do Ribeira é identificado no Artº 3, item XXXV, por contar com o Hospital Regional do Vale do Ribeira, em Pariquera-Açú, como uma das Unidades de Despesa da Unidade Orçamentária da Coordenadoria de Serviços de Saúde.

O Decreto nº 50.879, de 13 de junho de 2006, dispõe sobre a doação dos veículos oficiais pertencentes à frota da Secretaria da Saúde e cedidos às Prefeituras Municipais, Entidades Filantrópicas e Unidades Integrantes do SUS/SP. Onde houve a doação de uma ambulância para o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Ribeira, conforme o anexo referente à disposição do Artº 1.

O Decreto nº 51.434, de 28 de dezembro de 2006, dispõe sobre a reorganização da Coordenadoria de Serviços de Saúde, da Secretaria da Saúde e de suas unidades. O Vale do Ribeira é citado por conter o Hospital Regional do Vale do Ribeira, localizado no Município de Pariquera-Açú, em seu rol de equipamentos do Sistema Único de Saúde (SUS), arrolados no capítulo 2, Artº 6.

O Decreto nº 51.690, de 22 de março de 2007, dispõe sobre a classificação institucional da Secretaria da Saúde, define no Artº 3 a Constituição de Unidades de Despesa da Unidades Orçamentária da Coordenadoria de Serviços de Saúde, onde o Hospital Regional do Vale do Ribeira, em Pariquera-Açú, está arrolado conforme o item XXXV.

O Decreto nº 25.645, de 21 de janeiro de 2008, dispõe sobre as Diretrizes Estaduais de Atenção aos Povos Indígenas, o Conselho Estadual dos Povos Indígenas e o Comitê Intersetorial de Assuntos Indígenas e dá providências correlatas. Compõem a formação do Conselho Estadual dos Povos Indígenas, 18 (dezoito) membros, dos quais 2 (dois) representam cada uma das etnias arroladas no Artº 5.

Contemplam o Vale do Ribeira, um representante da etnia Guarani e outro da etnia Tupi-Guarani.

O Decreto nº 53.904, de 29 de dezembro de 2008, autoriza a Fazenda do Estado a permitir o uso, a título precário e por prazo indeterminado, em favor do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Ribeira – CONSAÚDE, dos bens que especifica. Conforme o Parágrafo Único do Artº 1, o imóvel tratado, destinar-se-á à realização de ações e serviços de assistência à Saúde da Comunidade, bem como, para aperfeiçoamento e expansão da capacidade operacional do Sistema Único de Saúde.

O Decreto nº 56.027/2010, dispõe sobre a classificação institucional da Secretaria da Saúde. Neste decreto o Hospital Regional do Vale do Ribeira se mantém como uma das unidades de despesa da unidade orçamentária da Coordenadoria de Serviços de Saúde, conforme Artº 3, item XXXV.

O Decreto nº 58.107/2012, institui a Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável do Estado de São Paulo 2020, e dá providências correlatas. O documento apresenta metas setoriais para definir a ação do Governo do Estado de São Paulo até o ano de 2020, e baseia-se no contexto da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável "Rio+20", onde foi pautado como tema principal, a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza.

O Vale do Ribeira é citado pelo documento no item "5.8. Saneamento e Recursos Hídricos", onde propõe como ação inovadora o Programa Água é Vida, que visa o atendimento de comunidades isoladas, nas quais os sistemas existentes de saneamento não chegam, geralmente em áreas rurais, longe dos centros urbanos.

Na primeira etapa, o programa seria implementado em 81 comunidades de 30 municípios das regiões do Alto Paranapanema e do Vale do Ribeira. Além disso, o objetivo visava prover, até 2015, abastecimento de água e coleta de esgoto para 400 mil domicílios em comunidades isoladas de baixa renda.

No item "5.14. Melhoria da Qualidade de Vida", o Vale do Ribeira é citado por terem sido identificados locais de vulnerabilidade em propriedades de agricultura

familiar, assentamentos rurais e em comunidades tradicionais, por intermédio do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, desenvolvido pelo Governo Estadual em parceria com o Banco Mundial.

Dentre às vulnerabilidades identificadas constam, o alto nível de degradação do solo, com reflexos na conservação da água e na produtividade agrícola, com reflexos na conservação da água e na produtividade agrícola e pecuária.

No Vale do Ribeira, constam como ações a serem desenvolvidas: o incentivo a programas para Pagamento por Serviços Ambientais (PSA); oferta de crédito rural dirigido e facilitado para implantação de sistemas de integração lavoura-pecuária, lavoura-pecuária-floresta e melhoramento genético animal, visando aumento de produtividade e diversificação da renda; capacitação dos agricultores em gestão rural; incentivo à criação de agroindústrias visando agregação de valor adicionado aos produtos; apoio à formação de cooperativas rurais para o comércio de insumos e produtos; e promoção de plataformas de comercialização direta entre produtor e consumidor final.

Quanto à área da Saúde, o documento explicita o investimento na expansão de sua rede de atendimento e realização de parcerias com organizações sociais, bem como na melhoria do atendimento ao cidadão, através da redução de filas e atendimento humanizado.

Especificamente sobre o cumprimento das metas do milênio na área da Saúde, o Decreto nº 58.107/2012, elenca como principais ações: a) o desenvolvimento e implantação da linha de cuidado da gestante e puerpério; b) aquisição de medicamentos para cumprimento dos protocolos elaborados na linha de cuidado da gestante; c) oficinas de capacitação para profissionais da Atenção Primária de Saúde; d) curso de urgência em patologias obstétricas para 1.500 (mil e quinhentos) médicos e enfermeiros; e) curso de reanimação neonatal; f) desenvolvimento de atenção ao recém-nascido em sala de parto para Neonatologistas que atuam no Estado de São Paulo em Maternidades Públicas.

O Decreto nº 61.587/2015, autoriza a Fazenda do Estado a permitir o uso, a título precário, gratuito e por prazo indeterminado, em favor da APAE - Associação de

Pais e Amigos Excepcionais de Pariquera-Açú, do imóvel especificado no Artº 1, localizado no município de Pariquera-Açú/SP.

E o Decreto nº 63.064/2017, autoriza a Fazenda do Estado a permitir o uso, a título precário, gratuito e por prazo indeterminado, em favor da ADEFIPA – Associação das Pessoas com Deficiência de Pariquera-Açú, do imóvel especificado no Artº 1, destinado à instalação da sede da ADEFIPA.

### 4.2.3. Análise das Leis Estaduais selecionadas

A partir das 13 (treze) leis estaduais promulgadas no período de 2000 a 2020, que possuem relação direta com a proposta de desenvolvimento regional do Vale do Ribeira, foi possível classificá-las a partir das áreas temáticas a seguir: a) calendário oficial; b) denominação; c) desenvolvimento econômico; d) educação e cultura; e) entidades de utilidade pública; f) orçamento e finanças públicas/plano plurianual – PPA.

Quanto ao Calendário Turístico do Estado, foram criados os eventos: Feira da Pupunha e do Agronegócio do Vale do Ribeira (Lei n. 16.061/2015); Feira da Bananicultura e do Agronegócio do Vale do Ribeira (Lei nº 16.288/2016); Semana da Cultura Caiçara (Lei nº 16.290/2016); e Festa de São Pedro do Quilombo de São Pedro (Lei nº 16.597/2016).

Quanto à denominação (Lei nº 14.778/2012), o Hospital Regional do Vale do Ribeira – HRVR, foi nomeado "Doutor Leopoldo Bevilacqua", localizado no município de Pariguera-Açú/SP.

Quanto ao desenvolvimento econômico, foi instituído o Programa de Desenvolvimento do Estado de São Paulo, que substituiu as normas que disciplinam o Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira. (Lei nº 10.549/20000).

Quanto ao eixo educação e cultura, houve a autorização do Poder Executivo para efetivar a criação da Universidade Pública da Região Sudoeste e Vale do Ribeira no estado de São Paulo, dando abertura para a instalação dos campis da Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP, para as áreas

de agricultura, geologia e exploração mineral; medicina; enfermagem; odontologia e biologia. (Lei n. 10.546/2000).

Acerca das entidades de utilidade pública, houve a declaração da Associação Cultural, Ecológica, Sócio Econômica do Vale do Ribeira – ACESEVAL, com sede no município de Pariquera-Açú, como componente do rol de entidades públicas municipais. (Lei nº 15.074/2013).

E acerca do item, orçamento e finanças públicas, foram identificadas 5 (cinco) Leis Estaduais, que promulgam os Planos Plurianuais – PPA, referente aos períodos de 2004 a 2007 (Lei nº 11.065/2003); 2008 a 2011 (Lei nº 13.123/2008); 2012 a 2015 (Lei nº 14.676/2011); 2016 a 2019 (16.082/2015); e 2020 a 2023 (17.262/2020); onde foi possível identificar os aspectos a seguir:

O Plano Plurianual 2004 a 2007, teve como finalidade instituir programas, objetivos, indicadores, valores e metas da administração pública para construir uma sociedade mais próspera e com maior grau de inclusão social, através do desenvolvimento e geração de empregos, educação para melhorar o capital humano e solidariedade para combater a desigualdade e a miséria. Neste Plano, a Região Administrativa de Registro, composta por municípios do Vale do Ribeira, é caracterizada por apresentar baixo desenvolvimento econômico e basear suas principais atividades na exploração dos segmentos agropecuário, agroindustrial, de mineração e de turismo. Com maior predominância da produção familiar do cultivo da banana, pesca, chás, hortaliças e a exploração da pesca.

O PPA 2004-2007, enfatiza a necessidade de explorar as potencialidades regionais através do desenvolvimento de ações de apoio à agricultura familiar; atividades turísticas; desenvolvimento de novas atividades econômicas compatíveis com a preservação do patrimônio ambiental da região, bem como a melhoria da infraestrutura viária e de saneamento básico regionais, bem como a preservação ambiental, recuperação da mata ciliar do Rio Ribeira de Iguape, regularização fundiária para o uso da terra e o desenvolvimento de programas de geração de emprego e renda, mediante incentivo das áreas da saúde, educação, segurança pública e justiça.

O Plano Plurianual 2008 a 2011, propõe como diretrizes, a redução das desigualdades sociais e melhoria da qualidade de vida da população, geração de emprego e renda e preservação dos recursos naturais; garantia da segurança pública e promoção dos direitos humanos. Subdivididas nos capítulos que tratam do Estado de São Paulo e seu contexto macroeconômico; do desenvolvimento e equidade social; justiça e segurança; infraestrutura e meio ambiente; conhecimento, inovação, tecnologia e gestão pública.

Quanto ao Vale do Ribeira, o PPA 2008-2011 prevê maximizar ações para regionalizar a atuação, visando articular as potencialidades existentes nas diferentes regiões, com ênfase nos polos turísticos a serem explorados, como o Pontal do Paranapanema, Vale do Ribeira e Alto do Paranapanema.

O Plano Plurianual 2012 a 2015, estabelece como diretrizes a promoção do desenvolvimento humano com qualidade de vida; a promoção do desenvolvimento econômico comprometido com as futuras gerações; o desenvolvimento regional e metropolitano e a criação de valor público pela excelência da gestão.

Em razão dos altos índices de famílias que residem em áreas de risco nas regiões do Vale do Ribeira, Vale do Paraíba e Litoral Norte, o PPA 2012-2015, prevê durante o período, promover ações na área da habitação e turismo, com vistas à criação de condições de moradia à população de baixa renda, caracterizada pelo público que recebe de um a dez salários mínimos, tendo como público prioritário, as famílias com teto de cinco salários mínimos. Ações como a urbanização de favelas e promoção de ações preventivas em áreas de risco e vulnerabilidade social, também estão previstas.

Quanto ao eixo do turismo, houve a intenção de explorar o turismo de cruzeiros, no Porto de Cananéia-SP, como sugestão de ação estratégica para alavancar o turismo devido ao número elevado de turistas (1200), e do gasto médio de 100 dólares por pessoa durante a estadia e/ou passagem pelo município.

O Plano Plurianual 2016 a 2019, não dispõe ações específicas para as diferentes regiões que compõem o Estado de São Paulo. Apresenta como diretrizes, o investimento no desenvolvimento econômico e sustentabilidade; competitividade e criação de oportunidades; desenvolvimento social, qualidade de vida, equidade,

justiça e proteção social; desenvolvimento urbano e regional, como foco na superação de desigualdades entre pessoal e regiões; e a gestão pública com inovação e eficiência tecnológica a serviço do cidadão.

Seus objetivos específicos mantém alguns dos objetivos do PPA 2011-2015, com pequenas modificações, como a diminuição da pobreza e desigualdade social; investimento em educação com ênfase na melhoria das oportunidades de trabalho; ações para melhoria da qualidade de vida e longevidade populacional; melhoria da segurança e dos direitos de cidadania; preservação do meio ambiente e urbanização inclusiva; economia paulista competitiva, com ênfase em inovação tecnológica; integração entre cidades e territórios, com maior acessibilidade a bens e serviços; sociedades com maior consciência e resiliência quanto às mudanças climáticas e a disponibilidade de água para as gerações futuras, através da gestão pública comprometida com o planejamento e execução destas ações.

Apenas no Plano Plurianual – 2020 a 2023, a Agenda para o Desenvolvimento Sustentável (ODS 2030) é utilizada com maior ênfase para a elaboração do plano de ações.

O PPA 2020 a 2023, contempla como diretrizes: a descentralização para fortalecimento dos municípios; a redução das desigualdades sociais e a difusão territorial das principais políticas públicas; a participação social, visando inserir o cidadão na avaliação das políticas e a ampliação de parcerias com a sociedade civil e o setor privado; a transparência, para efetivar o controle social e o combate à corrupção; a eficiência, para obter o aperfeiçoamento dos recursos e gastos públicos; e a inovação, objetivando maximizar a inovação tecnológica e eficiência e eficácia dos serviços públicos, em todos os campos de atuação do Governo Estadual.

Vale ressaltar, que dentre as diretrizes dos Planos Plurianuais – PPA's analisados, apenas neste o cidadão é incluído especificamente na avaliação das políticas públicas e tem maior grau de participação através das parcerias realizadas com a sociedade civil.

Os objetivos específicos do PPA 2020-2023 são parecidos com os do PPA 2016-2019, e foi possível identificar como diferencial a correlação entre cada objetivo

específico, com uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030 (SGDS 2030).

E no eixo Saúde, o objetivo estratégico "2. Saúde pública integrada, com modernas tecnologias e amplo acesso", fundamenta-se no fortalecimento do sistema público de saúde, através de uma rede ampla e integrada em todo o território e dotada de novas tecnologias que promovam eficiência e qualidade nos serviços prestados. Especificamente sobre o Estado de São Paulo, a "Tabela — Objetivo Estratégico 2: Saúde Pública Integrada, com modernas tecnologias e amplo acesso", demonstra com os indicadores de impacto estaduais, o aumento da esperança de vida ao nascer da população total, de 76,40 anos, em 2018; o aumento da expectativa de vida aos 60 (sessenta) anos, de 21,70 em 2018; a diminuição da média de dias de permanência de internação na rede pública estadual (unidade), para 5,10, em 2018; e a diminuição da taxa de mortalidade precoce, entre a população de 30 a 69 anos, por doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) (/100000hab), totalizando 331,90, no ano de 2016.

#### 4.2.4. Análise dos Decretos Estaduais selecionados

A partir dos 69 (sessenta e nove) Decretos Estaduais promulgados no período de 2000 a 2020, que possuem os descritores Vale do Ribeira no corpo do texto, 15 (quinze) foram selecionados a partir das áreas temáticas correspondentes:

- a) administração pública;
- b) administração pública e agronegócio;
- c) administração pública e orçamentos e finanças públicas;
- d) administração pública e saúde pública;
- d) agricultura e agronegócio;
- e) ciência e tecnologia;
- f) desenvolvimento econômico;
- g) desenvolvimento social e direitos humanos;
- h) desenvolvimento urbano e divisão territorial;
- i) meio ambiente;
- j) orçamento e finanças públicas;
- k) patrimônio imobiliário;

- I) poder judiciário;
- m) saúde pública; e
- n) segurança pública.

Dos 15 (quinze) decretos selecionados:

- a) 01 (um) trata sobre as Coordenadorias da Secretaria da Saúde
- Decreto nº 49.343/2005)
- b) 04 (quatro) tratam sobre a Classificação institucional da Secretaria da Saúde:
- Decreto nº 49.364/2005;
- Decreto nº 50.503/2006;
- Decreto nº 51.690/2007
- Decreto nº 56.027/2007; e
- c) 1 (um) trata sobre a reorganização da Coordenadoria de Serviços de Saúde, da Secretaria da Saúde e de suas unidades e 3 (três) especificam ações relativas à Política Estadual de Povos Indígenas.

São três, os Decretos Estaduais estabelecem ações relativas à Política Estadual de Povos Indígenas, sendo: Dec. nº 48.532/2004, que estabelece diretrizes relativas à Política Estadual de Atenção aos Povos Indígenas, e que cria o Conselho Estadual dos Povos Indígenas e o Comitê Intersetorial de Assuntos Indígenas; Dec. nº 49.808/2005, que estabelece Diretrizes Estaduais de Atenção aos Povos Indígenas, dispõe sobre o Conselho Estadual dos Povos Indígenas e o Comitê Intersetorial de assuntos Indígenas; e o Dec. nº 52.645/2008, que dispõe sobre as Diretrizes Estaduais de Atenção aos Povos Indígenas, o Conselho Estadual dos Povos Indígenas e o Comitê Intersetorial de Assuntos Indígenas.

Dos decretos restantes:

- a) 1 (um) trata sobre os aterros sanitários do Vale do Ribeira:
  - Dec. nº 44.760/2000;
- b) 1 (um) trata sobre doação de veículo ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Ribeira - CONSAÚDE;
- c) 1 (um) trata sobre a liberação para uso do terreno pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Ribeira CONSAÚDE;

- d) 1 (um) trata sobre a Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável do Estado de São Paulo – 2020:
  - Decreto nº 58.107/2012;
- e) 1 (um) trata sobre a liberação para utilização de terreno pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais APAE, do município de Pariquera-Açú; e
- f) 1 (um) trata sobre a liberação para uso de terreno pela Associação das Pessoas com Deficiência de Pariquera-Açú – ADEFIPA.

Os 54 (cinquenta e quatro) decretos restantes não foram selecionados por não ter relação direta com a implementação de ações específicas à área da Saúde no Vale do Ribeira. No entanto, regulamentam ações em áreas correlatas ao desenvolvimento regional. Os decretos não selecionados podem ser acessados no APÊNDICE C – Decretos Estaduais promulgados pela ALESP entre 2000 e 2020.

# 4.3. INDICADORES SOCIAIS DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM O VALE DO RIBEIRA/SP

Os indicadores sociais discutidos neste capítulo correspondem às informações coletadas no sítio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Foram coletados dados de todos os municípios, gerando a elaboração das tabelas arroladas a seguir.

A Tabela 4 – População e densidade demográfica dos municípios do Vale do Ribeira-SP, representa uma projeção do crescimento populacional dos municípios. No ano de 2010 foram contabilizados 505.468 habitantes e estima-se que em 2021 a população regional ganhe um acréscimo de 8,31% em relação ao ano de 2010, totalizando aproximadamente 547.455 habitantes.

Conforme a projeção estimada, os municípios de Barra do Chapéu, Cajati, Cananéia, Eldorado, Iguape, Ilha Comprida, Itanhaém, Itaoca, Itapirapuã Paulista, Itariri, Jacupiranga, Juquitiba, Pariquera-açú, Pedro de Toledo, Peruíbe, Registro e Ribeirão Grande seriam os responsáveis pelo crescimento populacional regional.

Tabela 4 – População e densidade demográfica dos municípios do Vale do Ribeira/SP

Município	População no último censo em nº de pessoas [2010]	População estimada em nº de pessoas [2021]	Densidade demográfica (hab/km²) [2010]
Apiaí	25.191	24.081	25,84
Barra do Chapéu	5.244	5.794	12,93
Barra do Turvo	7.729	7.606	7,67
Cajati	28.372	28.441	62,43
Cananéia	12.226	12.542	9,86
Eldorado	14.641	15.592	8,85
Iguape	28.841	31.117	14,58
Ilha Comprida	9.025	11.552	47,01
Iporanga	4.299	4.180	3,73
Itanhaém	87.057	104.351	144,69
Itaoca	3.228	3.332	17,64
Itapirapuã Paulista	3.880	4.294	9,55
Itariri	15.471	17.754	56,53
Jacupiranga	17.208	17.911	24,44
Juquiá	19.246	18.627	23,68
Juquitiba	28.737	31.844	55,03
Miracatu	20.592	19.511	20,56
Pariquera-Açú	18.446	19.797	51,34
Pedro de Toledo	10.204	11.507	15,22
Peruíbe	59.773	69.697	184,4
Registro	54.261	56.463	75,11
Ribeira	3.358	3.320	10
Ribeirão Grande	7.422	7.686	22.26
Sete Barras	13.005	12.731	12,24
Tapiraí	8.012	7.725	10,61
TOTAL	505.468	547.455	37,6641 (média)

Fonte: Elaboração própria. IBGE (2021).

Dentre os municípios com projeção de crescimento superior a 2.000 habitantes, consta:

- a) Itanhaém: com um aumento de 17.294 habitantes (19,87%)
- b) Peruíbe: com um aumento de 9.924 habitantes (16,60%)
- c) Juquitiba: com um aumento de 4.107 habitantes (14,29%)
- d) Itariri: com um aumento de 2.283 habitantes (14,75%)
- e) Iguape: com um aumento de 2.276 habitantes (7,89%)
- f) Registro: com um aumento de 2.202 habitantes (4,05%)

Os municípios com descréscimo populacional estimado em mais de 1000 habitantes foram Apiaí, totalizando uma diminuição em 1110 habitantes. E Miracatu, totalizando uma diminuição de 1081 habitantes.

A seguir, a Tabela 5 – Ocupação e rendimentos dos trabalhadores formais em 2010 e 2019, demonstra que em 2010 em média 40,34% da população do Vale do Ribeira tinha rendimento nominal mensal *per capita* de até ½ salário mínimo, correspondendo ao total de R\$ 255,00, conforme tabela disponibilizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Em 2019, apesar da população ocupada totalizar em média 15,79% dos habitantes por município do Vale do Ribeira, o salário médio mensal dos trabalhadores formais não ultrapassa 2,06 salários mínimos, o que corresponderia a R\$ 2055,88, considerando o salário mínimo de R\$ 998,00, no ano de 2019. Sendo o município de Ilha Comprida o maior salário médio mensal da região, totalizando 2,6 salários mínimos (R\$ 2.594,80); e o município de Barra do Chapéu o menor salário médio mínimo da região, totalizando 1,5 (R\$ 1.497,00) salários mínimos.

Tabela 5 – Ocupação e rendimento mensal dos trabalhadores formais em 2010 e 2019

Município	Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo [2010]	Pessoal ocupado (nº de pessoas) [2019]	População ocupada (%) [2019]	Salário médio mensal dos trabalhadores formais (nº de salários mínimos) [2019]
Apiaí	41,80%	4.795	19,70%	2,1
Barra do				1,5
Chapéu	47%	736	12,90%	1,0
Barra do Turvo	42,40%	735	9,60%	2
Cajati	41,20%	6.707	23,50%	2,5
Cananéia	38,70%	1.632	13,00%	2,3
Eldorado	41,60%	1.405	9,10%	1,9
Iguape	39,80%	3.065	9,90%	2,2
Ilha Comprida	38%	1.936	17,30%	2,6
Iporanga	45,30%	545	12,90%	1,9
ltanhaém	35,40%	16.732	16,40%	2,3
Itaoca	47,40%	334	10,00%	2,4
Itapirapuã Paulista	45,10%	538	12,70%	1,8

Itariri	41,30%	1.542	8,80%	2,2
Jacupiranga	37,10%	2.952	16,50%	1,9
Juquiá	41,10%	2.150	11,40%	1,9
Juquitiba	41,40%	4.935	15,70%	2
Miracatu	41%	2.972	15,00%	2
Pariquera-Açú	37%	4.100	20,90%	2,4
Pedro de Toledo	38%	944	8,30%	2
Peruíbe	36%	11.320	16,60%	2,2
Registro	36,10%	14.215	25,20%	2,3
Ribeira	39,70%	576	17,20%	1,7
Ribeirão Grande	40,80%	852	11,10%	1,8
Sete Barras	42,20%	1.288	9,60%	2,1
Tapiraí	37,30%	1.133	14,50%	2,1
TOTAL (média)	40,34%	3.711	15,79%	2,06

Fonte: Elaboração própria. IBGE, 2021.

A Tabela 6 – Índices econômicos dos municípios do Vale do Ribeira, demonstra a média do Produto Interno Bruto *per capita* médio dos municípios que compõem a região. Sendo o município de Ilha Comprida o maior PIB *per capita* da região, totalizando, no ano de 2018, R\$ 122.204,12 e o município de Barra do Turvo o menor, totalizando, no ano de 2018, R\$ 11.840,74.

Tabela 6 – Índices econômicos dos municípios do Vale do Ribeira

Município	PIB per capita (R\$) [2018]	Percentual das receitas oriundas de fontes externas [2015]	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]
Apiaí	24.247,23	88,20%	0,71
Barra do Chapéu	14.278,54	-	0,66
Barra do Turvo	11.840,74	87,70%	0,641
Cajati	50.776,98	83%	0,694
Cananéia	23.977,74	84,80%	0,72
Eldorado	20.795,32	86,10%	0,691
Iguape	38.078,83	87,60%	0,726
Ilha Comprida	122.204,12	70,40%	0,725
Iporanga	12.098,74	93,40%	0,703
Itanhaém	18.763,24	51,90%	0,745
Itaoca	12.416,89	91,60%	0,68
Itapirapuã Paulista	9.994,74	98%	0,661
Itariri	15.990,63	86,1	0,667
Jacupiranga	29.728,97	88,60%	0,717
Juquiá	17.394,70	85,90%	0,7
Juquitiba	16.452,82	82,60%	0,709

Miracatu	19.706,50	67,80%	0,697
Pariquera-Açú	25.926,61	85,90%	0,736
Pedro de Toledo	12.787,40	88,10%	0,696
Peruíbe	22.538,10	51,30%	0,749
Registro	34.962,27	66,20%	0,754
Ribeira	14.361,28	-	0,698
Ribeirão Grande	34.793,11	82,60%	0,705
Sete Barras	28.760,76	92,30%	0,673
Tapiraí	18.028,56	95%	0,681
TOTAL (média)	26.036,19	75,8	0,702538462

Fonte: Elaboração própria. IBGE (2021)

Consta na Tabela 7 – Território, esgotamento sanitário, arborização e urbanização de vias públicas que no ano de 2010 aproximadamente 63,92% da população contava com esgotamento sanitário adequadro; 43,21% das vias públicas são arborizadas e 19,25% das vias públicas são urbanizadas.

Tabela 7 – Território, esgotamento sanitário, arborização e urbanização de vias públicas

Município	Área da unidade territorial (km²) [2020]	Esgotamento sanitário adequado (%) [2010]	Arborização de vias públicas (%) [2010]	Urbanização de vias públicas (%) [2010]
Apiaí	974,322 km²	54,40%	72,30%	32%
Barra do Chapéu	405,681 km²	25,70%	14,90%	49,30%
Barra do Turvo	1.007,684 km²	44,90%	19%	36,40%
Cajati	454,436 km²	69,10%	42,40%	25,70%
Cananéia	1.237,354 km <sup>2</sup>	76%	43,40%	4,90%
Eldorado	1.654,256 km <sup>2</sup>	61,40%	37,40%	59,20%
Iguape	1.978,795 km <sup>2</sup>	76,20%	59%	24,40%
Ilha Comprida	196,567 km²	94,40%	1,70%	3,50%
Iporanga	1.152,059 km <sup>2</sup>	69,60%	46,70%	16%
Itanhaém	601,711	80,20%	47,40%	6%
Itaoca	183,015 km²	35,1	88,8	17,5
Itapirapuã Paulista	406,478 km²	51,60%	39,50%	2,70%
Itariri	273,667 km²	56%	47,20%	9,80%
Jacupiranga	704,189 km²	80,40%	41,60%	30,60%
Juquiá	812,799 km²	62,50%	64,5	11,8

Juquitiba	522,169 km²	46,80%	24,10%	31,10%
Miracatu	1.001,484 km²	58,90%	13,30%	12,70%
Pariquera-Açú	359,414 km <sup>2</sup>	72,70%	36,60%	10,10%
Pedro de Toledo	670,440 km²	81,10%	42,20%	0%
Peruíbe	326,216 km <sup>2</sup>	80,80%	65,30%	15,70%
Registro	722,201 km²	87,20%	47,60%	33,50%
Ribeira	335,759 km²	34,90%	39,50%	30,60%
Ribeirão Grande	333,363 km²	47,30%	18,70%	1,40%
Sete Barras	1.062,699 km²	75,50%	54,60%	13%
Tapiraí	755,100 km <sup>2</sup>	75,30%	73%	10,50%
TOTAL (média)	-	63,92%	43,21%	19,25%

Fonte: Elaboração própria. IBGE, 2021.

A Tabela 8 – Estabelecimentos de Saúde SUS, internações por diarreia e mortalidade infantil, demonstra que em 2009 haviam 172 estabelecimentos de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS). Dentre os municípios, apenas Juquiá possui internações por diarreia acima de 1,3 internações por mil habitantes. E no ano de 2019, a média regional de mortalidade infaltil (óbitos por mil nascidos vivos) foi de 15,73. Sendo o município de Iporanga a maior taxa de mortalidade, com 44,44 óbitos por mil nascidos vivos; e o município de Iguape a menor taxa, com 3,03 óbitos por mil nascidos vivos.

Tabela 8 – Estabelecimentos de Saúde SUS, internações por diarreia e mortalidade infantil

	Mortalidade	Internações por	Estabelecimentos de
Município	Infantil (óbitos por	diarreia	Saúde SUS (nº de
Mariicipio	mil nascidos	(internações por mil	estabelecimentos)
	vivos) [2019]	habitantes) [2016]	[2009]
Apiaí	6,01	0,4	14
Barra do Chapéu	13,51	0,2	3
Barra do Turvo	22,73	0,1	5
Cajati	9,28	0,2	7
Cananéia	5,75	-	4
Eldorado	5,46	-	4
Iguape	3,03	0,1	11
Ilha Comprida	20	0,1	6
Iporanga	44,44	-	6

Itanhaém	17,16	0,1	14
Itaoca	25,64	0,3	1
Itapirapuã Paulista	23,03	0,5	2
Itariri	12,58	-	2
Jacupiranga	26,32	-	4
Juquiá	17,79	1,3	9
Juquitiba	11,06	0,2	10
Miracatu	3,26	0	6
Pariquera-Açú	21,58	0,1	8
Pedro de Toledo	9,26	-	13
Peruíbe	15,94	0	14
Registro	13,65	0,1	19
Ribeira	-	-	2
Ribeirão Grande	30	0,3	1
Sete Barras	15,38	-	3
Tapiraí	20,62	0,2	4
TOTAL (média)	15,73	0,238888889	172

Fonte: Elaboração própria. IBGE, 2021.

Os indicadores sociais apresentados no Programa Vale do Futuro, elaborado pelo Governo do Estado de São Paulo, desconsideram os dados dos municípios de Itanhaém, Peruíbe e Juquitiba, por pertencerem a outras regiões administrativas no Estado, portanto seus indicadores diferem das tabelas apresentadas.

#### Considerações Finais

A pesquisa realizada corrobora as hipóteses iniciais de que: a) a prevalência do "apagão" regional do Vale do Ribeira/SP, está associado à sua histórica irrelevância no cenário econômico do Estado de São Paulo pós-colonialismo, devido principalmente à dificuldade de escoamento da produção local e à criação de áreas de preservação ambiental que minam a exploração plena do território aos moldes industrial, agroexportador e especulativo imobiliário; b) que esta característica é refletida no mercado de trabalho existente na região e está diretamente relacionada aos índices de vulnerabilidade social; e c) que as políticas sociais são responsáveis pela melhoria das condições de vida da população e das mulheres residentes.

Os resultados obtidos na realização desta pesquisa demonstram que as problemáticas identificadas nesta região têm caráter multifatorial, acarretando a necessidade de adequar o processo investigativo à perspectiva interdisciplinar.

Inicialmente, houve a confirmação de que o Vale do Ribeira/SP é amplamente citado em diagnósticos, pesquisas, documentos públicos, etc., por ser caracterizado como a região que concentra os maiores índices de pobreza e vulnerabilidade social do Estado de São Paulo. No entanto, existem poucas evidências científicas além dos indicadores estatísticos oficiais que mensuram e aprofundam a discussão acerca da correlação entre estes indicadores e os fatores que corroboram para a manutenção ou superação dos índices estatísticos identificados.

Nota-se que o descaso regional existe desde sua formação histórica e referese a aspectos de ordem política, econômica, social e cultural. As consequências geradas neste processo acarretam no conflito de interesses entre as estratégias de ação preconizadas pelo poder público para alavancar o desenvolvimento regional e as necessidades e demandas da sociedade civil, comunidades tradicionais caiçaras, indígenas, quilombolas e ribeirinhas.

Foi possível observar que um dos principais marcos que contribuiu para a estagnação de algumas regiões do Estado de São Paulo foi a proibição do tráfico negreiro, que deu fim ao complexo escravista, afetando a principal fonte de força de trabalho utilizada no Vale do Ribeira no início do período colonial.

Duas outras desvantagens identificadas foram: a dificuldade em escoar a produção agrícola local, que afetou diretamente a implementação de complexos produtivos na região, pois enquanto as ferrovias eram utilizadas no Estado de São Paulo, o Vale do Ribeira utilizava o transporte fluvial, que inviabilizou a entrada de navios de grande porte pelo Canal do Valo Grande, localizado no município de Iguape-SP; e as tentativas de colonização regional realizadas através da imigração japonesa e de outros povos imigrantes, que após o período ditatorial não mantiveram o interessem em retornar para a região devido às oportunidades existentes em outras áreas do Estado de São Paulo.

Outro aspecto interessante, foi a identificação das características que compuseram a reestruturação produtiva do Vale. Dentre elas, constam diversas intervenções estatais de investimento em políticas de planejamento regional, tendo como precursor, a presença do Capitão Carlos Lamarca, nos municípios de Eldorado-SP e Jacupiranga-SP. Cidades que se tornaram campo de treinamento de guerrilha

da Vanguarda Popular Revolucionária, um dos grupos de luta armada contra a ditadura militar em 1969. Após este episódio, um cerco de 40 dias comandado pelo Coronel Erasmo Dias evacuou a região, tornando o Vale do Ribeira/SP área de segurança nacional.

Vale ressaltar que na vigência do governo Ernesto Geisel, houveram as primeiras iniciativas de implementação de políticas sociais como resposta a situações de crise, com objetivo de aumentar a renda para todas as classes e reduzir a pobreza absoluta. No Vale, outras iniciativas foram implementadas, como a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista (SUDELPA); a criação do Programa de Interiorização de Ações da Saúde e Saneamento (PIASS); além da criação de estradas, pontes de cimento e escolas comunitárias.

Outro fator decisivo identificado na área da saúde foi a prestação de serviços em zona rural através do convênio firmado entre a Secretaria de Estado da Saúde (SES), o Hospital Regional de Pariquera-Açú e o Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da USP (FMUSP), que tiveram como objetivo diagnosticar as condições de saúde da região do Vale do Ribeira e subsidiar a implementação de um programa de assistência à saúde regionalizado e integrado.

Estas iniciativas foram o pontapé inicial para a criação do Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira e Litoral Sul (CODIVAR); Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Ribeira e Litoral Sul (CONSAÚDE) e Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape e Litoral Sul. Instâncias atuantes que objetivam reunir os prefeitos de todos os municípios para organizar e promover ações, visando modificar a realidade regional através de instrumentos institucionais que possibilitam obter acesso a recursos provenientes dos governos estadual e federal.

Quanto ao eixo do meio ambiente, foi possível identificar a existência de inúmeros conflitos em âmbito institucional, legal, fundiário e de interesses sobre a regularização da presença humana em Unidades de Conservação (UCs). Gerando um cenário de disputa entre a população local, ONGs e agências governamentais; e entre as correntes de pensamento preservacionista, conservacionista e desenvolvimentista.

Quanto à legislação estadual específica sobre o Vale do Ribeira, foi possível identificar que entre 2000 e 2020, as Leis promulgadas contemplam ações voltadas para as áreas de: a) calendário oficial; b) denominação; c) desenvolvimento econômico; d) educação e cultura; e) entidades de utilidade pública; f) orçamento e finanças públicas/plano plurianual-PPAs. E que os Decretos Estaduais regulam um número maior de ações voltadas à saúde, tratando especificamente das: a) coordenadorias da Secretadia da Saúde; b) classificação institucional da Secretaria da Saúde; c) reoriganização da coordenadoria de Serviços de Saúde; d) Política Estadual de Povos Indígenas; e) aterros sanitários do Vale do Ribeira; f) doação de veículo e liberação de uso de terreno ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Ribeira (CONSAÚDE); g) estratégia para o desenvolvimento sustentável do Estado de São Paulo; h) liberação e utilização de terreno para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), e para a Associação das Pessoas com Deficiência de Pariquera-Açú (ADEFIPA).

Os resultados apresentados demonstram que os objetivos geral e específicos foram alcançados. No entanto, a proposta de investigação da produção científica publicada entre 2000 e 2020 sobre as ações de saúde voltadas às mulheres residentes no Vale do Ribeira foi insatisfatória. A pesquisa foi realizada nas plataformas Scielo, Periódicos Capes, Web of Science e Lilacs. Para maximizar as possibilidades de identificar artigos relacionados ao tema proposto, foram utilizados os descritores "Vale do Ribeira" e "Saúde"; e "Ribeira Valley" e "Health". Apesar disso, todas as plataformas apresentaram um volume de publicações na área das ciências biológicas muito superior aos artigos publicados que correspondem ao objetivo de pesquisa tratado nesta investigação. Diante disso, os artigos inicialmente selecionados foram arrolados no APÊNDICE D, no entanto não foram analisados devido à insuficiência de dados que compreendem todos os municípios da região do Vale do Ribeira.

Durante o processo investigativo também foi possível constatar a ausência da participação comunitária em instâncias decisórias que não tem cunho obrigatório, como os Conselhos de Saúde e de Assistência Social. E que os documentos analisados possuem pouquíssimas estratégias de ação voltadas para a ampliação dos direitos sociais das mulheres residentes na região do Vale do Ribeira. E entre as

mulheres oriundas e/ou residentes de comunidades quilombolas, indígenas, caiçaras e ribeirinhas, este dado é quase inexistente.

Verifica-se, portanto, que as políticas públicas implementadas na região pautam suas propostas majoritariamente sob um discurso de desenvolvimento regional dissonante das características ambientais presentes no Vale do Ribeira. Sendo assim, os dados identificados não refletem completamente as necessidades e demandas sociais devido à ausência da participação social e comunitária em espaços decisórios, suscitando a necessidade de criação de métodos e/ou instrumentos de monitoramento e avaliação regionais que consigam captar maior participação social e comunitária.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, M. M. O matriarcado da saúde. In:	São Paulo: sementes da democracia.
São Paulo: Nacional, 1985. P. 47-55.	
Plano Nacional de Desenvolvimento	o <b>2 (975-1979)</b> Brasília 1974
i iailo Nacional de Desenvolvinient	<b>0, 2 (313-1313)</b> . Diasilia, 1314.

- BANDEIRA, L. Brasil: fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres avançar na transversalidade da perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas. Brasília, DF: CEPAL/ SPM, 2005.
- BARBOSA, Tayla Nayara. Os limites do desenvolvimento local: estudos sobre pequenos municípios do interior de São Paulo. III Semana de Ciência Política. Universidade Federal de São Carlos. 27 a 29 de abril de 2015.
- Bárcena, A. y A. Prado. El imperativo de la igualdad: por un desarrollo sostenible en América Latina y el Caribe, Buenos Aires, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL)/Siglo XXI. 2016. Disponível em: <a href="https://www.cepal.org/sites/default/files/events/files/matriz\_de\_la\_desigualdad.pdf">https://www.cepal.org/sites/default/files/events/files/matriz\_de\_la\_desigualdad.pdf</a>>. Acesso em 16 de novembro de 2021.
- BRAGA, Roberto. Raízes da questão regional no Estado de São Paulo: Considerações sobre o Vale do Ribeira. **Geografia**. Rio Claro, Vol. 24(3): 43-68, dezembro. 1999.
- BEHRING, E.R; BOSCHETTI, I. Política Social: Fundamentos e Historia. São Paulo: Cortez, 2011.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. 1994. Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Lisboa: Porto Editora.
- BOSCHETTI, Ivanete. **Seguridade social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação.** CFESS, ABEPSS. *Serviço Social:* direitos sociais e competências profissionais. CEAD/UnB. Brasília. 2009.
- BRASIL. **Decreto nº 4.297, de 10 de julho de 2002.** Regulamenta o art. 9º, inciso II, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, estabelecendo critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil ZEE, e dá outras providências. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/decreto/2002/d4297.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/decreto/2002/d4297.htm</a>. Acesso em 09 de setembro de 2021.
- BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006, revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil">http://www.planalto.gov.br/ccivil</a> 03/ ato2011-

- 2014/2012/lei/L12651compilado.htm>. Acesso em 09 de setembro de 2021.
- BRANDON, K.; REDFORD, K.H.; SANDERSON, S. Parks in peril: people, politics and protected areas. The Nature Conservancy. Island Press, 1998.
- BRASCONSULT. *Plano de Desenvolvimento do Vale do Ribeira e Litoral Sul.* Vol. I a VI, abril, 1966. SSOP-DAEE-Serviço do Vale do Ribeira.
- CAMARGO, José Francisco de. Crescimento da População no Estado de São Paulo e seus Aspectos Econômicos. São Paulo, IPE/USP, 1981.
- CANO, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo. 3ª ed. São Paulo, Hucitec. 1990.
- CATANANTE, Guilherme Vinicius et al. Participação social na Atenção Primária à Saúde em direção à Agenda 2030. Ciência & Saúde Coletiva [online]. 2017, v. 22, n. 12 [Acessado 16 Novembro 2021], pp. 3965-3974. Disponível em: <a href="https://doi.org/10.1590/1413-812320172212.24982017">https://doi.org/10.1590/1413-812320172212.24982017</a>. ISSN 1678-4561. https://doi.org/10.1590/1413-812320172212.24982017.
- CELLARD, A. 2008. A análise documental. In: J. Poupart, et al. (Orgs.). A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes
- CENTRO DE EDUCAÇÃO E CULTURA KKKK. **Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas.** Disponível em: <

  <a href="http://www.cartorioregistro.com.br/kkkk.php">http://www.cartorioregistro.com.br/kkkk.php</a>>. Acesso em: 01 de novembro de 2021.
- CEPAL. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. La matriz de la desigualdad social en América Latina. 2016. Disponível em: < https://www.cepal.org/sites/default/files/events/files/matriz\_de\_la\_desigualdad. pdf>. Acesso em: 16 de novembro de 2021.
- CEPÊDA, Vera Alves. Inclusão, democracia e novo-desenvolvimentismo: um balanço histórico. Estudos Avançados [online]. 2012, v. 26, n. 75 [Acessado 15 Novembro 2021], pp. 77-90. Disponível em: <a href="https://doi.org/10.1590/S0103-40142012000200006">https://doi.org/10.1590/S0103-40142012000200006</a>. Epub 25 Jul 2012. ISSN 1806-9592. https://doi.org/10.1590/S0103-40142012000200006.
- CFESS/CRESS. Relatório de Deliberações do XXIX Encontro Nacional CFESS/CRESS. XXIX Encontro Nacional CFESS/CRESS, Maceió (AL), set. 2000.
- CODIVAR NASCE PARA MUDAR ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO.

  Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira e Litoral
  Sul CODIVAR. Disponível em: <a href="https://codivar.org.br/sobre/">https://codivar.org.br/sobre/</a>>. Acesso em 02
  de novembro de 2021.

- DALMASO, Ana Silvia Whitaker et al. O Vale do Ribeira entre 1970 e 1990: saúde, educação, política e participação de sujeitos. In: MOTA, André. MARINHO, Maria Gabriela Silva Martins da. **Práticas médicas e de saúde nos municípios pailistas: a história e suas interfaces.** São Paulo: USP, Faculdade de Medicina: CD.G Casa de Soluções e Editora, 2011. (183-213)
- DATAFOLHA. **Educação não presencial na perspectiva dos estudantes e suas famílias**. São Paulo, 2020. Disponível em: < https://fundacaolemann.org.br/storage/materials/SWHzonCQokunCJnPsNWO CnO5j704Pn90KG0MFYzE.pdf>. Acesso em 10 de novembro de 2021.
- DAVIS, Ângela. Mulheres, Raça e Classe / Ângela Davis ; tradução Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- Decreto-Lei Complementar nº 4, de 01 de setembro de 1969. Dispõe sobre a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista (SUDELPA). Disponível em: <a href="https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto.lei.complementar/1969/decreto.lei.complementar-4-01.09.1969.html">https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto.lei.complementar/1969/decreto.lei.complementar-4-01.09.1969.html</a>. Acesso em 17 de setembro de 2021.
- DIEGUES. Antonio Carlos. O Vale do Ribeira e Litoral de São Paulo: meioambiente, história e população. Março. 2007. Disponível em: <a href="https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/cenpec.pdf">https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/cenpec.pdf</a>. Acesso em 09 de setembro de 2021.
- FERNANDES, Rosa M. C; HELLMANN, Aline. **Dicionário crítico:** política de assistência social no Brasil. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016. 320 p.; il. (Coleção CEGOV: Transformando a administração pública). Disponível em: < https://www.ufrgs.br/cegov/publicacao/v/118?n=Dicion%C3%A1rio\_Cr%C3%ADtico%3A\_Pol%C3%ADtica\_de\_Assist%C3%AAncia\_Social\_no\_Brasil>. Acesso em: 09 de novembro de 2021.
- FERREIRA, Lúcia da Costa. Dimensões humanas da biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de áreas protegidas no Vale do Ribeira, SP, Brasil. Ambiente & Sociedade [online]. 2004, v. 7, n. 1 [Acessado 29 Setembro 2021], pp. 47-66. Disponível em: <a href="https://doi.org/10.1590/S1414-753X2004000100004">https://doi.org/10.1590/S1414-753X2004000100004</a>. Epub 15 Abr 2005. ISSN 1809-4422. https://doi.org/10.1590/S1414-753X2004000100004.
- FLICK, U. 2009. Introdução à pesquisa qualitativa. Trad. Joice Elias Costa. 3. ed., Porto Alegre: Artmed.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Violência doméstica durante a pandemia de COVID-19.** Brasil, abr. 2020. Disponível em: < https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/05/violencia-domestica-covid-19-ed03-v2.pdf>. Acesso em: 09 de novembro de 2021.
- GARCIA, Jorge Luis et al. The life-cycke benefits of an influential early childhood

- program. Nationa Bureau of Economic Research, 2016.
- GRAZIANO DA SILVA, José. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas. UNICAMP. 1996.
- GONÇALVES, Renata; ABREU, Suellen. Do Plano nacional de Políticas para as mulheres ao "machistério" de Temer. Revista de Políticas Públicas, vol. 22, num. 2, 2018, Julho-Dezembro, pp. 753-771. Universidade Federal do Maranhão. Brasil. Disponível em: <a href="https://www.redalyc.org/jatsRepo/3211/321158845008/321158845008.pdf">https://www.redalyc.org/jatsRepo/3211/321158845008/321158845008.pdf</a>. Acesso em 17 de novembro de 2021.
- GONDIM, G. M. M.; MONKEN, M. Territorialização em Saúde. Dicionário da Educação Profissional em Saúde. Fiocruz. Disponível em: <a href="http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/tersau.html">http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/tersau.html</a>. Acesso em 13 de novembro de 2021.
- GUSSI. Alcides Fernando. Os norte-americanos (confederados) do Brasil. Identidade no contexto transnacional. Campinas, UNICAMP, 1997.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÌSTICA. Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação. 2021. Disponível em: <a href="https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/">https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/</a>. Acesso em: 16 de novembro de 2021.
- INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. Sobre os dados da violência contra as mulheres no Brasil. Disponível em: <a href="https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/sobre-os-dados-da-violencia-contra-as-mulheres-no-brasil/">https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/sobre-os-dados-da-violencia-contra-as-mulheres-no-brasil/>.</a>. Acesso em: 16 de novembro de 2021.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça – 1995 a 2015. Disponível em: <a href="https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\_content&view=article&id=29526">https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\_content&view=article&id=29526</a>. Acesso em: 16 de novembro de 2021.
- INSTITUTO JUS. Cadernos Técnicos de apoio ao Planejamento Estratégico do Vale do Ribeira e Litoral Sul 2030. 5 volumes. 2018.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). Planejamento Territorial Participativo Relato de experiências em comunidades quilombolas do Vale do Ribeira/SP. São Paulo. 2012.
- LOPES, Daniel; LEITE, Vittorio; SHIKIDA, Claudio D.; MONASTERIO, Leonardo. Covid-19: mitigação dos efeitos de longo prazo. Brasília: Evidência Express ENAP, 2020.
- MATTOSO, Katia M. De Queirós. **Ser escravo no Brasil : séculos XVI-XIX** / Kátia M. De Queirós Mattoso ; tradução de Sonia Furhmann. Petrópolis, RJ : Vozes, 2016.

- MARTINELLI, Tiago. **Seguridade Social.** In: FERNANDES, Rosa M. C; HELLMANN, Aline. **Dicionário crítico:** política de assistência social no Brasil. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016. 320 p.; il. (Coleção CEGOV: Transformando a administração pública). Disponível em: < https://www.ufrgs.br/cegov/publicacao/v/118?n=Dicion%C3%A1rio\_Cr%C3%ADtico%3A\_Pol%C3%ADtica\_de\_Assist%C3%AAncia\_Social\_no\_Brasil>. Acesso em: 09 de novembro de 2021.
- MÁXIMO, Maria. Desenvolvimento sem liberdade: uma análise crítica do pensamento de Amartya Sen. **Cadernos do desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 13, p. 57-67, jul./dez. 2013. Disponível em: < http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/137>. Acesso em: 10 de novembro de 2021.
- MENDES, Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina Karina Pereira e Galvão, Cristina MariaRevisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. Texto & Contexto -Enfermagem [online]. 2008, v. 17, n. 4 [Acessado 18 Novembro 2021], pp. 758-764. Disponível em: <a href="https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000400018">https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000400018</a>. 12 Jan 2009. ISSN 1980-265X. https://doi.org/10.1590/S0104-Epub 07072008000400018.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MINAYO, Maria Cecília de SouzaAnálise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. Ciência & Saúde Coletiva [online]. 2012, v. 17, n. 3 [Acessado 18 Novembro 2021] , pp. 621-626. Disponível em: <a href="https://doi.org/10.1590/S1413-8123201200030007">https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007</a>. Epub 13 Nov 2012. ISSN 1678-4561. https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007.
- MONTEIRO, C. A. **Epidemiologia da desnutrição proteico-calórica em núcleos rurais do Vale do Ribeira.** Dissertação (Mestrado em Medicina Preventica) Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1977.
- MÜLLER, Geraldo. Estado, Estrutura Agrária e População. Petrópolis, Vozes, 1980.
- NOVAS, R. L. Do biológico e do social: um pequeno balanço. In: FLEURY, S. (Org.) Saúde e democracia: a luta do Cebes. São Paulo: UNESP, 1998. P. 65-102.
- ONU. Organização das Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em: https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por. Acesso em: 23 abr. 2019.
- ONU. Organização das Nações Unidas. Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Disponível em: https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/. Acesso em: 10 de novembro de 2021.

- OPAS Organização Pan-Americana da Saúde. Atenção primária à saúde, 2011. Disponível em: <a href="https://www.paho.org/pt/topicos/atencao-primaria-saude">https://www.paho.org/pt/topicos/atencao-primaria-saude</a>. Acesso em: 13 de novembro de 2021.
- PAIM, J. S. *Reforma sanitária brasileira*: contribuição para a compreensão e crítica [online]. Salvador: EDUFBA; Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008. 356 p. ISBN 978-85-7541-359-3.
- PASINATO, Wânia. Violência contra a mulher no Brasil. Acesso à informação e políticas públicas. Disponível em: < https://assets-dossies-ipg-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/5/2018/08/ART19\_RelatorioDadosVCM. pdf>. Acesso em: 16 de novembro de 2021.
- PEDROSO JÚNIOR, Nelson Novaes et al. A casa e a roça: socioeconomia, demografia e agricultura em populações quilombolas do Vale do Ribeira, São Paulo, Brasil. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas [online]. 2008, v. 3, n. 2 [Acessado 29 Setembro 2021], pp. 227-252. Disponível em: <a href="https://doi.org/10.1590/S1981-8122200800020007">https://doi.org/10.1590/S1981-81222008000200007</a>>. Epub 08 Set 2010. ISSN 2178-2547. https://doi.org/10.1590/S1981-81222008000200007.
- PETRONE, Pasquale. A Baixada do Ribeira, Estudo de Geografia Humana. São Paulo, FFCH-USP, 1966.
- PETRONE, Pasquale. Notas sobre os sistemas de culturas na Baixada do Ribeira-SP. Boletim Paulista de Geografia. São Paulo, (39), 47-63, out., 1961.
- PINHO, Diva Benevides. *Planejamento regional e cooperativismo*. São Paulo, ISPECO, 1964.
- RESENDE, R.U. As regras do jogo: legislação florestal e desenvolvimento sustentável no Vale do Ribeira, SP. Dissertação de Mestrado. PROCAM/USP. São Paulo, 2000.
- SÁ-SILVA, J.; Almeida, C. & Guindani, J. 2009. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, São Leopoldo, ano. I, n.I, jul.
- SARTI, C. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, n. 12, v. 2, p. 35-50, maio/ago. 2004.
- SÃO PAULO (Estado). Infraestrutura e Meio Ambiente. Governo do Estado de São Paulo. Coordenadoria de Planejamento Ambiental. Zoneamento Ecológico-Econômico/Vale do Ribeira. Disponível em: <a href="https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/cpla/zoneamento/zoneamento-ecologico-economico/vale-do-ribeira/">https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/cpla/zoneamento/zoneamento-ecologico-economico/vale-do-ribeira/</a>>. Acesso em: 09 de setembro de 2021.
- SÃO PAULO (Estado). Lei nº 9.363, de 23 de julho de 1996. Institui o Programa Estadual de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico e Social, o Conselho

- Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social, o Fundo Estadual de Incentivo ao Desenvolvimento Social FIDES, o Fundo Estadual de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico FIDEC, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, 24 mai. 1996. Disponível em: <a href="https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1996/lei-9363-23.07.1996.html">https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1996/lei-9363-23.07.1996.html</a>>. Acesso em: 19 de maio de 2021.
- SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 10.546, de 27 de abril de 2000.** Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Pública da Região Sudoeste e Vale do Ribeira, no Estado de São Paulo, e fixa outras providências. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, 28 abr. 2000. p.1. Disponível em: <a href="https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=4209">https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=4209</a>. Acesso em: 15 de julho de 2021.
- SÃO PAULO (Estado). Lei nº 10.549, de 11 de maio de 2000. Institui o Programa de Desenvolvimento do Estado de São Paulo e substitui as normas que disciplinam o Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, 12 mai. 2000. p.1. Disponível em: <a href="https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2000/lei-10549-11.05.2000.html">https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2000/lei-10549-11.05.2000.html</a>. Acesso em: 14 de maio de 2021.
- SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 11.605, de 24 de dezembro de 2003.** Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2004/2007. Diário Oficial Executivo. São Paulo, 25 nov. 2003. p. 1. Disponível em: <a href="https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=49177">https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=49177</a>>. Acesso em 14 de junho de 2021.
- SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 13.123, de 08 de julho de 2008.** Institui o Plano Plurianual para o período 2008/2011. Diário Oficial Executivo Suplemento. São Paulo. 11 jul. 2008. p. 1. Disponível em: <a href="https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=98443">https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=98443</a>>. Acesso em 14 de junho de 2021.
- SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 14.676, de 28 de dezembro de 2011.** Institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2012/2015. Diário Oficial Executivo. São Paulo. 29 dez. 2011. p. 3. Disponível em: <a href="https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=164964">https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=164964</a>>. Acesso em 30 de junho de 2021.
- SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 14.778, de 14 de maio de 2012.** Dá denominação ao Hospital Regional que especifica. Diário Oficial Executivo. São Paulo. 15 mai. 2012. p. 1. Disponível em: <a href="https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=167030">https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=167030</a>. Acesso em 25 de agosto de 2021.
- SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 15.074, de 05 de julho de 2013**. Declara utilidade pública a entidade que especifica. Diário Oficial Executivo. São Paulo. 06 jul. 2013. p. 3. Disponível em: <a href="https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=170672">https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=170672</a>. Acesso em 28 de agosto de 2021.
- SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 16.061, de 16 de dezembro de 2015.** Inclui evento no Calendário Turístico do Estado. Diário Oficial Executivo. São Paulo. 17 dez. 2015. p.1. Disponível em: <a href="https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=176770">https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=176770</a>. Acesso em 25 de agosto de 2021.

- SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 16.288, de 20 de julho de 2016.** Inclui evento no Calendário Turístico do Estado. Diário Oficial Executivo. São Paulo. 21 jul. 2016. Disponível em: <a href="https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=178765">https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=178765</a>>. Acesso em: 25 de agosto de 2021.
- SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 16.290, de 20 de julho de 2016.** Inclui evento no Calendário Turístico do Estado. Diário Oficial Executivo. São Paulo. 21 jul. 2016. p. 1. Disponível em: <a href="https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=178780">https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=178780</a>. Acesso em: 25 de agosto de 2021.
- SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 16.597, de 12 de dezembro de 2017**. Inclui evento no Calendário Turístico do Estado. Diário Oficial Executivo. São Paulo. 13 dez. 2017. p. 1. Disponível em: <a href="https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=184422">https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=184422</a>. Acesso em 28 de agosto de 2021.
- SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 17.262, de 09 de abril de 2020.** Institui o Plano Plurianual PPA para o quadriênio 2020-2023. Diário Oficial Executivo. São Paulo. 10 abr. 2020. p. 1. Disponível em: <a href="https://www.al.sp.gov.br/norma/193526">https://www.al.sp.gov.br/norma/193526</a>>. Acesso em 25 de agosto de 2021.
- SÃO PAULO (Estado). **Decreto-Lei Complementar nº 4, de 01 de setembro de 1969.** Dispõe sobre a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista (SUDELPA). Disponível em: <a href="https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto.lei.complementar/1969/decreto.lei.complementar-4-01.09.1969.html">https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto.lei.complementar/1969/decreto.lei.complementar-4-01.09.1969.html</a>). Acesso em 17 de setembro de 2021.
- SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 44.760, de 13 de março de 2000.** Autoriza a Secretaria do Meio Ambiente a, representando o Estado, celebrar convênios com Municípios Paulistas, integrantes do Vale do Ribeira, visando à implantação de aterros sanitários em valas para resíduos sólidos. Disponível em: <a href="https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2000/decreto-44760-13.03.2000.html">https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2000/decreto-44760-13.03.2000.html</a>, Acesso em: 14/06/2021.
- SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 45.802, de 14 de maio de 2001.** Regulamenta a Lei 10.549, de 11/05/2000 e dá providências correlatas. Secretaria de Estado do Governo e Gestão Estratégica. São Paulo, 14 mai. 2001. Disponível em: < https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2001/decreto-45802-14.05.2001.html>. Acesso em 19 de julho de 2021.
- SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 48.532, de 09 de março de 2004.** Estabelece diretrizes relativas à Política Estadual de Atenção aos Povos Indígenas, cria o Conselho Estadual dos Povos Indígenas e o Comitê Intersetorial de Assuntos indígenas.

  Disponível em: <a href="https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2004/decreto-48532-09.03.2004.html">https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2004/decreto-48532-09.03.2004.html</a>>. Acesso em 14 de junho de 2021.
- SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 49.393, de 24 de janeiro de 2005.** Dispõe sobre as Coordenadorias da Secretaria da Saúde. Disponível em:

- <a href="https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2005/decreto-49343-24.01.2005.html">https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2005/decreto-49343-24.01.2005.html</a>. Acesso em 14 de junho de 2021.
- SÃO PAULO (Estado). **Decreto n. 49.364, de 09 de fevereiro de 2005.** Dispõe sobre a classificação institucional da Secretaria da Saúde. Disponível em: <a href="https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2005/decreto-49364-09.02.2005.html">https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2005/decreto-49364-09.02.2005.html</a>. Acesso em 12 de setembro de 2021.
- SÃO PAULO (Estado). **Decreto n. 49.808, de 21 de julho de 2005.** Estabelece Diretrizes Estaduais de Atenção aos Povos Indígenas, dispõe sobre o Conselho Estadual dos Povos Indígenas e o Comitê Intersetorial de Assuntos Indígenas. Disponível em: <a href="https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2005/decreto-49808-21.07.2005.html">https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2005/decreto-49808-21.07.2005.html</a>. Acesso em 14 de junho de 2021.
- SÃO PAULO (Estado). **Decreto n. 50.503, de 01 de fevereiro de 2006.** Dispõe sobre a classificação institucional da Secretaria da Saúde. Disponível em: <a href="https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2006/decreto-50503-01.02.2006.html">https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2006/decreto-50503-01.02.2006.html</a>. Acesso em 14 de junho de 2021.
- SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 50.879, de 13 de junho de 2006.** Dispõe sobre a doação dos veículos oficiais pertencentes à frota da Secretaria da Saúde e cedidos às Prefeituras Municipais, Entidades Filantrópicas e Unidades Integrantes do SUS/SP. Disponível em: <a href="https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2006/decreto-50879-13.06.2006.html">https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2006/decreto-50879-13.06.2006.html</a>. Acesso em 14 de junho de 2021.
- SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 51.434, de 28 de dezembro de 2006.** Dispõe sobre a reorganização da Coordenadoria de Serviços de Saúde, da Secretaria da Saúde e de suas unidades. Disponível em: <a href="https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2006/decreto-51434-28.12.2006.html">https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2006/decreto-51434-28.12.2006.html</a>. Acesso em: 14 de junho de 2021.
- SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 51.690, de 22 de março de 2007.** Dispõe sobre a classificação institucional da Secretaria da Saúde. Disponível em: < https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2007/decreto-51690-22.03.2007.html>. Acesso em: 14 de junho de 2021.
- SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 52.645, de 21 de janeiro de 2008.** Dispõe sobre as Diretrizes de Atenção aos Povos Indígenas, o Conselho Estadual dos Povos Indígenas e o Comitê Intersetorial de Assuntos Indígenas e dá providências correlatas.

  Disponível

  em: <a href="https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2008/decreto-52645-21.01.2008.html">https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2008/decreto-52645-21.01.2008.html</a>. Acesso em: 14 de junho de 2021.
- SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 53.904, de 29 de dezembro de 2008.** Autoriza a Fazenda do Estado a permitir o uso, a título precário e por prazo indeterminado, em favor do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Ribeira CONSAÚDE, dos bens que especifica. Disponível em: <a href="https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2008/decreto-53904">https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2008/decreto-53904</a>

- 29.12.2008.html>. Acesso em: 14 de junho de 2021.
- SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 56.027, de 20 de julho de 2010.** Dispõe sobre a classificação institucional da Secretaria da Saúde. Disponível em: <a href="https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2010/decreto-56027-20.07.2010.html">https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2010/decreto-56027-20.07.2010.html</a>. Acesso em: 14 de junho de 2021.
- SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 58.107, de 05 de junho de 2012.** Inclui a Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável do Estado de São Paulo 2020, e dá providências correlatas. Disponível em: <a href="https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2012/decreto-58107-05.06.2012.html">https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2012/decreto-58107-05.06.2012.html</a>. Acesso em 30 de junho de 2021.
- SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 61.587, de 26 de outubro de 2015.** Autoriza a Fazenda do Estado a permitir o uso, a título precário, gratuito e por prazo indeterminado, em favor da APAE Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pariquera-Açú, e parte do imóvel que especifica. Disponível em: <a href="https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2015/decreto-61587-26.10.2015.html">https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2015/decreto-61587-26.10.2015.html</a>. Acesso em: 30 de junho de 2021.
- SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 63.064, de 15 de dezembro de 2017.** Autoriza a Fazenda do Estado a permitir o uso, a título precário, gratuito e por prazo indeterminado, em favor da ADEFIPA Associação das Pessoas com Deficiência de Pariquera-Açú, de parte do imóvel que especifica. Disponível em: <a href="https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2017/decreto-63064-15.12.2017.html">https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2017/decreto-63064-15.12.2017.html</a>. Acesso em 30 de junho de 2021.
- SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 64.879, de 20 de março de 2020.** Reconhece o estado de calamidade pública, decorrente da pandemia do COVID-19, que atinge o Estado de São Paulo, e dá providências correlatas. Disponível em: < https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2020/decreto-64879-20.03.2020.html>. Acesso em: 10 de novembro de 2021.
- SÃO PAULO (Estado). Governo do Estado de São Paulo. Secretaria de Desenvolvimento Social. Plano Estadual de Assistência Social do Estado de São Paulo PEAS 2016-2019. Disponível em: < https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/1 321.pdf>. Acesso em: 04 de novembro de 2021.
- SÃO PAULO (Estado). Governo do Estado de São Paulo. Secretaria de Desenvolvimento Social. Plano Estadual de Assistência Social PEAS 2020-2023. Disponível em: <a href="https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/12/peas-2020-2023.pdf">https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/12/peas-2020-2023.pdf</a>>. Acesso em: 10 de novembro de 2021.

 Assistência primária	de saúde:	o agente	de saúde	do Vale	do Ribe	₃ira.
Dissertação (Mestrado)	- Faculdad	e de Saúd	e Pública,	Universion	lade de S	3ão
Paulo, São Paulo, 1984	ļ <b>.</b>					

,	Mendes-Gonçalves,	R.	В.;	Golbbaum,	M.	Atenção	primária	à	saúde:
---	-------------------	----	-----	-----------	----	---------	----------	---	--------

- avaliação da experiência do Vale do Ribeira. Brasília: Centro de Documentação do Ministério da Saúde. Série Estudos e Projetos: 1986(2), 173 p.
- SÃO PAULO. Secretaria de Estado de Saúde. **Projeto de expansão de serviços básicos de saúde e saneamento em área rural do Vale do Ribeira**. São Paulo, 1981. (mimeo)
- SCHRAIBER, L.B.; MACHADO, M.H. Trabalhadores da saúde: uma nova agenda de estudos sobre recursos humanos em saúde no Brasil. In: FLEURY, S. (Org). Saúde e democracia: a luta do Cebes. São Paulo: Lemos, 1997. p. 281-297.
- SAQUET, M. A. Os tempos e os territórios da colonização italiana. Porto Alegre: EST edições, 2003. Disponível em: <a href="http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/dis\_teses/01/01\_marcos.pdf">http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/dis\_teses/01/01\_marcos.pdf</a>>. Acesso em 13 de novembro de 2021.
- SILVA, J. A.; Mendes-Gonçalves, R. B.; Goldbaum, M. Atenção primária à saúde: avaliação da experiência do Vale do Ribeira. Brasília: Centro de Documentação do Ministério da Saúde. Série Estudos e Projetos: 1986(2), 173 p.
- SIVIERO, S.O. **A institucionalização da Mata Atlântica.** Tese de Doutorado em Ciências Sociais. IFCH/UNICAMP. Campinas 2001.
- SOUZA, Marcela Tavares de, Silva, Michelly Dias da e Carvalho, Rachel deIntegrative review: what is it? How to do it?. Einstein (São Paulo) [online]. 2010, v. 8, n. 1 [Acessado 4 Outubro 2021] , pp. 102-106. Disponível em: <a href="https://doi.org/10.1590/S1679-45082010RW1134">https://doi.org/10.1590/S1679-45082010RW1134</a>. ISSN 2317-6385. https://doi.org/10.1590/S1679-45082010RW1134.
- VALENTIN, A. Uma civilização do arroz: agricultura, comércio e subsistência no Vale do Ribeira (1800-1880). Tese (doutorado em História Econômica) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 405. 2006.
- VERSÃO PRELIMINAR PARA DISCUSSÃO DE PROPOSTA REGIONAL PARA O FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO RIBEIRA. Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira e Litoral Sul CODIVAR. Vale do Ribeira, 22 de novembro de 1999. Disponível em: <a href="https://codivar.org.br/planejamento-estrategico/">https://codivar.org.br/planejamento-estrategico/</a>>. Acesso em 02 de novembro de 2021.
- VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. As armas secretas que abateram a seguridade social. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.) **O desmonte da nação.** Balanço do governo FHC. 3. Ed3 Petrópolis: Vozes, 1999.
- YOUNG, Ernesto G. História de Iguape. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, v. VIII. P. 222-323, 1903.

- YOUNG, Ernesto G. Esboço histórico da fundação da cidade de Iguape. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. II, p. 49-153, 1898.
- VALENTIN, A. Uma civilização do arroz: agricultura, comércio e subsistência no Vale do Ribeira (1800-1880). Tese (doutorado em História Econômica) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 405. 2006.
- VILANOVA, M. C.; VIANA, S. K.; PATUCCI, R. M. J. **Avaliação dos PAR Postos de Atendimento Rural** Integrantes do Projeto de Expansão dos Serviços Básicos de Saúde e Saneamento em Área Rural do Vale do Ribeira. São Paulo Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, Escritório Regional de Saúde ERSA 49, 1992.
- ZEIFERT, Anna P. B.; CENCI, Daniel R.; MANCHINI, Alex. A justiça social e a Agenda 2030: Políticas de desenvolvimento para a construção de sociedades justas e inclusivas. **Revista de Direitos Sociais e Políticas Públicas**. UNIFAFIBE. Vol. 8, n. 2, 2020. ISSN 2318-5732. Disponível em: < https://fafibe.br/revista/index.php/direitos-sociais-politicas-pub/article/view/766>. Acesso em: 16 de novembro de 2021.

### **APÊNDICE A**

Programa "Vale do Futuro"

Objetivos Estratégicos:

Objetivo 1: Promover o desenvolvimento econômico no Vale de forma sustentável, inovadora e inclusiva

Estratégias específicas:

- 1) mobilizar e articular rede pública e privada de atores no Estado, para formalização e capacitação empreendedora em larga escala na região;
- facilitar o acesso dos empreendedores e potenciais empreendedores ao crédito, com redução da burocracia e disponibilização de linhas mais aderentes às necessidades locais;
- estimular a agregação de valor dos produtos característicos do Vale (como o artesanato) e a criação de selos de procedência;
- reposicionar a imagem do Vale como uma região rica em recursos naturais e culturais, que harmoniza a geração e a atração de negócios com a preservação da Mata Atlântica;
- potencializar a inclusão de pessoas com deficiência na região do Vale no mercado de trabalho.

Objetivo 2: Promover as cadeias produtivas do Vale, em especial agrioflorestas, agropecuária, turismo e mineração

Estratégias específicas:

- ampliar o apoio à formalização e certificação sanitária de pequenos produtores rurais e do setor pesqueiro;
- facilitar o acesso ao crédito para os produtores rurais de todos os portes, com linha de créditos que considerem as especificidades locais e os diferentes períodos de plantação, colheita e defeso;
- alavancar o acesso ao mercado aos pequenos produtores do Vale, com conexão direta aos compradores, orientações para organização de cooperativas e/ou associações locais e participação de compras públicas;

- apoiar a valorização dos produtos por meio da criação de selos de indicação de procedência para os produtos locais que são orgânicos, fortalecendo e valorizando a economia verde do Vale;
- 5) mapear e apoiar a organização dos principais arranjos produtivos locais e estruturar as principais cadeias produtivas locais;
- 6) fomentar práticas produtivas sustentáveis aderentes à região, tais como o sistema de cultivo agroflorestal, e ampliar a comunicação sobre regras e legislações ambientais aplicadas na região;
- 7) fortalecer as atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural ATER na região, principalmente para pequenos produtores;
- 8) fortalecer a pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias agropecuárias na região, com mais apoio aos órgãos governamentais e instituições de pesquisas locais;
- 9) alavancar e diversificar o turismo no Vale do Ribeira, com ações de divulgação das atrações locais, qualificação do turismo de base comunitária e estímulos à ampliação e qualificação dos serviços de hotelaria, alimentação, transporte e outras atividades relacionadas;
- constituir comissão e formular uma política mineral para o Vale do Ribeira, com ações que dinamizem a atividade mineral local;
- 11) promover o estudo de Ordenamento Territorial Geomineiro (OTGM) para o Vale do Ribeira e fomentar a criação de um Arranjo Produtivo Local (APL) de base mineral de forma a conciliar o aproveitamento dos recursos minerais com a preservação ambiental e as demais vocações locais.

# Objetivo 3: ampliar a inserção produtiva dos jovens no mercado de trabalho Estratégias específicas:

- Organizar a oferta de cursos técnicos para atender melhor os municípios da região do Vale e facilitar o acesso e a permanência dos jovens nos cursos.
- 2) Alinhar a oferta dos cursos profissionalizantes, cursos de ensino técnico e superior às demandas e potencialidades do mercado de trabalho local, com preferência para cursos que permitam acesso a registros profissionais.
- 3) Revisar e ampliar os mecanismos de divulgação dos cursos de ensino técnico e profissionalizantes na região, para que cheguem até o público-alvo.

- 4) Fomentar a empregabilidade dos jovens do Vale no mercado de trabalho local, com ações, em conjunto com a iniciativa privada, de preparação dos jovens às necessidades do mercado e promoção de eventos e outras ações que facilitem a ponte entre os profissionais e o trabalho.
- 5) Incentivar o desenvolvimento de jovens empreendedores, tendo em vista os desafios e oportunidades do Vale do Ribeira.

Objetivo 4: aumentar a oferta de educação infantil e a qualidade do ensino fundamental

#### Estratégias específicas:

- Priorizar a construção e manutenção de novas creches nos municípios da região do Vale que estão abaixo da meta do PNE.
- 2) Auxiliar os municípios que estão abaixo da meta do PNE a buscar formas alternativas para aumentar o número de vagas em creches.
- 3) Identificar as escolas de ensino fundamental I e II com os piores desempenhos no IDEB nos municípios da região e desenvolver ações focadas de suporte pedagógico na proficiência em português e matemática, em parceria com os municípios.
- 4) Ampliar a formação continuada dos professores e gestores das escolas com os piores desempenhos no IDEB do ensino fundamental I e II da região, em parceria com os municípios.

Objetivo 5: ampliar o acesso e qualidade da saúde na região do Vale Estratégias específicas:

- Ampliação de leitos no Hospital de Registro, com a entrega de leitos para UTI cardiológica e de enfermaria geral, e no Hospital de Pariquera-Açu para atendimento materno-infantil, Pronto Socorro, Oncologia e leitos de Clínica Médica de média complexidade.
- 2) Aprimorar o transporte de pacientes sejam eles eletivos ou casos de urgência para as cidades sede (Pariquera-Açu ou Registro).
- 3) Fortalecer a atenção à mulher na gestação e atenção adequada ao parto, com captação precoce da gestante até a 12ª semana de gestação; acompanhamento permanente das gestantes; garantia de realização de ao menos sete consultas durante o pré-natal; busca ativa das gestantes faltosas;

- garantia da vinculação da gestante à maternidade; e ampliação das casas da gestante.
- 4) Articular com os municípios o acompanhamento da mãe e do bebê mesmo após a alta hospitalar pós-parto.
- 5) Promover a capacitação dos profissionais de atenção básica da região do Vale para melhor atendimento às crianças e gestantes.
- 6) Ampliar as ações das equipes de Saúde da Família, em especial na zona rural, em articulação com os municípios.
- 7) Estimular ações de prevenção e promoção da saúde na região, com programas de incentivo à alimentação saudável e prática de atividades físicas, em conjunto com as prefeituras, para evitar óbitos prematuros por doenças crônicas não transmissíveis, como doenças cardiovasculares e diabetes.

Objetivo 6: Potencializar a mobilidade social e ações de combate à pobreza e ampliar a proteção social à população do Vale

#### Estratégias específicas:

- 1) Melhorar a gestão e a focalização dos programas de transferência de renda, com apoio aos municípios para melhorias nos registros do Cadastro Único, verificação do cumprimento das condicionalidade de educação e saúde para acesso aos recursos e busca ativa das famílias mais vulneráveis.
- Fortalecer a atuação da Assistência Social (no âmbito estadual e municipal) na região do Vale do Ribeira, promovendo o acesso da população à proteção social.
- 3) Promover a mobilidade social de jovens em situação de vulnerabilidade social mediante a construção de um projeto de vida, com oferecimento de tutoria, capacitação técnica e transferência de renda para a poupança.
- 4) Integrar o trabalho de combate à violência sexual e acolhimento das vítimas de acordo com os protocolos de atendimento entre a Segurança Pública, Saúde, Assistência Social e Sociedade Civil na região do Vale.

Objetivo 7: Melhorar a qualidade das estradas locais e a conectividade da região Estratégias específicas:

- Realizar mapeamento da qualidade das estradas da região, estudo de origemdestino no Vale e implantar sistema de monitoramento, com informações atualizadas constantemente sobre as condições da malha viária na região.
- Melhorar a qualidade da malha viária da região do Vale do Ribeira, com priorização das principais rotas turísticas, estradas rurais e de escoamento de produção.
- Promover, junto à ANATEL e empresas de telecomunicação, a ampliação da cobertura e a melhoria da qualidade de telefonia móvel e Internet da região do Vale.

Objetivo 8: Ampliar o acesso ao saneamento básico e práticas de conservação do ecossistema

### Estratégias específicas:

- Expandir os serviços da SABESP na região: ampliar os domicílios com atendimento de água, ampliar a rede de esgoto sanitário e a proporção de esgoto tratado.
- 2) Expandir a implantação de Unidades Sanitárias Individuais USI's(fossas sanitárias) no meio rural, em parceria com os municípios.
- 3) Implantar gestão de resíduos sólidos (disposição, reciclagem e compostagem) em áreas urbanas e rurais.
- 4) Implantar instância de governança regional para aprimorar o espaço de diálogo permanente com instituições ambientais, de fiscalização e produtores locais.
- Elaborar políticas de compensação ambiental que beneficiem os municípios da região.
- 6) Implantar um programa regional de educação ambiental para orientar a população sobre possibilidades e restrições ao uso racional dos recursos naturais do Vale.

Objetivo 9: Acelear a regularização fundiária e o acesso a condições adequadas de habitação

#### Estratégias específicas:

 Realizar mapeamento da demanda local de regularização fundiária e implantar sistema de monitoramento, com informações atualizadas constantemente sobre a evolução da regularização fundiária da região do Vale.

- 2) Fortalecer a divulgação das Leis e procedimentos, em conjunto com os municípios, para regularização fundiária urbana e rural na região e acesso às políticas públicas de habitação.
- 3) Fazer mutirão para acelerar a regularização fundiária rural de áreas devolutas do Vale do Ribeira conforme previsto na Lei Estadual nº 16.475/2017 e Decreto nº 63.167/2018 (regularização fundiária nas RAs de Registro e Itapeva).
- Integrar os entes e preparar as equipes envolvidas na regularização fundiária urbana (técnicos municipais, oficiais de registro de imóveis, promotores de justiça, SABESP, entre outros.)
- 5) Ampliar o acesso da população mais vulnerável às políticas habitacionais no Vale.
- 6) Iniciar processo de elaboração de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTIDs) para comunidades tradicionais e quilombolas da região ainda não tituladas.

Objetivo 10: Aumentar a coordenação comunicação, comunicação e a efetividade das políticas públicas no território

#### Estratégias específicas:

- Integrar a oferta de serviços públicos estaduais e municipais, com uso de tecnologia e canais físicos e digitais, projetos efetivos e comunicação adequada aos diferentes públicos-alvo, principalmente para as populações com maior risco de vulnerabilidade social.
- 2) Tornar a governança local mais efetiva e orientada para resultados, com maior participação do Governo do Estado, das gestões municipais, dos dirigentes estaduais da região, dos líderes locais e das instituições parceiras.
- 3) Capacitar as equipes de governo (estadual e municipal) que atuam no território para melhoria da oferta e efetividade de serviços públicos, elaboração de projetos técnicos e gestão do ambiente de negócios do Vale.
- Captar e viabilizar recursos nacionais e internacionais para alavancar ações de desenvolvimento da região do Vale do Ribeira.

# **APÊNDICE B**

Leis Estaduais que promulgam ações no Vale do Ribeira/SP no período de 01 de janeiro de 2000 a 31 de dezembro de 2020:

Lei	Resumo	Link de Acesso
Lei nº 10.546, de 27/04/2000	Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Pública da Região Sudoeste e Vale do Ribeira, no Estado de São Paulo, e fixa outras providências.	https://www.al.s p.gov.br/reposit orio/legislacao/l ei/2000/lei- 10546- 27.04.2000.htm
Lei nº 10.549, de 11/05/2000	Institui o Programa de Desenvolvimento do Estado de São Paulo e substitui as normas disciplinam o Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira e dá outras providências.	https://www.al.s p.gov.br/reposit orio/legislacao/l ei/2000/lei- 10549- 11.05.2000.htm I
Lei nº 11.605, de 24/12/2003	Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2004/2007.	https://www.al.s p.gov.br/norma/ ?id=49177 https://www.al.s
Lei nº 13.123, de 08/07/2008	Institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2008/2011	p.gov.br/reposit orio/legislacao/l ei/2008/lei- 13123-
Lei nº 14.676, de 28/12/2011	Institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2012/2015	ei/2011/lei- 14676- 28.12.2011.pdf
Lei nº 14.778, de 14/06/2012	Dá denominação ao Hospital Regional que especifica	https://www.al.s p.gov.br/reposit orio/legislacao/l ei/2012/lei- 14778- 14.05.2012.htm
Lei nº 15.074, de 05/07/2013	Declara a utilidade pública a entidade que especifica	https://www.al.s p.gov.br/reposit orio/legislacao/l ei/2013/lei- 15074-

		05.07.2013.htm <u>l</u>
<u>Lei nº 16.061, de</u> <u>16/12/2015</u>	Inclui evento no Calendário Turístico do Estado	https://www.al.s p.gov.br/reposit orio/legislacao/l ei/2015/lei- 16061- 16.12.2015.htm
<u>Lei nº 16.082, de</u> 28/12/2015	Institui o Plano Plurianual – PPA para o quadriênio 2016-2019	ei/2015/lei- 16082- 28.12.2015.pdf
Lei nº 16.288, de 20/07/2016	Inclui evento no Calendário Turístico do Estado	https://www.al.s p.gov.br/reposit orio/legislacao/l ei/2016/lei- 16288- 20.07.2016.htm l
<u>Lei nº 16.290, de</u> 20/07/2016	Inclui evento no Calendário Turístico do Estado	https://www.al.s p.gov.br/reposit orio/legislacao/l ei/2016/lei- 16290- 20.07.2016.htm l
Lei nº 16.597, de 12/12/2017	Inclui evento no Calendário Turístico do Estado	https://www.al.s p.gov.br/reposit orio/legislacao/l ei/2017/lei- 16597- 12.12.2017.htm
Lei nº 17.262, de 09/04/2020	Institui o Plano Plurianual - PPA para o quadriênio 2020-2023	https://www.al.s p.gov.br/norma/ 193526

Fonte: Elaboração própria. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2021.

**APÊNDICE C** 

Decretos Estaduais promulgados pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo entre 01 de janeiro de 2000 a 31 de dezembro de 2020:

Decreto	Resumo	Link de Acesso
Decreto nº 44.760, de 13/03/2000	Autoriza a Secretaria do Meio Ambiente a, representando o Estado, celebrar convênios com Municípios Paulistas, integrantes do Vale do Ribeira, visando à implantação de aterros sanitários em valas para resíduos sólidos	https://www.al.sp .gov.br/repositori o/legislacao/decr eto/2000/decreto -44760- 13.03.2000.html https://www.al.sp
Decreto nº 45.571, de 26/12/2000	Dispõe sobre abertura de crédito suplementar ao orçamento fiscal do Estado	.gov.br/repositori o/legislacao/decr eto/2000/decreto -45571- 26.12.2000.html https://www.al.sp
Decreto nº 45.802, de 14/05/2001	Regulamenta a Lei 10.549, de 11/05/2000 e dá providências correlatas	.gov.br/repositori o/legislacao/decr eto/2001/decreto -45802- 14.05.2001.html https://www.al.sp
Decreto nº 45.897, de 03/07/2001	Aprova e implanta o Plano Preventivo de Defesa Civil Específico para as inundações do Vale do Ribeira - PPDC/VAR	.gov.br/repositori o/legislacao/decr eto/2001/decreto -45897- 03.07.2001.html https://www.al.sp
Decreto nº 46.488, de 08/01/2002	Reorganiza a Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento	.gov.br/repositori o/legislacao/decr eto/2002/decreto -46488- 08.01.2002.html
Decreto nº 47.094, de 18/09/2002	Cria o Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado de São Paulo, incluindo o Conselho de Gestão da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo	https://www.al.sp .gov.br/repositori o/legislacao/decr eto/2002/decreto -47094- 18.09.2002.html
Decreto nº 47.303, de 07/11/2002	Institui e disciplina a composição e o funcionamento do Grupo de Coordenação Estadual e dos Grupos setoriais de Coordenação a que se refere o artigo 8º da Lei nº 10.019, de 3 de julho de 1998, que dispõe	https://www.al.sp .gov.br/repositori o/legislacao/decr eto/2002/decreto -47303- 07.11.2002.html

# sobre o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro

Decreto nº 47.580, de 10/01/2003	Dispõe sobre a classificação institucional das Secretarias de Economia e Planejamento e dos Transportes Metropolitanos	https://www.al.sp .gov.br/repositori o/legislacao/decr eto/2003/decreto -47580- 10.01.2003.html https://www.al.sp
Decreto nº 47.910, de 27/06/2003	Dispõe sobre a classificação institucional da Casa Civil e das Secretarias da Fazenda e de Economia e Planejamento	.gov.br/repositori o/legislacao/decr eto/2003/decreto -47910- 27.06.2003.html https://www.al.sp
Decreto nº 48.532, de 09/03/2004	Estabelece diretrizes relativas à Política Estadual de Atenção aos Povos Indígenas, cria o Conselho Estadual dos Povos Indígenas e o Comitê Intersetorial de Assuntos Indígenas	.gov.br/repositori o/legislacao/decr eto/2004/decreto -48532- 09.03.2004.html https://www.al.sp
Decreto nº 48.647, de 12/05/2004	Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóvel situado no Município de Registro, necessário às obras de reforma do Aeroporto da Cidade de Registro	.gov.br/repositori o/legislacao/decr eto/2004/decreto -48647- 12.05.2004.html https://www.al.sp
Decreto nº 48.929, de 09/09/2004	Institui o Projeto Criação Paulista de Búfalos, com a implantação de módulos de criação no Vale do Ribeira	.gov.br/repositori o/legislacao/decr eto/2004/decreto -48929- 09.09.2004.html https://www.al.sp
Decreto nº 49.140, de 12/11/2004	Dispõe sobre a classificação institucional da Secretaria de Economia e Planejamento	.gov.br/repositori o/legislacao/decr eto/2004/decreto -49140- 12.11.2004.html
Decreto nº 49.284, de 23/12/2004	Altera e acrescenta dispositivos no Decreto nº 46.488, de 8 de janeiro de 2002, que reorganiza a Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento	https://www.al.sp .gov.br/repositori o/legislacao/decr eto/2004/decreto -49284- 23.12.2004.html

Decreto nº 48.502, de 18/02/2004	Dispõe sobre a classificação institucional da Secretaria da Fazenda	https://www.al.sp .gov.br/repositori o/legislacao/decr eto/2004/decreto -48502- 18.02.2004.html
Decreto nº 49.331, de 03/01/2005	Autoriza a Fazenda do Estado a permitir o uso, a título precário e por prazo indeterminado, em favor da Associação Cultural e Ecológica Sócio Econômica do Vale do Ribeira - ACESEVAL, de imóvel que especifica, localizado no Município de Pariqüera-Açu	https://www.al.sp .gov.br/repositori o/legislacao/decr eto/2005/decreto -49331- 03.01.2005.html https://www.al.sp
Decreto nº 49.343, de 24/01/2005	Dispõe sobre as Coordenadorias da Secretaria da Saúde	.gov.br/repositori o/legislacao/decr eto/2005/decreto -49343- 24.01.2005.html https://www.al.sp
Decreto nº 49.364, de 09/02/2005	Dispõe sobre a classificação institucional da Secretaria da Saúde	.gov.br/repositori o/legislacao/decr eto/2005/decreto -49364- 09.02.2005.html https://www.al.sp
Decreto nº 49.568, de 26/04/2005	Reorganiza a Secretaria de Economia e Planejamento	.gov.br/repositori o/legislacao/decr eto/2005/decreto -49568- 26.04.2005.html https://www.al.sp
Decreto nº 49.688, de 17/06/2005	Reorganiza a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social	.gov.br/repositori o/legislacao/decr eto/2005/decreto -49688- 17.06.2005.html https://www.al.sp
Decreto nº 49.575, de 04/05/2005	Dispõe sobre a classificação institucional da Secretaria de Economia e Planejamento	.gov.br/repositori o/legislacao/decr eto/2005/decreto -49575- 04.05.2005.html https://www.al.sp
Decreto nº 49.804, de 21/07/2005	Dispõe sobre a classificação institucional da Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social	.gov.br/repositori o/legislacao/decr eto/2005/decreto -49804- 21.07.2005.html

-		
Decreto nº 49.808, de 21/07/2005	Estabelece Diretrizes Estaduais de Atenção aos Povos Indígenas, dispõe sobre o Conselho Estadual dos Povos Indígenas e o Comitê Intersetorial de Assuntos Indígenas	https://www.al.sp .gov.br/repositori o/legislacao/decr eto/2005/decreto -49808- 21.07.2005.html https://www.al.sp
Decreto nº 50.503, de 01/02/2006	Dispõe sobre a classificação institucional da Secretaria da Saúde	.gov.br/repositori o/legislacao/decr eto/2006/decreto -50503- 01.02.2006.html https://www.al.sp
Decreto nº 50.652, de 30/03/2006	Declara o Município de Registro "Marco da Colonização Japonesa"	.gov.br/repositori o/legislacao/decr eto/2006/decreto -50652- 30.03.2006.html
Decreto nº 50.879, de 13/06/2006	Dispõe sobre a doação dos veículos oficiais pertencentes à frota da Secretaria da Saúde e cedidos às Prefeituras Municipais, Entidades Filantrópicas e Unidades Integrantes do SUS/SP	https://www.al.sp .gov.br/repositori o/legislacao/decr eto/2006/decreto -50879- 13.06.2006.html
Decreto nº 50.929, de 30/06/2006	Reorganiza a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico	https://www.al.sp .gov.br/repositori o/legislacao/decr eto/2006/decreto -50929- 30.06.2006.html
Decreto nº 50.974, de 19/07/2006	Institui o Comitê Gestor do Convênio nº 89/2005-MI, celebrado entre a União, pelo Ministério da Integração Nacional, por meio de sua Secretaria de Programas Regionais, e o Estado de São Paulo, pela sua Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, com a interveniência da Agência de Desenvolvimento da Mesorregião do Vale do Ribeira - Guaraqueçaba	https://www.al.sp .gov.br/repositori o/legislacao/decr eto/2006/decreto -50974- 19.07.2006.html
Decreto nº 51.434, de 28/12/2006	Dispõe sobre a reorganização da Coordenadoria de Serviços de Saúde, da Secretaria da Saúde e de suas unidades	https://www.al.sp .gov.br/repositori o/legislacao/decr eto/2006/decreto -51434- 28.12.2006.html
Decreto nº 51.506, de 24/01/2007	Estabelece a classificação institucional da Secretaria da Fazenda	https://www.al.sp .gov.br/repositori o/legislacao/decr eto/2007/decreto

		-51506- 24.01.2007.html
Decreto nº 51.509, de 24/01/2007	Estabelece a classificação institucional da Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social	https://www.al.sp .gov.br/repositori o/legislacao/decr eto/2007/decreto -51509- 24.01.2007.html
Decreto nº 51.602, de 26/02/2007	Estabelece a classificação institucional da Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social	https://www.al.sp .gov.br/repositori o/legislacao/decr eto/2007/decreto -51602- 26.02.2007.html https://www.al.sp
Decreto nº 51.690, de 22/03/2007	Dispõe sobre a classificação institucional da Secretaria da Saúde	.gov.br/repositori o/legislacao/decr eto/2007/decreto -51690- 22.03.2007.html
Decreto nº 52.075, de 21/08/2007	Altera a classificação institucional da Secretaria da Fazenda	https://www.al.sp .gov.br/repositori o/legislacao/decr eto/2007/decreto -52075- 21.08.2007.html
Decreto nº 52.174, de 19/09/2007	Altera e acrescenta dispositivos que especifica no Decreto 48.929, de 9 de setembro de 2004, que institui o Projeto Criação Paulista de Búfalos, com a implantação de módulos de criação no Vale do Ribeira	https://www.al.sp .gov.br/repositori o/legislacao/decr eto/2007/decreto -52174- 19.09.2007.html https://www.al.sp
Decreto nº 52.180, de 20/09/2007	Altera a classificação institucional da Secretaria da Fazenda	.gov.br/repositori o/legislacao/decr eto/2007/decreto -52180- 20.09.2007.html
Decreto nº 52.645, de 21/01/2008	Dispõe sobre as Diretrizes Estaduais de Atenção aos Povos Indígenas, o Conselho Estadual dos Povos Indígenas e o Comitê Intersetorial de Assuntos Indígenas	https://www.al.sp .gov.br/repositori o/legislacao/decr eto/2008/decreto -52645- 21.01.2008.html

Decreto nº 53.188, de 27/06/2008	Aprova o Projeto Pupunha, através do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista - O Banco do Agronegócio Familiar (FEAP- BANAGRO), de interesse para a economia estadual, e dá providências correlatas	https://www.al.sp .gov.br/repositori o/legislacao/decr eto/2008/decreto -53188- 27.06.2008.html
Decreto nº 53.904, de 29/12/2008	Autoriza a Fazenda do Estado a permitir o uso, a título precário e por prazo indeterminado, em favor do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Ribeira - CONSAÚDE, dos bens que especifica	https://www.al.sp .gov.br/repositori o/legislacao/decr eto/2008/decreto -53904- 29.12.2008.html
Decreto nº 55.067, de 19/11/2009	Altera a classificação institucional da Secretaria da Fazenda	https://www.al.sp .gov.br/repositori o/legislacao/decr eto/2009/decreto -55067- 19.11.2009.html https://www.al.sp
Decreto nº 55.526, de 03/03/2010	Transfere da administração da Secretaria da Fazenda para a da Procuradoria Geral do Estado, a área que especifica	.gov.br/repositori o/legislacao/decr eto/2010/decreto -55526- 03.03.2010.html https://www.al.sp
Decreto nº 56.027, de 20/07/2010	Dispõe sobre a classificação institucional da Secretaria da Saúde	.gov.br/repositori o/legislacao/decr eto/2010/decreto -56027- 20.07.2010.html https://www.al.sp
Decreto nº 56.246, de 30/09/2010	Organiza a Secretaria de Desenvolvimento e dá providências correlatas	.gov.br/repositori o/legislacao/decr eto/2010/decreto -56246- 30.09.2010.html https://www.al.sp
Decreto nº 56.636, de 01/01/2011	Organiza a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia e dá providências correlatas.	.gov.br/repositori o/legislacao/decr eto/2011/decreto -56636- 01.01.2011.html https://www.al.sp
Decreto nº 56.654, de 11/01/2011	Dispõe sobre a classificação institucional da Secretaria de Desenvolvimento Social	.gov.br/repositori o/legislacao/decr eto/2011/decreto -56654- 11.01.2011.html

Decreto nº 56.673, de 18/01/2011	Reorganiza o Conselho Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar - CEDAF/SP e dá providências correlatas	https://www.al.sp .gov.br/repositori o/legislacao/decr eto/2011/decreto -56673- 18.01.2011.html
Decreto nº 56.761, de 10/02/2011	Dispõe sobre a classificação institucional da Secretaria da Fazenda	https://www.al.sp .gov.br/repositori o/legislacao/decr eto/2011/decreto -56761- 10.02.2011.html
Decrto nº 56.914, de 08/04/2011	Dispõe sobre a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal na Secretaria da Fazenda para repasse ao Fundo Desenvolvimento do Vale do Ribeira, visando ao atendimento de Despesas de Capital	https://www.al.sp .gov.br/repositori o/legislacao/decr eto/2011/decreto -56914- 08.04.2011.html https://www.al.sp .gov.br/repositori o/legislacao/decr
Decreto nº 56.916, de 08/04/2011	Dá nova redação ao artigo 1º do Decreto nº 45.802, de 2001	eto/2011/decreto -56916- 08.04.2011.html
Decreto nº 57.328, de 14/09/2011	Dá nova redação a dispositivos que especifica do Decreto nº 47.303, de 2002, que institui e disciplina a composição e o funcionamento do Grupo de Coordenação Estadual e dos Grupos Setoriais de Coordenação a que se refere o artigo 8º da Lei nº 10.019, de 1998, que dispõe sobre o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro	https://www.al.sp .gov.br/repositori o/legislacao/decr eto/2011/decreto -57328- 14.09.2011.html
Decreto nº 57.751, de 24/01/2012	Dispõe sobre a classificação institucional da Secretaria de Desenvolvimento Social	https://www.al.sp .gov.br/repositori o/legislacao/decr eto/2012/decreto -57751- 24.01.2012.html
Decreto nº 57.826, de 01/03/2012	Dispõs sobre a classificação institucional da Secretaria da Fazenda	https://www.al.sp .gov.br/repositori o/legislacao/decr eto/2012/decreto -57826- 01.03.2012.html
Decreto nº 57.915, de 27/03/2012	Dispõe sobre a classificação institucional da Secretaria de Desenvolvimento Social	https://www.al.sp .gov.br/repositori o/legislacao/decr eto/2012/decreto

		<u>-57915-</u> <u>27.03.2012.html</u>
Decreto nº 58.107, de 06/06/2012	Institui a estratégia para o Desenvolvimento sustentável do Estado de São Paulo 2020, e dá outras providências correlatas	https://www.al.sp .gov.br/repositori o/legislacao/decr eto/2012/decreto -58107- 05.06.2012.html
Decreto nº 59.464, de 23/08/2013	Reorganiza a Procuradoria Judicial, a Procuradoria Fiscal e as Procuradorias Regionais, da Procuradoria Geral do Estado, e dá providências correlatas	https://www.al.sp .gov.br/repositori o/legislacao/decr eto/2013/decreto -59464- 23.08.2013.html
Decreto nº 59.773, de 19/11/2013	Altera a denominação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, para Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação, dispõe sobre sua organização e dá providências correlatas	https://www.al.sp .gov.br/repositori o/legislacao/decr eto/2013/decreto -59773- 19.11.2013.html
Decreto nº 60.813, de 30/09/2014	Reorganiza a Secretaria da Fazenda e dá providências correlatas	https://www.al.sp .gov.br/repositori o/legislacao/decr eto/2014/decreto -60812- 30.09.2014.html
Decreto nº 60.926, de 28/11/2014	Dispõe sobre a classificação institucional da Secretaria da Fazenda	https://www.al.sp .gov.br/repositori o/legislacao/decr eto/2014/decreto -60926- 28.11.2014.html
Decreto nº 61.328, de 23/06/2015	Extingue a Coordenadoria de Desenvolvimento do Litoral Paulista e do Vale do Ribeira, da Secretaria de Planejamento e Gestão, e dá providência correlata	https://www.al.sp .gov.br/repositori o/legislacao/decr eto/2015/decreto -61328- 23.06.2015.html
Decreto nº 61.587, de 26/10/2015	Autoriza a Fazenda do Estado a permitir o uso, a título precário, gratuito e por prazo indeterminado, em favor da APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pariquera-Açu, de parte do imóvel que especifica	https://www.al.sp .gov.br/repositori o/legislacao/decr eto/2015/decreto -61587- 26.10.2015.html
Decreto nº 61.711, de 15/12/2015	Reorganiza o Conselho Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar - CEDAF/SP e dá providência correlatas	https://www.al.sp .gov.br/repositori o/legislacao/decr eto/2015/decreto

		<u>-61711-</u> <u>15.12.2015.html</u>
Decreto nº 62.704, de 18/07/2017	Dispõe sobre a classificação institucional da Secretaria da Fazenda nos Sistemas de Administração Financeira e Orçamentária do Estado	https://www.al.sp .gov.br/repositori o/legislacao/decr eto/2017/decreto -62704- 18.07.2017.html
Decreto nº 63.064, de 15/12/2017	Autoriza a Fazenda do Estado a permitir o uso, a título precário, gratuito e por prazo indeterminado, em favor da ADEFIPA - Associação das Pessoas com Deficiência de Pariquera-Açu, de parte do imóvel que especifica	https://www.al.sp .qov.br/repositori o/legislacao/decr eto/2017/decreto -63064- 15.12.2017.html https://www.al.sp
Decreto nº 63.188, de 30/01/2018	Autoriza a Fazenda do Estado a permitir o uso, a título precário, gratuito e por prazo indeterminado, em favor da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, do imóvel que especifica	.qov.br/repositori o/legislacao/decr eto/2018/decreto -63188- 30.01.2018.html
Decreto nº 63.279, de 19/03/2018	Dispõe sobre as alterações que especifica na estrutura da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA), introduz modificações no Decreto nº 46.488, de 8 de janeiro de 2002, que trata de sua reorganização, e dá providências correlatas	https://www.al.sp .gov.br/repositori o/legislacao/decr eto/2018/decreto -63279- 19.03.2018.html
Decreto nº 16.812, de 23/11/2018	Altera a Lei nº 16.646, de 11 de janeiro de 2018, que orça a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 2018	https://www.al.sp .gov.br/repositori o/legislacao/lei/2 018/lei-16812- 23.11.2018.pdf https://www.al.sp
Decreto nº 64.165, de 03/04/2019	Dispõe sobre a classificação institucional da Secretaria da Fazenda e Planejamento nos Sistemas de Administração Financeira e Orçamentária do Estado Altera o Decreto nº 45.802, de 14 de maio de	.gov.br/repositori o/legislacao/decr eto/2019/decreto -64165- 03.04.2019.html
Decreto nº 64.903, de 01/04/2020	2001, que regulamenta a Lei nº 10.549, de 11 de maio de 2000, que institui o Programa de Desenvolvimento do Estado de São Paulo, substitui as normas que disciplinam o Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira e dá outras providências	https://www.al.sp .gov.br/repositori o/legislacao/decr eto/2020/decreto -64903- 01.04.2020.html

Decreto nº 65.436, de 29/12/2020

Dispõe sobre abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal na Secretaria da Fazenda e Planejamento para repasse ao Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira, visando ao atendimento de Despesas de Capital

https://www.al.sp .gov.br/repositori o/legislacao/decr eto/2020/decreto -65436-29.12.2020.html

Fonte: Elaboração própria. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2021.

**APÊNDICE D** 

Artigos publicados entre 2000 e 2020 concernentes às investigações em Saúde no Vale do Ribeira:

Autores	Título e	Metodologia	Referência
	subtítulo		bibliográfica
Cesar, Juraci A. et al.	Mudanças em indicadores de saúde infantil em um município com agentes comunitários: o caso de Itapirapuã Paulista, Vale do Ribeira, São Paulo, Brasil.	Treinamento de agentes comunitários de saúde. Visitas domiciliares semanais para acompanhamento médio de 409 crianças por semana.	Cesar, Juraci A. et al. Mudanças em indicadores de saúde infantil em um município com agentes comunitários: o caso de Itapirapuã Paulista, Vale do Ribeira, São Paulo, Brasil. Cadernos de Saúde Pública [online]. 2002, v. 18, n. 6 [Acessado 16 Setembro 2021], pp. 1647-1654. Disponível em: <a href="https://doi.org/10.1590/S0102-311X2002000600019">https://doi.org/10.1590/S0102-311X2002000600019</a> . Epub 13 Dez 2002. ISSN 1678-4464. https://doi.org/10.1590/S0102-311X2002000600019.
Curado I, Dos Santos Malafronte R, de Castro Duarte AM, Kirchgatter K, Branquinho MS, Bianchi Galati EA.	Ribeira, São	In this study, 318 subjects from both areas had their blood analyzed for the presence of malaria parasites by thin and thick blood smears. One hundred and sixty-three (51.2%) of the subjects were from Intervales State Park and 155 (48.7%) were from PETAR.	Curado I, Dos Santos Malafronte R, de Castro Duarte AM, Kirchgatter K, Branquinho MS, Bianchi Galati EA. Malaria epidemiology in low-endemicity areas of the Atlantic Forest in the Vale do Ribeira, São Paulo, Brazil. Acta Trop. 2006 Nov;100(1-2):54-62. doi: 10.1016/j.actatropica.20 06.09.010. PMID: 17126279.

Santos. Alessandro de Oliveira e Paiv a. Vera

Vulnerabilidade ao HIV: turismo e uso de álcool e outras drogas

Estudo exploratório qualitativo conduzido em comunidades anfitriãs do turismo do Vale do Ribeira, em São Paulo, no período de outubro de 2002 a fevereiro de 2003. A primeira etapa do estudo entrevistou 29 monitores de quatro comunidades anfitriãs para levantar cenas de drogas uso envolvendo turistas. A segunda etapa consistiu de duas oficinas de trabalho, reunindo 77 entrevistados e profissionais de saúde e educação de dez comunidades para dramatizar as cenas levantadas nas entrevistas, compartilhar

prevenção do HIV. Analisa a influência da mídia na construção social do risco, a partir das diferentes percepções е atitudes de moradores de uma comunidade à exposta contaminação por

repertórios

lidar com

situações

conhecer

formas

chumbo.

no

para

е

as

de

essas

Santos, Alessandro de Oliveira e Paiva. VeraVulnerabilidade ao HIV: turismo e uso de álcool e outras drogas. Revista Saúde de Pública [online]. 2007, v. 41, suppl [Acessado 19 Outubro pp. 80-86. 2021] Disponível em: <a href="https://doi.org/10.1590/">https://doi.org/10.1590/</a> S0034-89102007000900013>. Epub 12 Dez 2007. ISSN 1518-8787. https://doi.org/10.1590/ S0034-89102007000900013.

Di Giulio. O papel da mídia Gabriela construção na Marques, social do risco: o Pereira. caso Newton Adrianópolis, Vale do Ribeira Müller e Figuei redo. Bernardino Ribeiro de

Di Giulio. Gabriela Marques, Pereira. Newton Müller e Figueiredo, Bernardino Ribeiro deO papel da mídia na construção social do risco: O caso Adrianópolis, no Vale do Ribeira. História. Ciências, Saúde-[online]. Manguinhos

2 2008. ٧. 15, n. [Acessado 16 Setembro 2021] , pp. 293-311. Disponível em: <a href="https://doi.org/10.1590/">https://doi.org/10.1590/</a> S0104-59702008000200004>. Epub 14 Out 2011. ISSN 1678-4758. https://doi.org/10.1590/ S0104-59702008000200004.

Silva. da Santos. Rosa Maria Barros dos e Di Lorenzo. Rosicler A. Viegas

Guedes, Jose A implantação do Programa de Saúde da Família (PSF) no Estado São de Paulo (1995-2002)

Este artigo relata a implantação do Programa Saúde da Família Lorenzo, 2002. São mencionados como antecedentes importantes outros programas do Ministério da Saúde. como 0 **PIASS** (1976-1979), PACS 0 (1991) e o Projeto Epub do Vale do Ribeira da SES-SP (1980-1987). Destaca-se também а importância do Programa metropolitano de Saúde na década 1980 de е do Movimento Popular de Saúde na Cidade de São Paulo desde década de 1970.

Guedes, Jose da Silva, Santos. Maria Rosa de Barros dos e Di Α. Rosicler no Estado de São Viegas A implantação do Paulo desde seu Programa de Saúde da início até o ano de Família (PSF) no Estado de São Paulo (1995-2002). Saúde Sociedade [online]. 20. 2011. ٧. n. [Acessado 16 Setembro 2021] , pp. 875-883. Disponível em: <a href="https://doi.org/10.1590/">https://doi.org/10.1590/</a> S0104-12902011000400006>. 12 Dez 2011. ISSN 1984-0470. https://doi.org/10.1590/ S0104-12902011000400006.

Aguilera, Lúcia Sandra Vieira Ulinski et al.

Iniquidades intermunicipais no acesso utilização dos

Estudo ecológico e análise fatorial a partir dos perfis socioeconômico.

Aguilera, Sandra Lúcia Vieira Ulinski et al. Intermunicipal inequities in access and use of serviços de atenção secundária em saúde na região metropolitana de Curitiba

epidemiológico da rede de cuidados à saúde e de financiamento setorial dos 26 municípios que compõem essa região.

secondary health services in the metropolitan area of Curitiba. Revista Brasileira de Epidemiologia [online]. 2014, ٧. 17, n. [Acessado 16 Setembro 2021] , pp. 654-667. Disponível <a href="https://doi.org/10.1590/">https://doi.org/10.1590/</a> 1809-4503201400030007>. ISSN 1980-5497. https://doi.org/10.1590/1 809-4503201400030007.

Tamasia,
Gislene dos
Anjos,
Venâncio,
Sonia
Isoyama and S
aldiva, Silvia
Regina Dias

Situação da amamentação e alimentação complementar em um município de médio porte do Vale do Ribeira, São Paulo

This crossstudy sectional collected sociodemographic and feeding information infants aged less than one year who participated in the 2011 multiple vaccine campaign. Breastfeeding and complementary feeding were analyzed by indicators by the proposed World Health Organization.

Tamasia, Gislene dos Anjos, Venâncio, Sonia Isoyama and Saldiva, Silvia Regina Dias MediciSituation of breastfeeding and complementary feeding medium-sized а municipality in the Ribeira Valley, São Revista de Paulo. Nutrição [online]. 2015, v. 28, n. 2 [Accessed 19 October 2021], pp. 143-Available from: 153. <a href="https://doi.org/10.1590/"><a href="https://doi.org/10.1590/">https://doi.org/10.1590/</a> 1415-52732015000200003>. ISSN 1678-9865. https://doi.org/10.1590/1 415-52732015000200003.

Silva, Bruna Pontes da et al. Ampliação do acesso à saúde na região mais vulnerável do estado de São Paulo, Brasil: reflexo do

Trata-se de um estudo transversal revisando dados secundários e disponíveis para consulta pública. Os dados, compreendidos

Silva, Bruna Pontes da al. Ampliação do et acesso à saúde na região mais vulnerável do estado de São Paulo. Brasil: reflexo do Programa Mais Médicos?. Ciência

	Programa Mais Médicos?	foram obtidos no DATASUS, SIAB e Ministério da Saúde dos municípios participantes do PMM na região: Barra do Turvo, Cananeia, Eldorado, Iguape, Iporanga, Jacupiranga, Juquiá, Miracutu, Pariquera-Açu, Pedro de Toledo, Registro e Sete	Saúde Coletiva [online]. 2016, v. 21, n. 09 [Acessado 19 Outubro 2021] , pp. 2899-2906. Disponível em: <a href="https://doi.org/10.1590/1413-81232015219.15552016">https://doi.org/10.1590/1413-81232015219.15552016</a> . ISSN 1678-4561. https://doi.org/10.1590/1413-
Zavarizzi, Camilla de Paula et al.	Contexto rural e a reabilitação profissional em uma região do Vaçe do Ribeira.	(1) Foi obtida uma listagem de trabalhadores junto à Estratégia Saúde da Família de bairros rurais do município de Registro (SP), e aplicou-se, sob forma de entrevista, um questionário com dados sociodemográficos, de trabalho e saúde. (2) Posteriormente, foram identificados dois profissionais de referência do INSS, que atuavam na sede dessa região e, ainda, foram realizadas entrevistas individuais para análise de conteúdo temático.	Zavarizzi, Camilla de Paula et al. Contexto rural e a reabilitação profissional em uma região do Vale do Ribeira. Saúde em Debate [online]. v. 43, n. 123 [Acessado 19 Outubro 2021] , pp. 1057-1069. Disponível em: <a href="https://doi.org/10.1590/0103-1104201912306">https://doi.org/10.1590/0103-1104201912306</a> . ISSN 2358-2898. https://doi.org/10.1590/0103-1104201912306.
José Martim	Risk factors	Pesticides cause risks to the	José Martim Marques Simas, Líria Yuri
Marques Simas Líria	associated among respiratory		Simas, Líria Yuri Yamauchi & Maria do
Yuri Yamauchi	among respiratory	of banana farming	Carmo Baracho de

& Maria Carmo Baracho Alencar	do de	health and banana farming	investigate the prevalence of ventilatory dysfunction in workers and characteristics of work in banana production in a	Alencar (2021) Risk factors associated among respiratory health and banana farming, Archives of Environmental & Occupational Health, 76:4, 181-187, DOI: 10.1080/1933 8244.2020.1794773
--	----------	---------------------------	--	---

Fonte: Elaboração própria. 2021.